

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -
INCRA



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Salvador/BA/2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -
INCRA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 119/2012**, da **Portaria TCU nº 150/2012** e das orientações do órgão de controle interno.



Ministro de Estado
Gilberto José Spier Vargas

Secretário-Executivo
Laudemir André Müller

Presidente
Carlos Mário Guedes de Guedes

Superintendente Regional
Marcos Antonio Silva Nery

Superintendente Regional Substituto
Jaime Guilherme Souza da Silva

Procuradora-Chefe
Vera Lúcia Souza de Oliveira e Torres

Chefe da Divisão de Gestão Administrativa
Marivone de Oliveira Santana

Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária
Aroldo Souza Andrade

Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
Valério Dorneles de Freitas

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento
Ernesto Santana dos Reis

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	14
INTRODUÇÃO	17
PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	18
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada	18
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	18
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	20
1.3 Organograma Funcional	29
1.4 Macroprocessos Finalísticos	30
1.5 Macroprocessos de Apoio	32
1.6 Principais Parceiros	34
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações	35
2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	35
2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	36
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações	37
2.4 Indicadores	38
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão	45
3.1 Estrutura de Governança	45
3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos	47
3.3 Remuneração Paga a Administradores	49
3.4 Sistema de Correição	50
3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	52
4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira	53
4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ	53
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	53

4.1.2	Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	55
4.1.3	Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	55
4.1.4	Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	55
4.1.4.1	Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	55
4.1.4.2	Ações Vinculadas ao Programa 2012 ã Agricultura Familiar.....	112
4.1.4.3	Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial.....	125
4.1.5	Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	130
4.1.6	Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	131
4.2	Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa.....	134
4.2.1	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	134
4.2.2	Programação de Despesas.....	135
4.2.2.1	Programação de Despesas Correntes	135
4.2.2.2	Programação de Despesas de Capital.....	135
4.2.2.3	Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	135
4.2.3	Programação de Despesas.....	136
4.2.4	Execução Orçamentária da Despesa	139
4.2.4.1	Execução da Despesa com Créditos Originários.....	139
4.2.4.1.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação ã Créditos Originários	139
4.2.4.1.2	Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa ã Créditos Originários	140

4.2.4.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	141
4.2.4.2.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação ã Créditos de Movimentação.....	141
4.2.4.2.2	Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa ã Créditos de Movimentação.....	142
4.2.4.2.3	Análise Crítica.....	143
5.	Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira.....	144
5.1	Reconhecimento de Passivos	144
5.1.1	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	144
5.1.2	Análise Crítica.....	146
5.2	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	147
5.2.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	147
5.2.2	Análise Crítica.....	148
5.3	Transferências de Recursos.....	149
5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	149
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	150
5.3.3	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	151
5.3.4	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	152
5.3.5	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	153
5.3.6	Análise Crítica.....	154
5.4	Suprimento de Fundos	155
5.4.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	155

5.4.1.1	Suprimento de Fundos ã Visão Geral	155
5.4.1.2	Suprimento de Fundos ã Conta Tipo B.....	156
5.4.1.3	Suprimento de Fundos ã Cartão de Crédito Corporativo.....	157
5.4.1.4	Utilização da Conta Tipo óBô e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ	158
5.4.1.5	Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos.....	159
5.4.1.6	Análise Crítica.....	160
5.5	Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ	161
5.6	Gestão de Precatórios.....	162
6.	Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.....	163
6.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos	163
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	163
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	164
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	165
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	166
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	167
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	168
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	170
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria	170
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	171
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	172
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos	173

6.1.7	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	174
6.1.7.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC.....	174
6.1.7.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico.....	177
6.1.7.3	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	178
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	179
6.2	Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	180
6.2.1	Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	180
6.2.2	Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público	181
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	182
6.2.4	Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	183
6.2.5	Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	184
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários	185
7.	Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	186
7.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	186
7.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	191
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	191
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	192
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	193
8.	Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento.....	194
8.1	Gestão da Tecnologia da Informação - TI	194
8.2	Análise Crítica	196

9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	197
9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	197
9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	199
10. Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas	200
10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício.....	200
10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício	200
10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	202
10.1.3 Recomendações da OCI Atendidas no Exercício	208
10.1.4 Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	209
10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	210
10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	211
10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	211
10.3.1.1 Análise Crítica.....	212
10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	213
10.4.1 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	213
11. Informações Contábeis.....	214
11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	214
11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	214
11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	215
11.2.1 Declaração Plena.....	215
11.2.2 Declaração com Ressalva.....	216
11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008	217

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976	221
11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais	222
11.6 Parecer da Auditoria Independente.....	223
12. Outras Informações Sobre a Gestão	224
PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	225
13. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/INCRA/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis	226
14. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.	227
ANEXOS.....	229

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ ã Relatório de Gestão Individual.....	18
Quadro A.3.1 ã Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	47
Quadro A.4.1 ã Programa de Governo constante do PPA ã Temático ã Programa 2066.....	53
Quadro A.4.4. 1.1 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 2105.....	55
Quadro A.4.4. 1.3 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 2114.....	63
Quadro A.4.4. 1.4 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 4426.....	64
Quadro A.4.4.5 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 8378.....	66
Quadro A.4.4.1.6 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 8387.....	67
Quadro A.4.4. 1.7 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 4460.....	69
Quadro A.4.4. 1.8 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 20TG	71
Quadro A.4.4. 1.9 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 8384.....	72
Quadro A.4.4. 1.10 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 0427.....	74
Quadro A.4.4. 1.11 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 20S7.....	81
Quadro A.4.4. 1.12 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 8396.....	83
Quadro A.4.4. 1.13 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 8398.....	89
Quadro A.4.4. 1.14 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 2B06	91
Quadro A.4.4. 1.15 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 4320.....	92
Quadro A.4.4. 1.16 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 4358.....	100
Quadro A.4.4. 1.18 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 8374.....	103
Quadro A.4.4. 1.19 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 4474.....	104
Quadro A.4.4. 1.20 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 6952.....	105
Quadro A.4.4. 1.21 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 8370.....	106
Quadro A.4.4.2.1 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 4470.....	112
Quadro A.4.4.2.2 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 4448.....	124
Quadro A.4.4.3.1 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 0859.....	125

Quadro A.4.4.3.2 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 20T1	129
Quadro A.4.5 ã Programa de Governo constante do PPA ã Programa 2120	130
Quadro A.4.6.1 ã Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ ã Ação 2000.....	131
Quadro A.4.6.2 ã Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ ã Ação 4572.....	132
Quadro A.4.6.3 ã Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ ã Ação 2103.....	133
Quadro A.4.7 ã Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	134
Quadro A.4.11 ã Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	136
Quadro A.4.14 ã Despesas por Modalidade de Contratação ã Créditos de movimentação	141
Quadro A.4.15 ã Despesas por Grupo e Elemento de Despesa ã Créditos de Movimentação.....	142
Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	144
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	147
Quadro A.5.3 ã Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	149
Quadro A.5.4 ã Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	150
Quadro A.5.5 ã Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes.....	151
Quadro A.5.6 ã Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	152
Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	153
Quadro A.5.8 ã Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)	155
Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	157
Quadro A.5.11 ã Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo óBô e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	158
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo óBô e CPGF)	159
Quadro A.6.1 ã Força de Trabalho da UJ ã Situação apurada em 31/12.....	163
Quadro A.6.2 ã Situações que reduzem a força de trabalho da UJ ã Situação em 31/12	164
Quadro A.6.3 ã Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	165
Quadro A.6.4 ã Quantidade de servidores da UJ por faixa etária ã Situação apurada em 31/12	166
Quadro A.6.5 ã Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	167
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	168
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	170

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	171
Quadro A.6.9 ã Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	174
Quadro A.6.10 ã Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	175
Quadro A.6.11 ã Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	176
Quadro A.6.12 ã Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	177
Quadro A.6.13 ã Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro	178
Quadro A.6.14 ã Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	180
Quadro A.6.15 ã Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.....	181
Quadro A.6.16 ã Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.....	182
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	183
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	184
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários	185
Quadro A.7.3 ã Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	193
Quadro A.8.1 ã Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	194
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	197
Quadro A.9.2 ã Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	199
Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	200
Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	202
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	208
Quadro A.10.5 ã Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	211
Quadro A.10.6 ã Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	213

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR ã Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB ã Associação Crédito do Brasil
CDR ã Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ ã Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC ã Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF ã Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ ã Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC ã Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT ã Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio ã Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB ã Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS ã Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS ã Ministério do Desenvolvimento Social

MMA ã Ministério do Meio Ambiente
 MP - Medida Provisória
 MPF ã Ministério Público Federal
 MTE ã Ministério do Trabalho e Emprego
 NE - Norma de Execução
 NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
 OCI ã Órgão de Controle Interno
 PA - Projeto de Assentamento
 PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 PAF - Projeto de Assentamento Florestal
 PB ã Projeto Básico
 PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
 PDTI ã Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PGE - Plano Geral de Estatísticas
 NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
 PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
 PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
 PC ã Plano de Compromisso
 PPA - Plano Plurianual
 PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
 PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
 PU - Planos de Utilização
 RB ã Relação de Beneficiários
 RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
 RG - Relatório de Gestão
 RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
 RL - Reserva Legal
 RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
 SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
 SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
 SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
 SIG - Sistema de Informações Geográficas
 SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
 SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
 SIR - Sistema de Informações Rurais
 SISDOC ã Sistema de Documento
 SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
 SISPROT ã Sistema de protocolo
 SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
 SPIUnet ã Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
 SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
 SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
 TCE - Tomada de Contas Especiais
 TCT ã Termo de Cooperação Técnica

TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na Decisão Normativa nº TCU N° 124 de 05 de dezembro de 2012, o Relatório de Gestão 2012 Individual, da Superintendência Regional do INCRA na Bahia, busca apresentar de forma clara e objetiva as principais realizações da gestão no ano de 2012, suas execuções físicas e orçamentárias e também registrar as principais dificuldades encontradas por esta unidade.

Nesta Superintendência Regional, no ano de 2012 tivemos situações inusitadas inicialmente com o Evento 64bril Vermelho, quando são apresentadas as reivindicações pelos Movimentos Sociais, logo em seguida a Greve dos Servidores Públicos Federais do INCRA com aproximadamente 84 dias de paralisação concomitantemente com a decretação do estado de calamidade pública nos Municípios onde estão situados grande número de Projetos de Assentamento, deixando as famílias assentadas em total insegurança alimentar e nutricional por falta de água potável para consumo humano e suas atividades de produção agrícola que propicia a geração de renda para seus sustentos.

Graças às parcerias com o Governo do Estado da Bahia através de convênio para ações como Assistência Técnica, Jurídica e Social nº ATES, Obras de Infraestrutura de Sistema de Abastecimento de Água, Convênios com Entidades Privadas sem fins lucrativos, foram garantidas as ações de assistência aos assentados, ampliação do PRONERA que demandou novas turmas de cursos de nível superior; os cerca de 47.000 hectares vistoriados para fins de cumprimento da função social da terra, os cerca de 75.236 hectares reconhecido com Comunidade Quilombolas; 17 sistemas de abastecimento de água entregues.

As dificuldades encontradas por esta Superintendência Regional para o efetivo cumprimento de suas atribuições destacamos: greve dos servidores (insatisfação salarial), a vacância de cargos de pessoal de nível superior e técnicos, aposentadorias; inclusive já pública e notória a insuficiência de servidores para o atendimento mínimo da demanda que a cada dia são acrescidos novas ações; insuficiência de recursos orçamentários para algumas Ações e restrita disponibilidade de financeiro para outras.

PARTE A CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Denominação abreviada: INCRA		
Código SIORG: 1799	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373001
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3411-7474	
Endereço eletrônico: publico@INCRA.gov.br		
http://www.INCRA.gov.br		
Endereço Postal: SBN Qd. 01 Bl. D - Edifício Palácio do Desenvolvimento - CEP: 70.057-900 - Brasília-DF		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
- Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 ã Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 ã Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 ã Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
- Portaria nº 20, de 08/04/2009 ã Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 ã Estrutura Regimental do INCRA		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
- Manual Operacional de ATES 2008 ã Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008 - Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária ã junho/2006 - Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006 - Manual de Operações do PRONERA ã Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011 - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais ã 2ª Edição/Revisada ã agosto/2010 - Manual de Orientação ã Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais ã abril/2002 - Manual de Cadastro Rural - Manual de Fiscalização Cadastral		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
373001	Departamento de Administração Financeira ã DAF - INCRA	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
n/a	Vide tabela abaixo	

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
n/a		37201	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
UF	CIDADE	SR	UG
BR	BRASIL	SEDE	373001/BR
-	BRASÍLIA	DAF-Bsb	373083/DAF-2
PA	BELÉM	SR-01/PA	373030/PA
CE	FORTALEZA	SR-02/CE	373045/CE
PE	RECIFE	SR-03/PE	373048/PE
GO	GOIANIA	SR-04/GO	373080/GO
BA	SALVADOR	SR-05/BA	373053/BA
MG	BELO HORIZONTE	SR-06/MG	373055/MG
RJ	RIO DE JANEIRO	SR-07/RJ	373062/RJ
SP	SÃO PAULO	SR-08/SP	373066/SP
PR	CURITIBA	SR-09/PR	373067/PR
SC	FLORIANOPOLIS	SR-10/SC	373070/SC
RS	PORTO ALEGRE	SR-11/RS	373072/RS
MA	SÃO LUIS	SR-12/MA	373040/MA
MT	CUIABÁ	SR-13/MT	373073/MT
AC	RIO BRANCO	SR-14/AC	373015/AC
AM	MANAUS	SR-15/AM	373025/AM
MS	CAMPO GRANDE	SR-16/MS	373058/MS
RO	PORTO VELHO	SR-17/RO	373082/RO
PB	JOÃO PESSOA	SR-18/PB	373047/PB
RN	NATAL	SR-19/RN	373046/RN
ES	VITORIA	SR-20/ES	373057ES
AP	MACAPÁ	SR-21/AP	373039AP
AL	MACEIO	SR-22/AL	373051/AL
SE	ARACAJU	SR-23/SE	373052/SE
PI	TEREZINA	SR-24/PI	373044/PI
RR	BOA VISTA	SR-25/RR	373029/RR
TO	PALMAS	SR-26/TO	373085/TO
MB	MARABÁ	SR-27/MB	133080/MB
DF	DF-ENTORNO	SR-28/DF	133088/DF
MF	MÉDIO S. FRANCISCO	SR-29/MF	373050/MF
ST	SANTAREM	SR-30/ST	373037/ST

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima que foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo as Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

1)Superintendências Regionais - SR ã Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (05)G possuem as seguintes atribuições:

a)Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b)Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano

Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d)Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I)À Procuradoria Regional - SR(05)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II)À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(05)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a)De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b)De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c)De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d)De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de

Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III) Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Obtenção - Proceder à vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

IV)À Divisão de Desenvolvimento - SR(05)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a)De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b)De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a

destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c)De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental ã ATEs; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

V)À Divisão de Administração - SR(05)A - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a)De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b)De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c)De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d)De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancários; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

e)Escritório Regional e a Superintendência - Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

VI) Às Unidades Avançadas - SR(00)UA - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

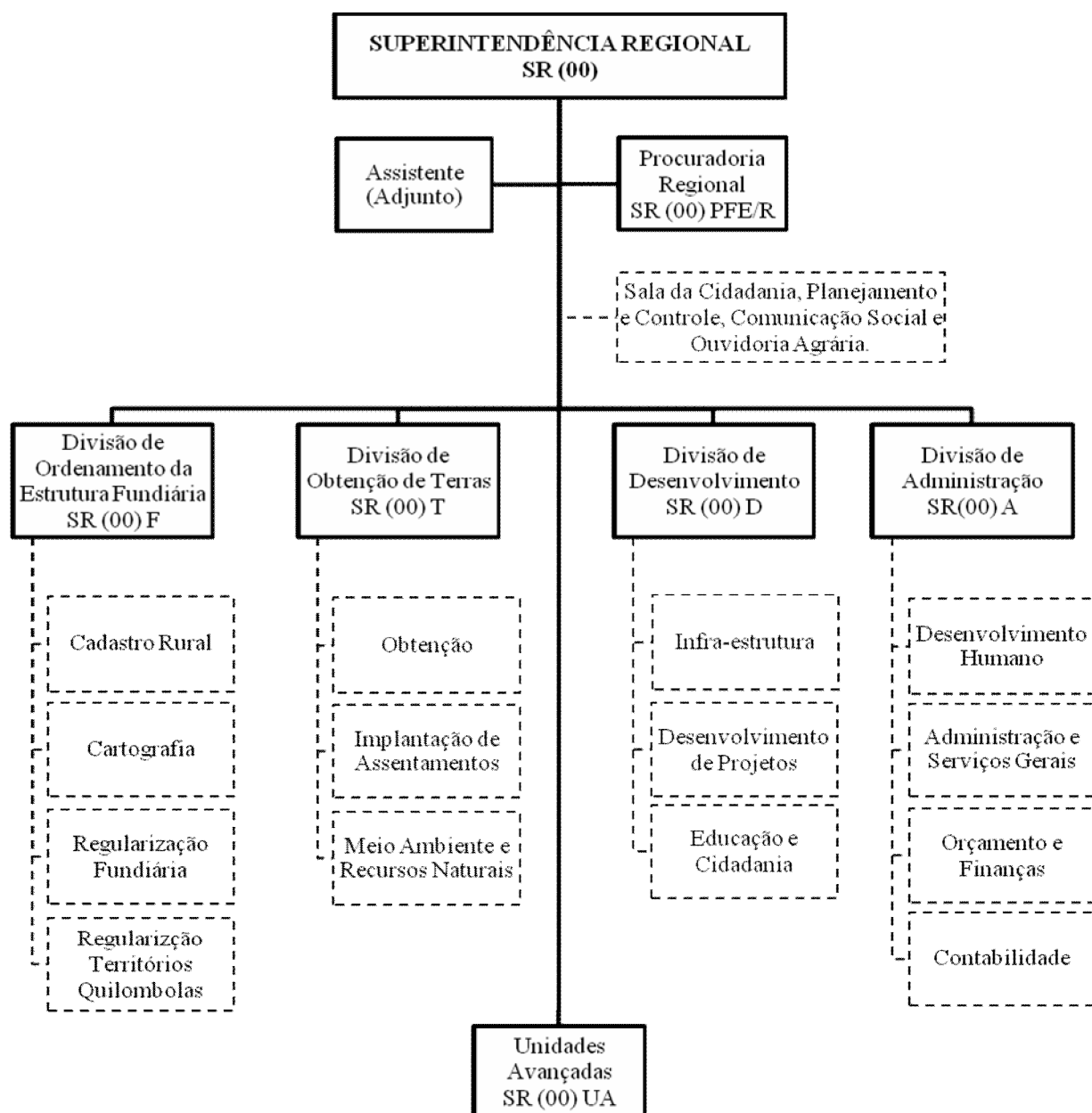
Obedecendo a estas competências / atribuições estabelecidas no Regimento Interno, em 2012, esta regional buscou trabalhar estrategicamente com prioridade na supervisão ocupacional dos lotes e na qualificação e consolidação dos projetos de assentamento, desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica, contribuindo com a redução da pobreza rural.

Como pontos positivos em 2012, podemos destacar a manutenção de uma assistência técnica para 35.493 famílias assentadas, numa parceria através de convênio com o Governo do Estado da Bahia, quase universalizando esta assistência à todos os assentados da Bahia; os 302 Km de estradas recuperadas, beneficiando 3.502 famílias; os 24 sistemas de abastecimento de água entregues, beneficiando 2.107 famílias, de suma importância neste ano de estiagem acentuada; dentre outros.

Por outro lado, como dificuldades encontradas por esta regional para o efetivo cumprimento de suas atribuições, destacamos: a greve dos servidores públicos federais, que durou quase três meses nesta regional; o profundo sentimento de desmotivação dos servidores; a já pública e notória (inclusive destacada pelo próprio TCU em seus pareceres finais dos RGs de anos anteriores) insuficiência de servidores para o atendimento mínimo da demanda; a insuficiência de recursos orçamentários para algumas Ações e restrita disponibilidade de financeiro para outras; e finalmente os normativos internos e demais aspectos legais ultrapassados e pouco eficientes.

1.3 Organograma Funcional

Figura I ã Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067



1.4 Macroprocessos Finalísticos

Tomando por base a Estrutura Regimental, com as competências / atribuições de cada regional por ela definidas, podemos destacar 03 (três) Macroprocessos Finalísticos, a saber:

- Criação de Projetos de Assentamento e assentamento de famílias;
- Desenvolvimento de Projetos de Assentamento;
- Regularização fundiária;

No macroprocesso Criação de Projetos de Assentamentos e Assentamento de Famílias, cinco ações estão envolvidas: a vistoria e avaliação de imóveis rurais, a obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária; o cadastro e seleção de famílias a serem beneficiadas; a supervisão ocupacional dos lotes já existentes; e o licenciamento ambiental do projeto de assentamento. Cada uma destas cinco ações possui um servidor assegurado que trabalha na coordenação de uma equipe própria, contratada ou conveniada e fica responsável pela gestão dos instrumentos vigentes.

No macroprocesso Desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, cinco ações estão envolvidas: a disponibilização de crédito, em suas diversas modalidades, às famílias assentadas; a implantação de infraestrutura viária e de fornecimento de água aos Projetos de Assentamento; a concessão de assistência técnica produtiva às famílias assentadas; o incentivo à agroindustrialização e comercialização de produtos da reforma agrária; e o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, aos assentados de reforma agrária. Cada uma destas cinco ações possui um servidor assegurado que trabalha na coordenação de uma equipe própria, contratada ou conveniada e fica responsável pela gestão dos instrumentos vigentes.

No macroprocesso Regularização Fundiária Nacional, cinco ações estão envolvidas: o gerenciamento e fiscalização cadastral dos imóveis rurais; o georreferenciamento da malha fundiária nacional; e a regularização fundiária e titulação de imóveis rurais; o reconhecimento, delimitação, desintrusão e titulação de Territórios Quilombolas; e a indenização das terras aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas. Cada uma das três primeiras ações possui um servidor assegurado que trabalha na coordenação de uma equipe própria, contratada ou conveniada e fica responsável pela gestão dos instrumentos vigentes e as duas últimas ações. As duas últimas ações possuem um servidor assegurado que trabalha na coordenação de uma equipe própria e fica responsável pela gestão dos instrumentos vigentes.

Cada um desses asseguradores fica subordinado a uma das três Chefias de Divisão finalísticas, conforme organograma. São ao todo quinze ações, todas de elevado grau de complexidade técnica e jurídica.

Macroprocessos Finalísticos	Ações	Gratificação (DAS)
Criação de Projetos de Assentamento e assentamento de famílias	vistoria e avaliação de imóveis rurais	NÃO
	obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária	SIM
	cadastro e seleção de famílias a serem beneficiadas	NÃO
	supervisão ocupacional dos lotes já existentes	NÃO
	licenciamento ambiental do projeto de assentamento	SIM
Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	disponibilização de crédito	NÃO
	implantação de infraestrutura viária e de fornecimento de água	SIM
	concessão de assistência técnica produtiva	NÃO
	incentivo à agroindustrialização e comercialização de produtos da reforma agrária	NÃO
	acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis	NÃO
Regularização Fundiária	gerenciamento e fiscalização cadastral dos imóveis rurais	SIM
	georreferenciamento da malha fundiária nacional	SIM
	a regularização fundiária e titulação de imóveis rurais	NÃO
Quilombolas	reconhecimento, delimitação, desintrusão e titulação de Territórios Quilombolas	NÃO
	a indenização das terras aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	

1.5 Macroprocessos de Apoio

Podemos classificar como macroprocessos de apoio os serviços dentro da estrutura da Superintendência Regional que dão suporte às áreas finalísticas, que classificamos neste relatório, como macroprocessos finalísticos.

Estes serviços seriam então a Procuradoria Regional, a Divisão de Gestão Administrativa, a Assessoria de Planejamento, a Comunicação Social, a Ouvidoria Agrária e a Sala da Cidadania.

A Procuradoria Regional promove a representação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assisti o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

A Divisão de Administração coordena e supervisiona a execução das atividades de Desenvolvimento Humano, de Contabilidade, de Serviços Gerais, de Orçamento e Finanças, dentre outras.

A Assessoria de Planejamento, embora tenha a prerrogativa de desenvolver atividades muito mais amplas e complexas, dentro da estrutura da Superintendência Regional tem desenvolvido apenas atividades de disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas pela Sede; coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas; e coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional.

A Comunicação Social assisti o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; promove a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; produzi comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; realiza assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; supervisiona as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; providencia o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional.

A Ouvidoria Agrária trabalha na prevenção e mediação de conflitos agrários; articula com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; recebe,

processa e oferece encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários.

A Sala da Cidadania gerencia as atividades de atendimento ao cidadão; orienta, pesquisar e recepciona os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes.

1.6 Principais Parceiros

O principal parceiro desta regional é o Governo do Estado da Bahia, com o qual mantém vários convênios, através da SAEGR, SEDUR e SEDIR. Também possui parcerias com Universidades Federais no âmbito do Programa Nacional de Educação na reforma Agrária, PRONERA.

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

Esta regional do INCRA tem seu planejamento realizado anualmente, com base nos limites orçamentários e metas físicas estabelecidos pela Sede, formalizada através de um Plano de Compromissos.

Este Plano tem sua estrutura vinculada ao Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, identificando os Programas Temáticos, os Objetivos, as Iniciativas e as Ações nele estabelecidas. Até o ano de 2012, não havia detalhamento neste Plano a nível municipal ou de Projetos de Assentamento, ou mesmo de integração com outros Programas Federais ou Estaduais, ficando a critério de cada gestor estabelecer as prioridades a serem atendidas dentro de sua circunscrição.

Com uma demanda social notadamente sempre superior aos limites impostos pela LOA, a priorização das atividades a serem desenvolvidas por esta regional seguiu critérios distintos a depender da Ação a ser realizada, tais como: prazos legais, áreas de conflito, causas naturais (secas, alagamentos, etc), processos mais antigos, pressão social, dentre outros. Não houve formalização no estabelecimento dessas prioridades.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Embora esta Superintendência tenha se esforçado para iniciar o cumprimento de metas físicas desde o início do exercício, mais uma vez não logrou êxito em virtude da falta de recursos orçamentários e financeiros, uma vez que a disponibilidade destes concentra-se sempre no segundo semestre, e de forma mais acentuada, no final do exercício. Também encontrou dificuldade em virtude dos 84 dias de greve por parte dos servidores, o que comprometeu bastante o desempenho desta regional. De fato, esta Superintendência Regional teve apenas o segundo semestre de efetivo trabalho, ainda assim, com seu corpo funcional extremamente desmotivado em função do insucesso nas tratativas referentes ao movimento paredista.

Com estas limitações, esta unidade adotou como estratégia de atuação, apenas o atendimento de demandas que já tinham processo em curso, e contratos e convênios em andamento.

Outra grande dificuldade que este órgão enfrenta no que diz respeito ao cumprimento daquilo que planeja, dentro de critérios técnicos, é a pressão social a que está suscetível. Movimentos sociais extremamente organizados e articulados, inclusive nas mais altas esferas políticas, exercem claramente uma forte influência na tomada de decisões do gestor, ainda que de forma involuntária.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Conforme dito anteriormente, esta regional não possui um planejamento a nível de detalhamento na esfera municipal ou de Projetos de Assentamento. Os limites orçamentários e metas dentro de cada Ação finalística são definidos diretamente pela Sede. Os resultados alcançados e a análise crítica de cada um são encontrados no item 4.1.4 deste relatório.

2.4 Indicadores

Conforme dito anteriormente, esta regional não possui um planejamento a nível de detalhamento na esfera municipal ou de Projetos de Assentamento. Os limites orçamentários e metas dentro de cada Ação finalística são definidos diretamente pela Sede. Os resultados alcançados e a análise crítica de cada um são encontrados no item 4.1.4 deste relatório.

A seguir serão apresentados os indicadores de desempenho da gestão desenvolvidos pela UJ para medir a efetividade dos principais processos da UJ.

a) Ação 0859: Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos.

Finalidade: Obter terras e indenizar benfeitorias dos territórios reconhecidos e demarcados para titulação em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Unidades monitoradas: Hectare e Imóvel.

Indicador: Área indenizada.

b) Ação 20T1: Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Unidades monitoradas: Relatório, família, hectare, portaria, unidade, imóvel, decreto, comunidade/território.

Indicador: Área reconhecida.

c) Ação 2105: Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural) Ação 0427: Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas.

Finalidade: Garantir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e conferir maior segurança jurídica para o Serviço de Registro de Imóveis - SRI. Fiscalizar o cadastro, visando o cumprimento da função social da propriedade para subsidiar as ações de obtenção de terras; combater à grilagem de terras e o trabalho análogo ao de escravo; verificar a legalidade dominial dos imóveis rurais e a veracidade das informações declaradas; verificar o limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e identificar os imóveis passíveis de ações de reforma agrária; gerir a Rede Nacional de Cadastro Rural; elaborar o Plano Geral de Estatísticas Cadastrais e estudos técnicos cadastrais.

Unidades monitoradas: Imóvel.

Indicador: Imóvel gerenciado.

d) Ação 4426: Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional.

Finalidade: Georreferenciar imóveis rurais públicos e privados e fiscalizar esse serviço. Ampliar e manter a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GNSS. Manter as atividades do Comitê Nacional de Certificação e Credenciamento e dos Comitês Regionais de Certificações. Digitalizar o acervo fundiário analógico das Superintendências Regionais e dos Governos Estaduais.

Unidades monitoradas: Hectare e Imóvel/Posse.

Indicador: Imóvel georreferenciado.

e) Ação 2110: Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos.

Finalidade: Regularizar as ocupações rurais em terras públicas federais e estaduais, fora da Amazônia Legal. Legalizar imóveis rurais e ratificar títulos na faixa de fronteira.

Unidades monitoradas: Imóvel/Posse, Hectare.

Indicador: Imóvel regularizado.

f) Ação 8378: Gestão de Terras Públicas.

Finalidade: Realizar a Gestão das terras públicas federais e apoiar na gestão das estaduais, Promovendo, mediante processo discriminatório ou de arrecadação sumária, a demarcação topográfica, a incorporação e posterior destinação de terras públicas federais, para fins de regularização fundiária, reforma agrária, doação para municípios, concessão de direito real de uso para unidades de conservação, dentre outras.

Unidades monitoradas: Hectare e Imóvel/Posse.

Indicador: Área diagnosticada.

g) Ação 0000: Criação de Projetos de Assentamento.

Finalidade: Não é ação do Plano Plurianual e sim meta de governo.

Unidades monitoradas: PA, Capacidade de Famílias e Hectare.

Indicador: Projeto Criado.

h) Ação 8387: Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.

Unidades monitoradas: Hectare e Imóvel/vistoria.

Indicador: Área vistoriada.

i) Ação 4460: Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamentos de trabalhadores rurais, permitindo a imediata imissão na posse.

Unidades monitoradas: Hectare, Imóvel e Capacidade de Famílias.

Indicador: Área obtida.

j) Ação 20TG: Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.

Finalidade: Cumprir o pagamento de complementação da indenização do preço da terra nua em decorrência em processos de desapropriação de imóveis rurais para reforma agrária

Unidades monitoradas: ha/Imóvel.

Indicador: Área indenizada.

k) Ação 8384: Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Finalidade: Assentar famílias do público da Reforma Agrária por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com Infraestrutura básica, crédito instalação e licenciamento ambiental, e proceder a supervisão ocupacional dos lotes.

Unidades monitoradas: Famílias.

Indicador: Família assentada.

l) Ação 8374: Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.

Finalidade: Licenciar e regularizar os assentamentos da reforma agrária nos questões ambientais.

Unidades monitoradas: Licenças.

Indicador: Licença ambiental protocolada.

m) Ação 0427: Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Unidades monitoradas: Famílias, Famílias atendidas com Complementação de Crédito, Família Atendida com Complementação Restos a Pagar, PA e Casa.

Indicador: Família atendida.

n) Ação 20S7: Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária.

Finalidade: Supervisionar, fiscalizar e acompanhar as famílias assentadas na aplicação adequada do Crédito de Instalação, bem como prestar serviços de assistência técnica tanto na elaboração do projeto quanto na edificação, na reforma ou na ampliação da habitação, nos projetos de assentamentos rurais.

Unidades monitoradas: Famílias/PA.

Indicador: Crédito supervisionado.

o) Ação 8398: Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Unidades monitoradas: Famílias e PA.

Indicador: Família atendida.

p) Ação 8396: Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.

Finalidade: Prover ou recuperar a infraestrutura básica dos projetos de assentamento rural, necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Unidades monitoradas: Família, Km e Unidades.

Indicador: Família atendida.

q) Ação 4358: Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e para as entidades públicas ou privadas

Unidades monitoradas: Documento, PA, Parcela ou Lote, Lote/Parcela Retomada.

Indicador: Documento de titulação expedido.

r) Ação 2B06: Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

Finalidade: Realizar a gestão ambiental dos projetos de assentamentos da reforma agrária, por meio do monitoramento das atividades relacionadas com a regularização e com o uso dos recursos naturais, promovendo a implementação do manejo sustentável da flora ou da fauna, e

incentivando a adoção de alternativas sustentáveis de produção com base agro-ecológica, florestal ou agro-florestal.

Unidades monitoradas: Família, PA, Hectare.

Indicador: Assentamento beneficiado/monitorado.

s) Ação 4320: Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol.

Finalidade: Incrementar a renda nos projetos de assentamento rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, as experiências e as potencialidades locais, bem como a supervisionar e acompanhar a execução.

Unidades monitoradas: Família, PA e Projeto Contratado.

Indicador: Família beneficiada.

t) Ação 0A81: Financiamento para Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001).

Finalidade: Prestar apoio financeiro às atividades agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família, no âmbito do PRONAF, por meio de concessão de empréstimos.

Unidades monitoradas: Contrato, Recurso (R\$) e Documento.

u) Ação 4474: Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA).

Finalidade: Capacitar, alfabetizar e escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não logrou concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Unidades monitoradas: Trabalhador.

Indicador: Trabalhador rural escolarizado.

v) Ação 6952: Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária.

Unidades monitoradas: Profissional.

Indicador: Profissional capacitado.

x) Ação 8370: Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos.

Unidades monitoradas: Profissional.

Indicador: Profissional formado.

y) Ação 4470: Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.

Finalidade: Viabilizar a Assistência Técnica e a Extensão Rural às famílias dos Projetos de Assentamento, visando promover processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades agrícolas e não agrícolas, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais, contribuindo para a melhoria da renda, da segurança alimentar, da diversificação da produção e acesso as políticas públicas, visando alcançar a sustentabilidade econômica e socioambiental nos assentamentos da reforma agrária.

Unidades monitoradas: Família, PA, Técnico Contratado e Prestadoras Contratadas/Conveniadas.

Indicador: Família assistida.

z) Ação 4448: Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Finalidade: Formar e capacitar agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER que já atuam ou que poderão vir a atuar junto à Agricultura Familiar ou à Reforma Agrária, visando a construção e a disponibilização de conhecimentos técnico-científicos, metodológicos e de gestão que contribuam para a qualificação dos serviços prestados aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Unidades monitoradas: Unidade.

Indicador: Agente formado.

a1) Ação 8402: Documentação da Trabalhadora Rural.

Finalidade: Assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

Unidades monitoradas: Documento e Pessoa.

Indicador: Documento emitido.

b1) Ação 2000: Administração da Unidade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Unidades monitoradas: Unidade.

Indicador: Sem produto.

c1) Ação 4572: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Unidades monitoradas: Servidor Capacitado e Hora-aula.

Indicador: Servidor capacitado.

3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 Estrutura de Governança

O setor de Auditoria do INCRA está localizado exclusivamente na Sede em Brasília, ou seja, não compõe a estrutura das Superintendências Regionais. Assim, toda atividade atrelada à Auditoria Interna é realizada por Brasília, em consonância com seus normativos regulamentadores.

De acordo com a estrutura básica da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, a Auditoria Interna é órgão seccional integrante da estrutura do órgão e a ela compete:

I ã assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II ã prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;

III ã planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas; e

IV ã subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA, bem como nas ações voltadas para a modernização institucional.

O Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA nº 20 de 08 de abril de 2009, estabelece em seu art. 56 à Auditoria a competência de assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

I ã assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível e segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II ã prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições;

III ã planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA;

IV ã subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional;

V ã examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;

VI ã elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e

VII ã analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos

O Controle Interno da Superintendência Regional do INCRA na Bahia é coordenado pelo Gabinete, com apoio da assessoria de Planejamento e da Divisão de Serviços Administrativos no atendimento de eventuais diligências dos Órgãos de Controle Interno e Externo, consolidando as informações dos outros Setores, para que as informações, respostas e justificativas prestadas nas diligências, contenham qualidade mínima de informações e documentos.

Em virtude da limitada capacidade operacional decorrente da carência de servidores, aliada à intensa demanda de atividades, ainda não é criar uma estrutura que contemple elementos gerenciais, como a avaliação de risco.

O monitoramento é realizado mensalmente por meio do Módulo de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais - SIR (<http://sir.incra.gov.br/incra>), e contempla a execução do ponto de vista físico e financeiro de 27 (vinte e sete) Ações contidas em 10 (dez) Programas inseridos no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, o que permite o acompanhamento do grau de execução destas ações ao longo do ano, fornecendo subsídios a seus gestores para a tomada de decisões com base nas informações disponibilizadas.

Quadro A.3.1 Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1.A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8.Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	

15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16.Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25.A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica: Tendo em vista as restrições orçamentárias e financeiras que ocorreram no ano de 2012, não foi possível capacitar nenhum servidor em procedimentos específicos de Controles Internos.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU N° 119, de 18 de janeiro de 2012.

3.4 Sistema de Correição

A atividade correcional é exercida na autarquia de forma descentralizada, uma vez que são autoridades instauradoras o Presidente do Incra, o Chefe de Gabinete, os Diretores e os Superintendentes Regionais.

A estrutura organizativa contempla, na Sede, uma unidade administrativa denominada Divisão de Procedimentos Disciplinares ã GABT-1 (vinculada ao Gabinete da Presidência ã órgão de assistência direta e imediata ao Presidente) que exerce as atribuições descritas no artigo 16 do Regimento Interno.

No âmbito das superintendências regionais não existe uma unidade organizativa específica responsável pelas atividades disciplinares. Contudo o artigo 132 do Regimento Interno atribui aos Superintendentes Regionais a competência para instauração de procedimentos disciplinares, dentro da sua área de atuação.

Assim, o sistema vigente não permite que a gestão da apuração das denúncias e das representações contra servidores seja exercida plenamente, uma vez que não existe uma unidade seccional responsável por centralizar as apurações nas Superintendências Regionais, conforme preconiza o Decreto 5.480, de 30.06.2005.

Não obstante, o INCRA tem se esforçado para registrar nos sistemas informatizados disponíveis ã CGU-PAD e SisPad ã as informações relativas ao andamento das apurações disciplinares, em busca de obter o maior controle possível sobre as diversas apurações e seus resultados.

Dadas estas circunstâncias e, pela relevância do assunto, por meio do art. 6º. Da Portaria INCRA/P/N.191, de 30.06.2009, foi delegada competência ao Chefe de Gabinete para instaurar procedimentos apuratórios, julgar e aplicar penalidades de advertência e suspensão até o limite de 30 dias, em relação a irregularidades que envolvam acesso não autorizado ou inclusão indevida de dados no Sistema nacional de Cadastro Rural ã SNCR e expedição fraudulenta de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais ã CCIR, independente do local da ocorrência dos fatos. Por este motivo, há uma concentração de apurações instauradas pelo Gabinete da Presidência, em face das denúncias apresentadas relacionadas ao tema.

Destarte, embora a atual estrutura apresente avanços no tocante à apuração de irregularidades administrativas cometidas por servidores, ainda não abarca a dimensão e a relevância das atividades correcionais. E, por esta razão, o assunto tem sido pautado pela Direção do Instituto, para que sejam retomados os estudos que visem à estruturação de uma unidade de Corregedoria, com o propósito de tornar mais efetiva a vigilância, orientação e correção das atividades funcionais, bem como a conduta dos seus agentes, em busca de atender às recomendações dos órgãos de controle e do Decreto 5.480/2005.

Durante todo a ano de 2012, foram instauradas 9 Sindicâncias e foram concluídas (julgadas) um total de 10 Sindicâncias.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O INCRA conta com 2 servidores por superintendência regional, ou seja 60 servidores, treinados para o uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD e, na Sede, 4 servidores estão capacitados para sua utilização.

Apesar das dificuldades relativas à estrutura e pessoal na superintendência regional, temos mantido os dados atualizados no sistema.

Nos casos em que o julgamento deve ser proferido pelo Chefe de Gabinete ou pelo Presidente, a Divisão de Procedimentos Disciplinares tem competência para providenciar a atualização das informações.

Já nos processos instaurados pela Sede, as informações são lançadas nos momentos de instauração e de conclusão dos processos, com anexação das peças principais no referido sistema.

Ademais, no intuito de obter informações mais específicas foi criado o SisPad, sistema informatizado desenvolvido na autarquia, que permite obter relatórios sobre os apuratórios de forma mais adequada aos interesses do INCRA.

Para dar mais agilidade a esta atividade, encontra-se em estudo uma proposta para incumbir as próprias comissões de realizar os lançamentos das informações intermediárias, tais como portarias de prorrogação, continuidade e alteração e até mesmo o Relatório Final.

4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.1 Programa de Governo constante do PPA – Temático – Programa 2066

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa		2066			
Título		Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária			
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)					
Fontes de Recursos		Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d ã e)	
		e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		2.674.035.000	1.351.073.356	8.423.771.000	
b) Outras Fontes					
c) Subtotais (a + b)		2.674.035.000	1.351.073.356		
d) Valor Global Previsto no PPA		11.097.806.000			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
			Processados	Não Processados	
Objetivos Relacionados ao Programa					
Código	Descrição			Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento	
0418	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.			INCRA	
0419	Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.			INCRA	
0420	Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.			INCRA	

0421	Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	INCRA
0422	Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.	INCRA

Uma análise crítica de um Programa de Governo feito por uma Superintendência Regional seria demasiadamente pontual e não refletiria a sua realidade. Sugerimos ver o relatório de gestão da Sede desta autarquia, consolidado de todas suas regionais.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

O INCRA possui apenas uma unidade orçamentária para todo o Órgão. A Sede ao receber os recursos orçamentários e financeiros, repassa tais valores para as Superintendências, as quais assumem a responsabilidade pela execução apenas das ações de sua responsabilidade.

Diante deste fato entendemos que este quadro deve ser preenchido exclusivamente no Relatório de Gestão - RG da Sede, uma vez que a Superintendência Regional não acompanha a execução dos programas e nem tampouco tem elementos para escrever qualquer análise crítica sobre os mesmos. Inclusive em anos anteriores, este quadro não foi inserido no RG da Bahia.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

O INCRA possui apenas uma unidade orçamentária para todo o Órgão. A Sede ao receber os recursos orçamentários e financeiros, repassa tais valores para as Superintendências, as quais assumem a responsabilidade pela execução apenas das ações de sua responsabilidade.

Diante deste fato entendemos que este quadro deve ser preenchido exclusivamente no Relatório de Gestão - RG da Sede, uma vez que a Superintendência Regional não acompanha a execução dos programas e nem tampouco tem elementos para escrever qualquer análise crítica sobre os mesmos. Inclusive em anos anteriores, este quadro não foi inserido no RG da Bahia.

4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.4.1 Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Quadro A.4.4. 1.1 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 2105

Identificação da Ação						
Código	2105					
Descrição	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural					
Iniciativa	01DV					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
45.000	31.457,17	31.457,17	0	0	31.457,17	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Gerenciado	Imóvel	556	19.024	10.000	31.457,17

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise das Declarações de Imóvel Rural

Foi prevista uma meta de 556 imóveis gerenciados nas ações a serem realizadas por esta Superintendência Regional, entretanto, fora executada 19.024, um aumento muito superior ao projetado. Isso se deve às ações realizadas em parceria com as Prefeituras Municipais e o Governo do Estado, em áreas até quatro módulos fiscais, através de Termo de Cooperação Técnica. Atualmente existem 85 unidades municipais de Cadastro Rural e uma Unidade Estadual. Além disto foram deslocados dois servidores de outras Superintendências na complementação desta ação. Esta ação desempenha papel central no gerenciamento da estrutura fundiária através do acompanhamento da análise das declarações para cadastro de imóvel rural, bem como o acompanhamento de imóveis flagrados com trabalhos escravos; além de promover a seleção e vistorias de imóveis rurais com área superior a 15 módulos fiscais.

Em abril de 2012, foram 70 servidores destas prefeituras foram capacitados e serão responsáveis por atender todos os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais, maior demanda deste serviço, e 3 profissionais da Unidade Estadual de Cadastro Rural. Em abril de 2013 será feito treinamento de mais 15 servidores municipais através de novos Termos de Cooperação técnica assinados entre o INCRA e as Prefeituras Municipais.

Descaracterização de Imóvel como Rural

É realizada nos imóveis rurais que perderam a sua vocação rural, ou seja, quando, a partir de determinado momento não podem mais ser enquadrados na definição de imóvel rural preconizada pelo Direito Agrário.

A solicitação de manifestação do INCRA sobre a descaracterização de imóvel como rural se aplica nos casos em que o imóvel não mais se caracteriza como rural como exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial, ou nos casos em que o imóvel rural possui uma destinação de iniciativa privada não relacionada à atividade rústica descrita no art. 64 da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Destas situações no ano de 2012 foram analisados 37 processos administrativos, cujo objetivo era a descaracterização de imóveis rurais, por perda da sua vocação rural, sendo que destes, 31 foram deferidos e 6 aguardam a apresentação de documentos complementares ou a manifestação dos interessados.

Parcelamento: Loteamento e Desmembramento de Imóveis Rurais Localizados em Zona Urbana Municipal.

Aplicado nos imóveis em que o proprietário diversificar a utilização econômica do imóvel rural, para destinação urbana. O parcelamento do solo urbano municipal é definido e regulamentado pela Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, não existindo necessidade de anuência do INCRA, quando o imóvel rural, objeto do parcelamento para fins urbanos, se localizar em zona urbana ou de expansão urbana.

Na hipótese de projeto de parcelamento de imóvel rural localizado em zona urbana ou de expansão urbana, nos termos do item 2.2 da Instrução INCRA nº 17-b/80 c/c o art. 3º da Lei 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e retira da competência do INCRA a aprovação e fiscalização do projeto mencionado, cabe ao INCRA, unicamente, proceder à atualização cadastral, retificando ou cancelando o código do imóvel no SNCR, desde que aprovado o Projeto de Parcelamento pela Prefeitura Municipal e registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente.

Em 2012 foram analisados 53 processos dessa espécie, sendo que 5 tiveram deferidos os seus pedidos, com a atualização do cadastro do imóvel, e 48 convertidos em diligência, aguardando a apresentação de documentação complementar.

Parcelamento de Imóveis Rurais Localizados em Zona Rural

Esse parcelamento se destina à formação de Núcleos Urbanos, à formação de Sítios de Recreio e à Industrialização. Objetivando a utilização racional do uso do solo e o interesse público envolvido, cabendo a prévia anuência do INCRA, nos casos que tratem de parcelamentos, com fins urbanos, de imóveis rurais localizados fora da Zona Urbana, com fulcro no item 3, da Instrução INCRA nº 17, b de 22 de dezembro de 1980.

Os parcelamentos com vistas à formação de núcleos urbanos, sítios de recreio ou industrialização somente poderão ser executados em área que por suas características e situação, seja própria para a localização de serviços comunitários das áreas rurais circunvizinhas; seja oficialmente declarada como zona de turismo ou tenha, comprovadamente, perdido suas características produtivas.

Importante registrar que, nos casos previstos na Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001, deverão ser apresentados planta cartificada e memorial descritivo do imóvel rural, identificando a área a ser utilizada para o fim solicitado, conforme estabelecido na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

No ano de 2012 foram analisados 2 processos, sendo deferidos os pedidos.

Desmembramento de Imóveis Rurais Abaixo da Fração Mínima de Parcelamento

O Decreto 62.504, de 8 de abril de 1968, foi criado para possibilitar o desmembramento de imóveis rurais em áreas abaixo da Fração Mínima de Parcelamento, nos casos em que essas terras desmembradas sejam destinadas a obras de necessidades ou utilidade pública, obras de infraestrutura ou atividades outras que beneficiem e desenvolvam o meio rural, bem como as comunidades ali inseridas, sendo que a área a ser desmembrada não implica a formação de um novo imóvel rural.

A finalidade desse procedimento é instruir sobre a forma de enquadramento do requerimento e definir os procedimentos voltados para a autorização do desmembramento abaixo da Fração Mínima de Parcelamento, e o Analista deve verificar se o requerimento é compatível com a disposição do art. 2º, II, e enquadrado em uma das hipóteses previstas nas alíneas óaô, óbô e ócô, bem como se a instrução processual está em conformidade com as determinações do art. 4º, § único, alíneas óaô à oeô do referido Decreto Federal.

No ano de 2012 foram analisados 8 processos, os quais tiveram os seus pedidos deferidos.

Cancelamento de Cadastro junto ao SNCR

Nesta ação, o requerente solicita o cancelamento do código de cadastro do imóvel rural, no Sistema Nacional de Cadastro Rural ã SNCR.

O INCRA somente cancelará o cadastro do imóvel rural se restar comprovada, pelo requerente, a duplicidade de cadastramento, com a emissão de dois ou mais Certificados de Cadastro de Imóvel Rural ã CCIR. Assim, nos casos de transferência ou remembramento da área total do imóvel, caberá ao transmitente, orientando o adquirente para ao preenchimento dos formulários próprios para cadastramento, transferindo, e não, cancelando, o código do imóvel e o CCIR envolvido para o atual proprietário.

No ano de 2012, foram analisados 39 processos, destes 8 foram indeferidos, 7 deferidos, e 24 convertidos em diligência, e aguardam documentação ou manifestação do interessado.

Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro

A regulamentação de aquisição de terras por estrangeiro, pessoa física ou pessoa jurídica, visa dentre outras medidas a preservação da soberania nacional, assegurando aos brasileiros e a futura geração independência tanto territorial, quanto financeira, no tocante à exploração, utilização e preservação das nossas riquezas naturais.

A legislação, vigente em nosso ordenamento pátrio, que rege a aquisição de terras por estrangeiro, consiste na Lei nº. 5.709/71, no Decreto nº. 74.965/74, na Instrução

Normativa/INCRA/ nº. 70/11 e a nova Instrução Normativa Conjunta nº 1/12, firmada pelo MDA, MAPA, MDIC, Turismo e INCRA.

Todas as aquisições que envolvam estrangeiros devem observar essas legislações para garantir o correto registro junto aos Cartórios de Registro de Imóveis.

Uma observação importante deve ser levantada, é que os estrangeiros não podem adquirir posse de imóveis rurais, nem tão pouco doação de terras públicas, salva, neste último, para núcleos coloniais.

A legislação estabelece restrições tanto a pessoa física estrangeira, pessoa natural, quanto a pessoa jurídica estrangeira ou pessoa jurídica brasileiro, cujo sócio majoritário seja pessoa física ou jurídica estrangeira e resida ou tenha sede no exterior.

A pessoa física estrangeira poderá, desde que seja a primeira aquisição, adquirir ou arrendar imóvel rural até 03 Módulos de Exploração Indefinida, parâmetro estabelecido pelo INCRA para cada Município, sem necessidade de autorização, respeitando as demais legislações pertinentes para a matéria.

Nos demais casos é necessária a autorização, que neste caso deve ser prévia, com a formalização de um processo próprio. Quando à área for superior a 50 Módulos a autorização será do Congresso Nacional.

No tocante as pessoas com nacionalidade portuguesa, estas gozam de certos privilégios, sendo tratados como óbrasilerosô, no tocante a aquisição ou arrendamento de imóvel rural, quando apresentam Certificado de Reciprocidade firmado entre os dois Países. (Decreto nº. 3.927/01 e Decreto nº. 70.391/72).

A pessoa jurídica, tanto estrangeira autorizada a funcionar no País, quanto brasileira cujo sócio majoritário seja estrangeiro e tenha sede ou resida no exterior, necessita de prévia autorização do INCRA, tanto para aquisição, quanto para arrendamento de imóvel rural no País, independentemente da área. Quando à área for superior a 100 Módulos a autorização será do Congresso Nacional.

A pessoa jurídica tem uma peculiaridade, haja vista que o Parecer AGU, Nº.GQ ã 22 de 1994 (não vinculante) e Parecer AGU, Nº.GQ ã 181 de 1998, entendiam no sentido de que o art. 1º, § 1º da Lei 5.709/71, havia sido revogado, enquadrando, assim, estas empresas como brasileira, podendo adquirir imóveis rurais como brasileiras fossem. Este entendimento foi pacificado com a edição da Instrução Normativa Conjunta nº 1/12, que entendeu que nas aquisições ou arrendamentos de Imóveis Rurais ocorridos entre 07/06/1994 a 22/08/2010, poderão, sem qualquer sanção administrativa, recadastrar os referidos imóveis junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural -SNCR.

Outro ponto sensível está no Projeto de Exploração, que é obrigatório para pessoa jurídica e para pessoa física, acima de 20 Módulos.

A quantidade total de processos físicos localizados no Serviço de Cadastro Rural é de 241, assim distribuídos:

ANO	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
QUANTIDADE	40	23	43	29	42	21	19	15	07	01	01

Foram analisados 80 processos em 2012.

ANO	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
QUANTIDADE	37	16	11	06	04	01	03	02

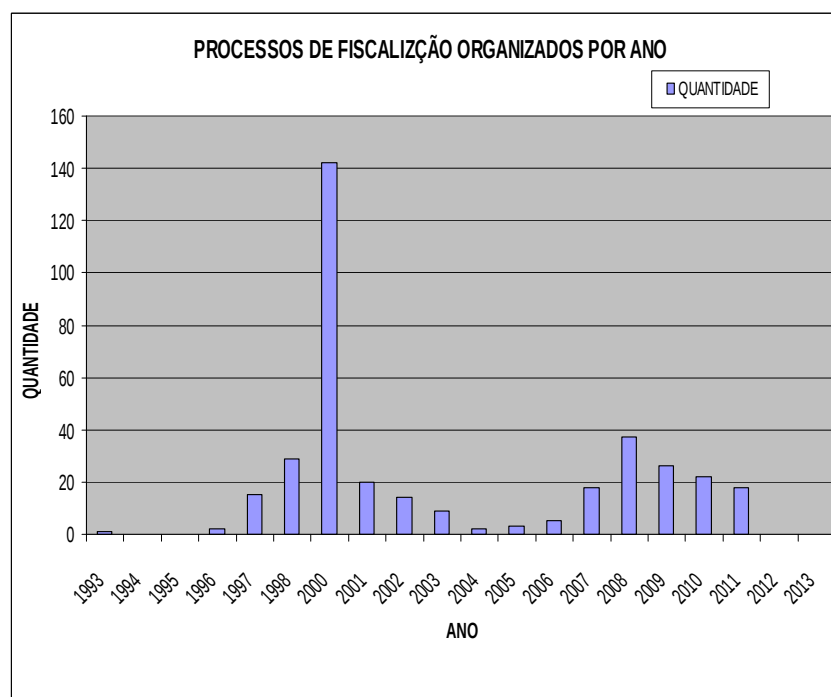
Este gráfico engloba apenas as análises das demandas surgidas no ano calendário de 2012, com processos novos e processos antigos que apresentavam pendências.

A maior dificuldade encontrada na análise é a instrução documental dos processos realizados pelos Requerentes, obrigando a expedição de ofícios para a regularização dos autos, que dificulta o andamento dos trabalhos, o registro junto ao cartório de registro de imóveis, do bem, sem prévia autorização do INCRA, que gera nulidade absoluta do ato e o novo posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que entendeu ser a via administrativa inapropriada para o cancelamento dos assentamentos cartorários realizados a revelia da lei, indeferindo os pedidos formulados pelo INCRA, indicando a via judicial como remédio jurídico apropriado.

1. Fiscalização Cadastral Portaria 12/2006

A fiscalização cadastral dos imóveis, objetos da Portaria 12/2006 de 24 de janeiro de 2006, que unificou os procedimentos das Portarias INCRA 558/99, 596/2001 e 835/2004, visa promover a atualização cadastral dos imóveis acima de 5.000,0 hectares e dos imóveis com indícios de Trabalho escravo, quanto a autenticidade e legitimidade do domínio, materialização do imóvel rural e ao cumprimento da função social da propriedade, na implementação dos itens 2, 3, 10, 15, e 53 do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, elaborado pela Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, e lançado conjuntamente pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

ANO	QUANTIDADE
1993	1
1994	
1995	
1996	2
1997	15
1998	29
2000	142
2001	20
2002	14
2003	9
2004	2
2005	3
2006	5
2007	18
2008	37
2009	26
2010	22
2011	18
2012	04
2013	01
TOTAL	393



As Consultas ao SNCR por órgãos Governamentais e não governamentais são feitas por repartições do Poder Judiciário, Advocacia da União; Ministério Público Federal e Estadual, Correios, Etc. No ano de 2012 foram respondidas através de ofício 300 consultas a estes Órgãos.

Quadro A.4.4. 1.2 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 2110

Identificação da Ação						
Código	2110					
Descrição	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Regularizado	Imóvel	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O INCRA com a proposta de parceria firmou Convênio com o Governo do Estado da Bahia/SEAGRI/CDA nº 724108/2009 que vem se mantendo como suporte nesta ação, com os seguintes objetivos:

Cadastro georreferenciado de 343.911,00 ha;

Regularização Fundiária de 12.900 imóveis rurais, situados em sete municípios no Território Semiárido Nordeste II do Estado da Bahia;

Embora não tenha ainda reflexo da expectativa almejada, na análise observa-se que por conta do período de greve dos servidores a troca de informações dos técnicos desta Superintendência Regional com os técnicos da Coordenação de Desenvolvimento Agrário ã CDA a respeito da normatização técnica exigida para a abertura do processo licitatório de contratação dos serviços, contudo para o exercício de 2013, será concretizada proposta para a criação de uma comissão conjunta, com o objetivo de ajustar os procedimentos visando agilizar a questão técnica do georreferenciamento e conseqüentemente a regularização fundiária de imóveis rurais.

Quadro A.4.4. 1.3 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 2114

Identificação da Ação						
Código	2114					
Descrição	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema Mantido	Sistema	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.4. 1.4 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 4426

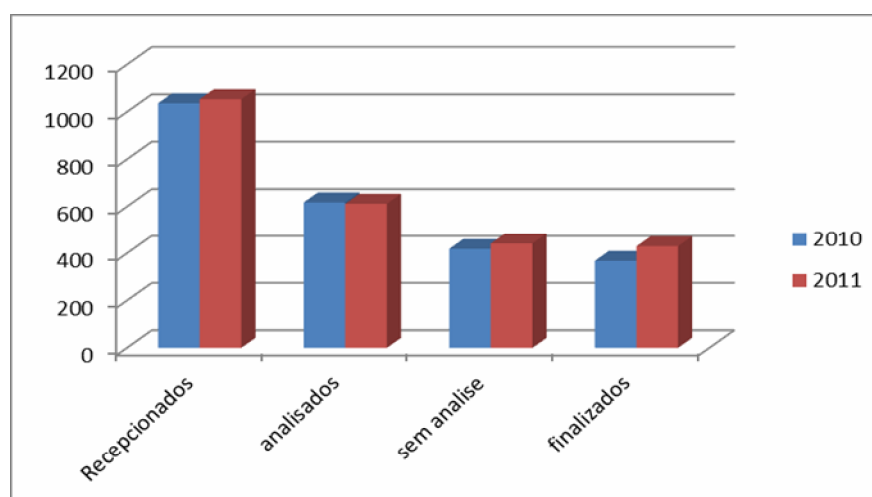
Identificação da Ação						
Código	4426					
Descrição	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Georreferenciado	Imóvel	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Em 2012, através do Serviço de Cartografia, foram recepcionados e fiscalizados serviços de medição e demarcação de lotes em 13 Projetos de Assentamento, atingindo um montante de aproximadamente 907 parcelas, além de uma grande quantidade de áreas de Reserva Legal, APP(s), estradas projetadas, áreas comunitárias e coletivas. Estes serviços foram oriundos de contratação direta e indireta e resultaram no georreferenciamento de aproximadamente 22.807,4609 hectares. A redução dos números referentes ao parcelamento dos projetos de assentamento realizado em 2011 se deu basicamente pela finalização de parte dos contratos firmados para realização dos serviços e também pelos 84 dias parados em função da greve dos servidores do INCRA.

O número de processos com requerimentos de certificação do georreferenciamento de imóveis rurais se manteve estável em relação a 2011, mantendo também uma estabilidade do número absoluto de processo efetivamente analisados em 2012, no entanto, apesar da realização de Termo de Cooperação Técnica entre INCRA/Sede e o Exército, onde foram encaminhados 500 processos administrativos de certificação para análise e as ações internas para otimização das análises processuais, os dias parados durante a greve dos servidores influenciaram significativamente para uma redução do número de processos finalizados em torno de 9% com relação a 2011.

Gráfico 01 ã Análise dos Processos de Certificação de Imóveis Rurais.



Ano	Recepcionados	Analisados	Sem análise	Finalizados
2010	1037	618	419	368
2011	1054	612	442	430

Há exemplo de anos anteriores, a contínua participação de técnicos desta Divisão da Estrutura Fundiária em seminários, oficinas e em articulações institucionais continua promovendo a sensibilização e a divulgação das atividades do INCRA a partir das informações disponíveis nesta Superintendência Regional, tal como as Bases de Dados Georreferenciados de Imóveis Rurais e Projetos de Assentamento.

Desta forma, a manutenção da realização de reuniões técnicas e mutirões para análise de processos relacionados principalmente à Certificação de imóveis rurais continuam favorecendo o melhor conhecimento por parte dos demandantes, da metodologia de análise dos processos de certificação e consequentemente melhorando a qualidade dos trabalhos que estão sendo submetidos, tornando mais céleres.

Quadro A.4.4.5 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 8378

Identificação da Ação						
Código	8378					
Descrição	Gestão de Terras Públicas					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Diagnosticada	Ha	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Esta ação não é desenvolvida por esta Superintendência Regional.

Quadro A.4.4.1.6 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 8387

Identificação da Ação						
Código	8387					
Descrição	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
567.671,37	522.495,19	509.685,18	0	1.016,00	509.685,18	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada	Ha	132.900	55.942,43	425.400	509.685,18

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Tabela de imóveis Vistoriados/Avaliados em 2012

NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA AVALIADA (ha)
Conjunto Paraíso	Aurelino Leal	764,4961
Fazenda Felícia	Vitória da Conquista	471,8926
Fazenda California	Malhada	3.139,21
Fazenda Algaroba	Senhor do Bonfim	273,3122
Fazenda Jurema	Marcionílio Souza	880,00
Fazenda Santa Tereza do Guarani	Una	406,3849
Fazenda Riacho das Canas	Euclides da Cunha	1.500,00
Fazenda Pilões	Jacobina	177,68
Fazenda Jurema	Marcionílio Souza	880,00
Fazenda Casa Amarela	Riachão das Neves	3.159,2767
Fazenda Pilões	Jacobina	780,4625
Fazenda Renascer	Cândido Sales	5.987,00
Conjunto São José	Una	258,6640
Fazenda São José	Coaraci	280,7409
Fazenda Candeia Bonita e Conga	Tucano	1.520,0000
Fazenda Sete Ferros	Serrinha	1.158,6960
Fazenda Santa Fé	Boa Vista do Tupim	1.432,0000
Fazenda Santa Rita	Casa Nova	410,4005
Fazenda Mundo Novo	C. Alegre de Lourdes	6.348,4538

Fazenda Mundo Velho	Morro do Chapéu	853,551
Fazenda Kaethá	Maracas	1.007,390
Fazenda Oriental	W. Guimarães	455,4026
Fazenda Olhos D'água de Mesquita	Boa Vista do Tupim	576,2100
Fazenda Monte Carlos e São João	Una	731,53
Fazenda Conjunto Algodões	Iaçu	1.268,9630
Fazenda Campo Verde e Boa Vista	Iaçu	5.386,8072
Fazenda Santana	Cotegipe	7.716,8897
Fazenda Bela Manhã	Teixeira de Freitas	2.110,7000
Fazenda Coroa da Onça	Alcobaça	

Fonte: Monitoria 2012

Cabe esclarecer que este quantitativo de vistorias realizadas se deve graças ao Convênio com o Governo do Estado que disponibiliza Engenheiros Agrônomos e Engenheiros Agrimensores para a realização destas atividades, ficando a cargo dos Engenheiros Agrônomos do INCRA os trabalhos de vistoria e avaliação dos imóveis. A elevada rotatividade dos técnicos do Estado aliado à inexperiência de alguns também contribui para o baixo rendimento na confecção das peças técnicas que compõe o Laudo Agrônomo de Fiscalização.

O quantitativo de recursos utilizados nessa ação demonstra plena compatibilidade com o trabalho realizado, considerando que o trabalho de campo é que efetivamente consome os recursos programados nos elementos de despesa, necessitando inclusive de suplementação.

As atividades realizadas através dos recursos financeiros relativos à ação, abrangem ainda, atividades relativas às perícias judiciais, como pagamento de honorários, deslocamento para acompanhamento das perícias, além de buscas cartoriais e publicações de editais.

Quadro A.4.4. 1.7 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 4460

Identificação da Ação						
Código	4460					
Descrição	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
6.260.302,91	6.260.302,91	4.138.431,09	0	0	4.138.431,09	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Obtida	Ha	45.218	12.938,4941	52.080.505	4.138.431,09

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Antes de mais nada, cabe destacar que em detrimento do orçamento previsto para a Superintendência Regional na PO, só é descentralizado para a UJ os valores referentes ao pagamento de Benfeitorias, ficando o pagamento da terra nua sob responsabilidade do INCRA/Sede, que a efetua através de TDAs.

De acordo com a meta prevista na Programação Orçamentária (PO) 2012, a Superintendência Regional da Bahia, através da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, teve como meta a obtenção de 45.218,00 ha, conforme tabela acima, efetivamente foram adquiridos 12.938,4941 hectares através de ações ajuizadas na 7ª Vara da Justiça Federal da Bahia, conforme tabela abaixo.

NOME DO IMÓVELAJUIZADO	MUNICÍPIO	ÁREA INDENIZADA (ha)
Fazenda Santa Fé	Arataca/Santa Luzia	523,6303
Fazenda São pedro	Itanagra	233,2810
Fazenda Contendas	Riacho de Santana	2.700,0000
Faz. Santa Tereza do Guarani	Una	406,3849
Faz.Mundo Velho	Morro do Chapéu	853,5510
Faz. Kaetha	Maracás	1007,3900
Faz. Mundo Novo	Campo Alegre de Loudes	6.348,4500
Faz. Santa Rita	Casa Nova	410,4000
Faz. Oriental	Wenceslau Guimarães	455,40

Para o atendimento de tais metas, segundo critérios do INCRA-SEDE, a programação orçamentária para o exercício 2012 foi de R\$ 52.080.505,00 para toda ação, mas a despesa efetivamente liquidada foi de R\$ 4.138.431,09 referente ao pagamento de benfeitorias, sendo que o pagamento referente aos TDAs foram realizados via INCRA-SEDE.

Considerando o total de área a ser obtido no exercício de 2012, 45.218,00 ha, observa-se, que se conseguiu atingir 28,61% da meta originalmente estabelecida. Isto ocorreu por conta do superdimensionamento da meta em detrimento da capacidade operacional da Superintendência Regional aliado ao estado de greve por que passou o INCRA no ano de 2012 além das novas orientações em relação à obtenção de terras.

Quadro A.4.4. 1.8 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 20TG

Identificação da Ação						
Código	20TG					
Descrição	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Indenizada	Ha	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.4. 1.9 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 8384

Identificação da Ação						
Código	8384					
Descrição	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária					
Iniciativa	01EL					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
164.812,00	146.831,95	139.831,95	0	2.468,25	139.788,31	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assentada	Família	1.130	273	210.525	139.831,95

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O ano de 2012 foi atípico devido à ocorrência da greve dos servidores do INCRA/BA. A ação de cadastramento de famílias candidatas a participarem do PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária foi bastante tímida em 2012. No mês de março foram cadastradas 34 famílias em 02 acampamentos e nos meses de novembro e dezembro, foram cadastradas 314 famílias em 08 acampamentos, totalizando 348 famílias acampadas cadastradas.

Basicamente, a ação de cadastramento objetivou o atendimento das demandas dos Movimentos Sociais e áreas em processo inicial de desapropriação, pois as famílias candidatas a serem assentadas nos imóveis com desapropriação prevista para este ano já estavam com o seu cadastramento e digitação no SIPRA garantidos, cabendo apenas um ajuste de cadastramento de 63 famílias no ato de legitimação. Foram cadastradas aproximadamente 410 famílias a fim de reassentamento e preenchimento de complemento de capacidade de Projetos de Assentamento criados em anos anteriores.

Cadastramento de Famílias para seleção

Descrição	Quant (un)
Projetos Criados em 2012	63
Acampamentos	348
Reassentamento	21
Complemento de Capacidade	410
TOTAL	842

Além da greve dos servidores do INCRA/BA em 2012, ocorreram diversas outras dificuldades, algumas que já vem sendo constatadas desde anos anteriores, que dificultaram ainda mais o atingimento da meta de assentamento da Superintendência Regional, fatores que abrangem aspectos desde as questões operacionais, principalmente em relação ao quantitativo de servidores que atuam na ação, quanto ao atendimento de pré-requisitos de normas e procedimentos, principalmente com relação aos procedimentos de licenciamento ambiental.

Quadro A.4.4. 1.10 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 0427

Identificação da Ação						
Código	0427					
Descrição	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
74.946.387	49.570.600	3.764.600	3.705.800	50.855.900	58.800	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	3.697	2.461	83.171.387	3.764.600

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Conforme explicitado no Objetivo 0420 e na Iniciativa 01EP os créditos instalação são importantes para o processo de desenvolvimento dos projetos de assentamento além de pré-requisito para a liberação da DAP. No entanto a Divisão de Desenvolvimento do INCRA na Bahia (SR-05 D) possui uma demanda de aplicação de crédito instalação superior a sua capacidade operacional de pagamento, acompanhamento e fiscalização do mesmo, em virtude do reduzido número de servidores. No Relatório de Gestão 2011 foi pontuado que dos 44 servidores lotados na Divisão, 23 estiveram envolvidos nesta atividade em 2011. Em 2012 apenas 20 estiveram envolvidos em virtude dos demais terem sido remanejados para atender outras ações dentro das Divisões.

Também no exercício de 2011 o volume de créditos orçamentários escritos em resto a pagar provenientes de outros exercícios somados ao do exercício de 2012 o montante ficou bastante elevado sem a devida descentralização de recursos financeiros mantendo o mesmo cenário anterior.

Com a liberação do financeiro contingenciado pelo INCRA/Sede, no final do exercício, o total geral de famílias que tiveram depósito em conta foi de 2.614.

No entanto, diante da situação emergencial devido à seca no ano de 2012 foram disponibilizados 81% dos recursos recebidos para a modalidade semiárido.

Quanto a modalidade apoio mulher que era a prioridade definida pelo INCRA/Sede estamos com um passivo de R\$ 11.298.000,00 inscritos em resto a pagar aguardando recurso financeiro.

Abaixo temos quadro detalhado por modalidade de crédito, Código SIPRA do Assentamento, número de famílias e Ordem Bancária.

INCRA						
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA - SR-05/BA						
Depositados 2012 APOIO INICIAL						
Modalidade	Projeto	Famílias	Nº NE	Nº OB	Data	Valor
BA0883000	PA DOM RICARDO					
					127	
	RIACHÃO DAS NEVES					
		127	2011NE262	2012OB801209	29/5 /2012	406.400,00
APOIO INICIAL						
BA0660000	PA POTIGUAR					
	SENTO SÉ					
		57	2011NE275	2012OB801702	8 /8 /2012	182.400,00
Total Geral		FAM 184			VALOR	588.800,00

INCRA						
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA - SR-05/BA						
Depositados 2012 RECUPERAÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO						
Modalidade	Projeto	Famílias	Nº NE	Nº OB	Data	Valor
BA0211000	PA BAIXAO					
	ITAETÉ					
		6	2011NE431	2012OB800004	10/1 /2012	48.000,00
BA0290000	PA SANTA FÉ					
	MARCIONÍLIO SOUZA					
		26	2011NE124	2012OB801382	8 /6 /2012	208.000,00
BA0023000	PA ALAGOAS					
	PINTADAS					
		6	2011NE465	2012OB801703	8 /8 /2012	48.000,00
BA0040000	PA FAZ CRISPIM					
	BOA VISTA DO TUPIM					
		1	2012NE205	2012OB801472	19/6 /2012	8.000,00
Total Geral		FAM 39			VALOR	312.000,00

INCRA						
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA - SR-05/BA						
Depositados 2012 RECUP. AQUISIÇÃO DE MAT. DE CONST. COMPLEMENTAÇÃO						
<i>Modalidade</i>	<i>Projeto</i>	<i>Famílias</i>	<i>Nº NE</i>	<i>Nº OB</i>	<i>Data</i>	<i>Valor</i>
BA0129000 PA CANGUSSU						
BARRA DO CHOÇA						
		29	2011NE290	2012OB801140	24/5 /2012	88.000,00
Total Geral		FAM 29		VALOR		88.000,00

INCRA						
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA - SR-05/BA						
Depositados 2012 SEMIÁRIDO-COMPLEMENTAÇÃO						
<i>Modalidade</i>	<i>Projeto</i>	<i>Famílias</i>	<i>Nº NE</i>	<i>Nº OB</i>	<i>Data</i>	<i>Valor</i>
BA0084000 PA BREJO DE SÃO JOSÉ						
RIACHO DE SANTANA						
		6	2011NE461	2012OB801704	8 /8 /2012	3.000,00
		88	2011NE460	2012OB801705	8 /8 /2012	44.000,00
BA0340000 PA RECREIO						
MORRO DO CHAPÉU						
		23	2012NE092	2012OB801017	11/5 /2012	11.500,00
BA0187000 PA ENGANO						
CAÉM						
		31	2010NE070	2012OB801102	18/5 /2012	15.500,00
BA0355000 PA LAGOA DE DENTRO I E II						
OUROLÂNDIA						
		40	2011NE181	2012OB801101	18/5 /2012	23.000,00
BA0457000 PA RIO VERDE						
CANSANÇÃO						
		1	2012NE065	2012OB801386	11/6 /2012	500,00
Total Geral		FAM 189		VALOR		97.500,00

INCRA						
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA - SR-05/BA						
Depositados 2012 SEMIÁRIDO						
Modalidade	Projeto	Famílias	Nº NE	Nº OB	Data	Valor
BA0138000 PA CONQUISTA DO RIO PARDO						
VITÓRIA DA CONQUISTA						
		45	2010NE076	2012OB801380	8 /6 /2012	90.000,00
BA0098000 PA MOCAMBO/BONFIM						
VITÓRIA DA CONQUISTA						
		80	2010NE072	2012OB801137	24/5 /2012	160.000,00
BA0168000 PA OLHO D'AGUA						
VITÓRIA DA CONQUISTA						
		35	2010NE077	2012OB801381	8 /6 /2012	70.000,00
BA0391000 PA ANTÔNIO CONSELHEIRO						
BARRA						
		19	2012NE095	2012OB801384	8 /6 /2012	38.000,00
BA0349000 PA BATALHA						
BOM JESUS DA LAPA						
		420	2011NE191	2012OB801138	24/5 /2012	840.000,00
BA0126000 PA REUNIDAS JOSÉ ROSA						
SÍTIO DO MATO						
		48	2011NE374	2012OB801143	24/5 /2012	96.000,00
BA0878000 PA VALE DO IUIU						
MALHADA						
		160	2011NE401	2012OB800937	8 /5 /2012	320.000,00
BA0523000 PA BOA SORTE UNA						
IRAMAIA						
		357	2011NE324	2012OB800942	8 /5 /2012	714.000,00
BA0516000 PA FLORESTAN FERNANDES						
ITAETÉ						
		68	2011NE467	2012OB800941	8 /5 /2012	136.000,00
BA0340000 PA RECREIO						
MORRO DO CHAPÉU						
		23	2008NE434	2012OB801018	11/5 /2012	34.500,00
BA0109000 PA ROSELY NUNES						
ITAETÉ						
		159	2011NE390	2012OB800940	8 /5 /2012	320.000,00
BA0388000 PA SALUBRINHO						
ANDARAÍ						
		38	2011NE179	2012OB800934	8 /5 /2012	76.000,00

BA0155000 PA BARRA VERDE					
BOA VISTA DO TUPIM					
	34	2010NE354	2012OB801142	24/5 /2012	68.000,00
	61	2010NE351	2012OB801141	24/5 /2012	122.000,00
BA0121000 PA BEIRA RIO					
BOA VISTA DO TUPIM					
	394	2011NE386	2012OB800938	8 /5 /2012	788.000,00
BA0599000 PA PENHA E OUTRAS					
NOVA SOURE					
	33	2011NE398	2012OB800936	8 /5 /2012	66.000,00
BA0102000 PA REUNIDAS VAZANTE					
ITABERABA					
	100	2011NE375	2012OB801208	29/5 /2012	200.000,00
BA0314000 PA SANTO APOLÔNIO/GROTÃO					
BOA VISTA DO TUPIM Financeiro 2011					
	61	2010NE0051	2012OB800002	10/1 /2012	122.000,00
BA0592000 PA MALHADOR JUREMA					
CANUDOS					
	37	2010NE112	2012OB800935	8 /5 /2012	74.000,00
Total Geral	FAM 2.172			VALOR	4.334.500,00

INCRA						
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA - SR-05/BA						
Depositados 2012 FOMENTO COMPLEMENTAÇÃO						
<i>Modalidade</i>	<i>Projeto</i>	<i>Famílias</i>	<i>Nº NE</i>	<i>Nº OB</i>	<i>Data</i>	<i>Valor</i>
BA0457000 PA RIO VERDE						
CANSANÇÃO						
		1	2012NE064	2012OB801383	8 /6 /2012	800,00
Total Geral		FAM 1			VALOR	800,00

CRÉDITO INICIAL			
APOIO INICIAL			
Total	FAM 184	VALOR	588.800,00
RECUPERAÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO			
Total	FAM 39	VALOR	312.000,00
SEMIÁRIDO			
Total Geral	FAM 2.172	VALOR	4.334.500,00
TOTAL FAM. ATENDIDAS	2.395	VALOR	5.235.300,00
CRÉDITO COMPLEMENTAÇÃO			
RECUP. AQ. DE MAT. DE CONST. COMPLEMENTAÇÃO			
Total	FAM 29	VALOR	88.000,00
SEMIÁRIDO-COMPLEMENTAÇÃO			
Total Geral	FAM 189	VALOR	97.500,00
FOMENTO COMPLEMENTAÇÃO			
Total	FAM 01	VALOR	800,00
TOTAL FAM. ATENDIDAS	219	VALOR	186.300,00

Outra prioridade definida pelo INCRA/Sede foi aplicar os recursos em PAs incluídos no Plano Brasil sem Miséria. Abaixo temos um quadro demonstrativo das movimentações nestes PAs.

PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PBSM

PROJETO ASSENTAMENTO	BA	SITUAÇÃO
PA ANTÔNIO CONSELHEIRO	BA0391000	Ordem Bancária 2012 SEMIÁRIDO R\$ 38.000,00
PA FAZENDA PERIPERI	BA0426000	Nota Empenho Apoio R\$ 48.000,00 Nota Empenho Aquisição R\$ 225.000,00
PA FERRADURA	BA0350000	Nota Empenho Semiárido R\$ 150.000,00
PA SÍTIO NOVO	BA0278000	Nota Empenho Semiárido R\$ 62.000,00
PA FAZ SANTA HELENA	BA0572000	Nota Empenho Aquisição Complementação R\$ 472.000,00
PA MEL DE ABELHA	BA0494000	Nota Empenho Aquisição Complementação R\$ 192.000,00
PA SÃO FRANCISCO DE ASSIS	BA0367000	Nota Empenho Recuperação R\$ 1.480.000,00
PA EUCLIDES NETO II	BA0836000	Nota Empenho Fomento R\$ 32.000,00
PA VALE DO IUIU	BA0878000	Ordem Bancária 2012 SEMIÁRIDO R\$ 320.000,00. Nota Empenho Fomento R\$ 512.000,00
PA BOA ESPERANÇA MARAVILHA	BA0881000	Nota Empenho Apoio R\$ 48.000,00 Nota Empenho Aquisição R\$ 225.000,00
PA QUIJINGUE	BA0872000	Nota Empenho Apoio R\$ 112.000,00 Nota Empenho Aquisição R\$ 525.000,00 Nota Empenho Semiárido R\$ 70.000,00
PA PAUS PRETOS	BA0387000	Nota Empenho Aquisição R\$ 610.000,00
PA IMBORÉS, BELA VISTA	BA0585000	Nota Empenho Apoio R\$ 265.600,00 Nota Empenho Aquisição R\$ 1.245.000,00 Nota Empenho Semiárido R\$ 166.000,00
PA SANTA ROSA	BA0586000	Nota Empenho Apoio R\$ 92.800,00 Nota Empenho Aquisição R\$ 420.000,00 Nota Empenho Semiárido R\$ 56.000,00
PA ATRACAJU	BA0907000	Nota Empenho Apoio R\$ 112,00 Nota Empenho Aquisição R\$ 525.000,00 Nota Empenho Semiárido R\$ 70.000,00
PA FAZ BOQUEIRAO	BA0289000	Nota Empenho Apoio Mulher R\$ 54.000,00
PA SANTA VIRGINIA	BA0453000	Nota Empenho Apoio Mulher R\$ 66.000,00

Para atendimento das demandas já empenhadas dos PAs que fazem parte do Plano Brasil sem Miséria será necessário a descentralização de recurso financeiro na ordem de R\$ 7.835.400,00.

Quadro A.4.4. 1.11 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 20S7

Identificação da Ação						
Código	20S7					
Descrição	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
726.500	716.608,86	713.299,56	3.809,07	0	709.490,49	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Crédito Supervisionado	Família	1.470	7.647	661.500	713.299,56

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Embora haja esforços por parte da equipe da Divisão de Desenvolvimento para acelerar a capacidade operacional desta Ação, que detém 47% da força de trabalho exclusiva das atividades de crédito instalação, resta apenas 53% para outras nove ações que a Divisão é responsável. Sabendo-se que a crescente demanda das ações envolvem um quantitativo de 634 Projetos de Assentamento existentes no Estado da Bahia e de 50.967 famílias.

A supervisão e fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária constituem-se em uma atividade rotineira e continuada, demandando quantitativo individual por servidor bem além da sua capacidade. Ressaltando que os servidores que estão nas Ordens de Serviço, conforme NE 79/2008 e NE 86/2009, acumulam serviço de campo, as atividades administrativas internas necessárias a correta instrução processual e prestação de contas.

Este trabalho é realizado diretamente pelo técnico com apoio do Serviço de Crédito da Divisão que realiza a conferência dos processos com apoio da Chefia da Divisão. Outro item que demanda tempo dos servidores que fiscalizam e supervisionam a aplicação do crédito é a emissão do CCU, contrato exigido normativamente para concessão do crédito instalação. Nesse ponto a Superintendência Regional possui um passivo de emissão deste documento porque a IN 30/2006 que instituiu o CCU flexibilizou às Regionais a substituírem os antigos contratos de assentamentos. No entanto a NE 79/2008 tornou o CCU obrigatório para liberação do crédito.

Outro fator que praticamente define a estratégia de emissão do CCU pelos mesmos técnicos que trabalham com o crédito instalação é que o Serviço de Titulação e Consolidação de Assentamentos conta atualmente com um único Servidor, mais uma vez demonstrando a total

defasagem de servidores da Superintendência Regional. Importante ressaltar que a emissão de CCU faz parte da Ação 4358, da Iniciativa 01ES e Objetivo 0421.

Mesmo assim a meta realizada de supervisão e fiscalização foi muito superior a prevista em função da incorporação nas Ordens de Serviço dos técnicos de ATES, visto que o convênio de ATES é entre dois entes públicos abrindo esta possibilidade pelos técnicos de ATES estarem investidos do caráter de servidores públicos estaduais, amparados assim legalmente de acordo com a NE 79. Importante ressaltar também a transversalidade entre a Ação 20S7 e a Ação 4470, que por sua vez pertence à Iniciativa 01EZ e Objetivo 0412.

Esta estratégia também foi apresentada ao TCU de acordo com o processo administrativo nº 54160.002692/2011-88 que se constitui no Plano de Ação apresentado ao INCRA Sede e posteriormente ao TCU conforme o acórdão nº60/2011-TCU-PLENÁRIO-PLANO DE AÇÃO PARA APRIMORAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DO INCRA CONCERNENTES AO CRÉDITO INSTALAÇÃO, o qual tem sido nosso motivador para melhorias em todas as fases do processo de concessão, supervisão e fiscalização do Crédito Instalação.

Quadro A.4.4. 1.12 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 8396

Identificação da Ação						
Código	8396					
Descrição	Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
15.260.696	15.235.641,90	2.335.241,05	0	8.530.631,68	2.335.241,05	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	1.242	5.609	9.260.696	2.335.241,05

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A realização de licitações para contratação direta de empresas de engenharia para execução de obras para implantação de sistemas de abastecimento de água e recuperação/implantação de estradas vicinais nos Projetos de Assentamento jurisdicionados à Superintendência Regional tem sido o modelo adotado pela Bahia, em substituição ao modelo de formalização de convênios com Órgãos do Estado e Prefeituras, anteriormente adotada. Essa estratégia foi adotada anteriormente porque no período de 2001 a 2003 o setor contava com um número confortável de técnicos cobrindo todo o Estado da Bahia e acompanhando de perto os diversos Convênios celebrados pela Superintendência Regional com o Governo do Estado (CAR ã Companhia de Ação Regional da Bahia, CERB ã Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia, CDA ã Coordenação de Desenvolvimento Agrário) além da CEF ã Caixa Econômica Federal.

A partir de 2008, conforme já relatado anteriormente, houve um esvaziamento do setor, com a saída de três técnicos de nível médio, um Engenheiro Civil e um técnico em estradas, todos concursados. Além disso, mais dois engenheiros civis do Convênio com o Governo do Estado retornaram para seu local de origem. Apenas dois engenheiros, um ocupante de cargo DAS e outro contratado através de convênio com a CDA ã Coordenação de Desenvolvimento Agrário pelo sistema REDA ã Regime Especial de Direito Administrativo, ficaram responsáveis pelas licitações e acompanhamento de todas as obras e projetos contratados até meados de 2012. Vale ressaltar que se tratando do Estado da Bahia esse número de profissionais é muito pequeno para atender a toda a demanda de infraestrutura dos Projetos de Assentamentos jurisdicionados por esta Superintendência.

Após convocação e contratação de quatro novos engenheiros civis, nomeados em meados de 2012 a partir de concurso público para o INCRA, surgiu uma esperança de que essa situação fosse melhorar ainda no referido exercício, mas logo após a contratação e posse dos novos servidores, as atividades e metas do setor ficaram comprometidas devido à greve dos servidores que durou cerca de 03 meses. A situação se agravou com o desligamento do até então coordenador do serviço de infraestrutura logo após o retorno das atividades paralisadas pela greve. Esses fatores, aliado a descentralização de recursos menor do que a demanda são os responsáveis pelas metas não terem sido superiores as efetivamente realizadas.

No ano de 2011 o montante de recursos aplicados foi da ordem de treze milhões de reais para contratação de empresa para realização de obras de recuperação de estradas vicinais e obras de implantação de sistemas de abastecimento de água. Algumas das obras contratadas em 2011 foram concluídas no exercício de 2012, restando as demais para o ano de 2013. No exercício de 2012, além da conclusão de algumas obras dos contratos de 2011 e de 2010, foram investidos, ainda, mais de seis milhões de reais para contratação de empresa para execução de obras de implantação de sistemas de abastecimento de água e de recuperação e limpeza de aguadas, como uma medida emergencial para atender os municípios que foram decretados como situação de emergência devido à seca. É essencial destacar que devido à grande seca mencionada, considerada a maior dos últimos quarenta anos, atingindo cerca de 236 municípios decretados em situação de emergência, e após reuniões com movimentos sociais e associações que representam os assentados, ficou acordado, após solicitação destes, a priorização das ações do INCRA para o exercício de 2012, no que se refere à implantação de infraestrutura em assentamentos, em obtenção de água a partir da construção de Sistemas de abastecimento de água e limpeza de aguadas como uma tentativa de amenizar a dura realidade apresentada.

Vale ressaltar que apesar de toda a fiscalização com respectivo acompanhamento ao contrato e devida instrução processual dos serviços de limpeza/recuperação de aguadas e das obras do programa Terra Sol (construção/reforma de pousadas comunitárias e agroindústrias) ficarem a cargo do serviço de infraestrutura desta superintendência, estes não são contabilizados como meta prevista e meta atingida da ação 8396.

Dos contratos de 2012, conforme quadro resumo a seguir, algumas obras começaram já no final do exercício e outras irão começar no exercício de 2013 com previsão de conclusão em 2013. Com isso as metas para o exercício de 2013 poderão ser alcançadas com as obras em aberto dos exercícios anteriores e com as obras que serão contratadas durante o ano.

MUNICÍPIO	PA	TIPO DE OBRA	QUANTIDADE (Un/H. maq)	VALOR (R\$)	FAMILIAS ATENDIDAS	SITUAÇÃO
Araças	SÃO MATEUS	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	160.611,79	43	EM ANDAMENTO
Cansanção	ÁGUA SALGADA	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	227.549,19	22	EM ANDAMENTO
Pindobaçu	NOVA CANAÃ	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	477.231,12	81	EM ANDAMENTO
Remanso	CANAÃ	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	253.677,28	89	EM ANDAMENTO
Sítio do Quinto	PORTEIRA	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	263.543,75	33	EM ANDAMENTO
Sítio do Quinto	TINGUI GONÇALVES	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	272.750,45	61	EM ANDAMENTO
Tucano	PÉ DE SERRA	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	218.123,07	61	EM ANDAMENTO
Casa Nova	CAMPO VERDE	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	280.147,62	31	EM ANDAMENTO
Quijingue	TÁBUA SERRINHA	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	201.949,31	82	EM ANDAMENTO
Santa Inês	RANCHO ALEGRE	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	613.589,19	59	EM ANDAMENTO
Santa Inês	ITATIAIA	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	223.405,14	32	EM ANDAMENTO
Boa Vista do Tupim	NOSSA SENHORA AUXILIADORA	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	301.280,90	68	EM ANDAMENTO
Boa Vista do Tupim	CHE GUEVARA - BANDEIRA	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	195.871,60	52	EM ANDAMENTO
Bonito	PIRATINI	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	191.450,07	25	EM ANDAMENTO
Camacan	RECORDAÇÃO	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	180.574,62	38	EM ANDAMENTO
Macajuba	SÃO JOAQUIM	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	214.871,19	44	EM ANDAMENTO
Xique Xique	PICADA	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	326.902,92	596	EM ANDAMENTO
ANDARAÍ	MOCAMBO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	26.880,00	170	FINALIZADA
ANDARAÍ	SALOBRIHO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	9.600,00	40	FINALIZADA
ANDARAÍ	SANTA CLARA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	240	23.040,00	132	FINALIZADA
BOA VISTA DO TUPIM	ALIANÇA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	150	14.400,00	69	FINALIZADA
BOA VISTA DO TUPIM	BARRA VERDE	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	200	19.200,00	98	FINALIZADA
BOA VISTA DO TUPIM	BEIRA RIO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	700	67.200,00	400	FINALIZADA
BOA VISTA DO TUPIM	CHE GUEVARA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	200	19.200,00	52	FINALIZADA
BOA VISTA DO TUPIM	CRISPIM	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	9.600,00	24	FINALIZADA

BOA VISTA DO TUPIIM	GROTÃO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	200	19.200,00	61	FINALIZADA
BOA VISTA DO TUPIIM	NOSSA SENHORA AUXILIADORA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	200	19.200,00	69	FINALIZADA
BOA VISTA DO TUPIIM	POLINÉSIA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	200	19.200,00	70	FINALIZADA
BOA VISTA DO TUPIIM	SANTA FÉ	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	150	14.400,00	98	FINALIZADA
IPIRÁ	1º DE ABRIL	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	150	14.400,00	85	FINALIZADA
IRAMAIA	BOA SORTE UNA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	1000	96.000,00	354	FINALIZADA
IRAMAIA	DANDARA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	150	14.400,00	50	FINALIZADA
IRAQUARA	REUNIDAS FS	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	200	19.200,00	119	FINALIZADA
ITAETÊ	BAIXÃO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	240	23.040,00	140	FINALIZADA
ITAETÊ	EUROPA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	150	14.400,00	50	FINALIZADA
ITAETÊ	FLORESTAN FERNANDES	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	150	14.400,00	68	FINALIZADA
ITAETÊ	MACACO SECO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	9.600,00	35	FINALIZADA
ITAETÊ	MOÇAMBIQUE	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	150	14.400,00	50	FINALIZADA
ITAETÊ	ROSELI NUNES	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	26.880,00	156	FINALIZADA
ITAETÊ	SANTA MARIA FLORENTINA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	9.600,00	46	FINALIZADA
ITAETÊ	UNIÃO DA CHAPADA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	26.880,00	160	FINALIZADA
MARCIONÍLIO SOUZA	CAXÁ	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	400	38.400,00	448	FINALIZADA
MARCIONÍLIO SOUZA	SANTA FÉ	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	9.600,00	26	FINALIZADA
MARCIONÍLIO SOUZA	SEGREDO E RIACHUELO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	9.600,00	49	FINALIZADA
CANSANÇÃO	ÁGUA SALGADA / BELO MONTE	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	10.300,00	22	FINALIZADA
CANSANÇÃO	MARI / NOVA VIDA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	150	15.450,00	73	FINALIZADA
CANSANÇÃO	NOVA ESPERANÇA E ALTO BONITO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	240	24.720,00	130	FINALIZADA
CASA NOVA	CAMPO VERDE	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	10.300,00	31	FINALIZADA
IRAJUBA	IPAUAITÉ	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	150	15.450,00	62	FINALIZADA
ITIUBA	BELA CONQUISTA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	10.300,00	35	FINALIZADA
ITIUBA	NOVA CONQUISTA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	10.300,00	20	FINALIZADA
JUAZEIRO	SÃO FRANCISCO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	28.840,00	102	FINALIZADA
LAJEDO DO TABOCAL	SANTA LUZIA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	28.840,00	156	FINALIZADA
MARACÁS	KHAETÁ	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	200	20.600,00	63	FINALIZADA
PLANALTINO	SÃO DIOGO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	28.840,00	185	FINALIZADA

SANTA INÊS	SÃO PAULO / ERMES DE CAIRES	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	28.840,00	24	FINALIZADA
SOBRADINHO	VALE DA CONQUISTA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	28.840,00	80	FINALIZADA
VITÓRIA DA CONQUISTA	AMARALINA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	28.840,00	170	FINALIZADA
VITÓRIA DA CONQUISTA	BAIXÃO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	150	15.450,00	70	FINALIZADA
VITÓRIA DA CONQUISTA	CEDRO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	150	15.450,00	60	FINALIZADA
VITÓRIA DA CONQUISTA	CIPÓ	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	150	15.450,00	70	FINALIZADA
VITÓRIA DA CONQUISTA	CONQUISTA DO RIO PARDO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	150	15.450,00	70	FINALIZADA
VITÓRIA DA CONQUISTA	LAGOA CALDEIRÃO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	240	24.720,00	120	FINALIZADA
VITÓRIA DA CONQUISTA	LAGOA NOVA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	10.300,00	44	FINALIZADA
VITÓRIA DA CONQUISTA	MOCAMBO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	150	15.450,00	80	FINALIZADA
VITÓRIA DA CONQUISTA	MUTUM	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	240	24.720,00	120	FINALIZADA
VITÓRIA DA CONQUISTA	OLHOS D'ÁGUA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	10.300,00	35	FINALIZADA
VITÓRIA DA CONQUISTA	UNIÃO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	10.300,00	27	FINALIZADA
BARRA	BARRO VERMELHO / CANUDOS	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	26.599,36	244	FINALIZADA
BARRA	CURRAL DO RIO GRANDE II	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	9.499,77	19	FINALIZADA
BARRA	FAZ. ITACUTIARA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	26.599,36	380	FINALIZADA
BARRA	FAZ. SANTANA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	200	18.999,54	173	FINALIZADA
BARRA	FERRADURA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	9.499,77	76	FINALIZADA
BARRA	SÃO FRANCISCO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	26.599,36	157	FINALIZADA
BARRA	SÍTIO NOVO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	9.499,77	32	FINALIZADA
BOM JESUS DA LAPA	BATALHA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	26.599,36	440	FINALIZADA
BOM JESUS DA LAPA	BOA ESPERANÇA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	9.499,77	27	FINALIZADA
BOM JESUS DA LAPA	CAMPO GRANDE I	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	200	18.999,54	120	FINALIZADA
BOM JESUS DA LAPA	CURRAL DAS VARGENS	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	26.599,36	152	FINALIZADA
BOM JESUS DA LAPA	PROJ. ESP. QUILOMBOLA PITOMBEIRA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	9.499,77	80	FINALIZADA
BOM JESUS DA LAPA	PROJ. ESP. QUILOMBOLA RIO DAS RÃS	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	26.599,36	599	FINALIZADA
BOM JESUS DA LAPA	RIO DAS RÃS II	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	9.499,77	67	FINALIZADA
BOM JESUS DA LAPA	SANTA RITA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	26.599,36	244	FINALIZADA
BOM JESUS DA LAPA	SÃO JOSÉ/CAMPO GRANDE II	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	26.599,36	201	FINALIZADA

COTEGIPE	RIO GRANDE II	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	26.599,36	178	FINALIZADA
MANSIDÃO	NOVA ESPLANADA CAPEFE	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	240	22.799,45	136	FINALIZADA
MANSIDÃO	NOVA ESPLANADA I	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	26.599,36	146	FINALIZADA
MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO	ANICE	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	9.499,77	29	FINALIZADA
MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO	MANOEL DIAS	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	200	18.999,54	108	FINALIZADA
MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO	SANTA BÁRBARA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	150	14.249,66	64	FINALIZADA
PARATINGA	JOVITA ROSA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	9.499,77	35	FINALIZADA
PARATINGA	RIACHO DOS PORCOS	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	26.599,36	481	FINALIZADA
PARATINGA	SANTO ANTONIO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	9.499,77	40	FINALIZADA
SANTA RITA DE CÁSSIA	ANTONIO CONSELHEIRO II	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	26.599,36	297	FINALIZADA
SANTA RITA DE CÁSSIA	FAZ. REUNIDAS ESPLANDA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	9.499,77	60	FINALIZADA
SANTA RITA DE CÁSSIA	PRIMAVERA CAPEFE	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	200	18.999,54	117	FINALIZADA
SANTA RITA DE CÁSSIA	SENHOR DO BONFIM	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	200	18.999,54	200	FINALIZADA
SÃO FÉLIX DO CORIBE	FAZ. BOM SUCESSO	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	100	9.499,77	20	FINALIZADA
SERRA DO RAMALHO	CSB	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	200	18.999,54	205	FINALIZADA
SERRA DO RAMALHO	RESERVA OESTE (NOVA POSSE)	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	26.599,36	637	FINALIZADA
XIQUE-XIQUE	PICADA	RECUPERAÇÃO/LIMPEZA DE AGUADAS	280	26.599,36	596	FINALIZADA
TOTAL				6.281.434,07	12.745,00	

Quadro A.4.4. 1.13 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 8398

Identificação da Ação						
Código	8398					
Descrição	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
2.000.000	1.902.146,16	464.996,99	0	927.674,15	464.996,99	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	5.450	0	2.000.000	464.996,99

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

No relatório de gestão referente ao exercício de 2011 foi relatado que o único contrato vigente nesta ação era o CRT/INCRA/BA/Nº 0015/2009. No mesmo documento, foi exposto que ao final do segundo bimestre de 2011, houve contenção de recursos financeiros e as atividades foram paralisadas.

Após normalização da descentralização de recursos financeiros no último mês do ano citado, o CRT 015/2009 obteve aditamento de prazo, e as atividades de campo foram retomadas no início de 2012.

No decorrer do exercício de 2012, a empresa contratada através do CRT/0015/2009, concluiu o parcelamento referente a 820 famílias, em 12 Projetos de Assentamento, apesar de ainda apresentar um quantitativo de 51 Parcelamentos inacabados. O ritmo lento dos trabalhos foi justificado devido à greve dos servidores que durou 84 dias. Os parcelamentos citados foram concluídos no primeiro semestre e apresentados à Superintendência Regional para análise, fiscalização e pagamento, porém logo em seguida foi deflagrada a greve e a análise foi prejudicada. Entretanto, os mesmos foram totalmente analisados e fiscalizados 60 dias após o fim da greve, não havendo mais tempo hábil por parte da empresa, para dar continuidade aos outros parcelamentos iniciados devido à necessidade de aproveitamento dos recursos de pagamento dos serviços já entregues, para viabilizar as atividades subsequentes.

É importante ressaltar que os serviços de demarcação são realizados por etapas, consistindo a demarcação dos perímetros totais a primeira fase do trabalho. Havendo aprovação do mesmo, o trabalho é seguido da definição da organização espacial interna, com a disposição dos lotes e áreas protegidas em conformidade com a legislação ambiental. Portanto, as

demarcações inconclusas tiveram pagamentos efetuados apenas para as etapas intermediárias concluídas. O remanescente dos serviços será objeto de novo contrato, visando conclusão da demarcação dos Projetos de Assentamentos que tiveram serviços iniciados e não concluídos.

É importante ressaltar que apesar de ter avançado consideravelmente, permanece a dificuldade nos projetos de parcelamento. Conforme citado, após a demarcação do perímetro, a Superintendência define a organização espacial, ou seja, a disposição e tamanho dos lotes a serem demarcados pela empresa. Este trabalho tem sido desempenhado em boa parte dos casos pelos técnicos de ATES como relatado na Ação 4470 , porém sem haver a sincronização adequada com as áreas em execução pelos contratos vigentes. Tal fato decorre das dificuldades relacionadas à baixa capacidade operacional da Divisão de Desenvolvimento, que é responsável tanto pelo trabalho técnico do planejamento espacial como pelo convênio de ATES, contando apenas com um servidor para acompanhamento de cada uma das ações.

Além da baixa capacidade operacional, que dificulta a gestão adequada e a sintonia entre os trabalhos, ressalta-se a inexistência de capacitação para que o processo de planejamento espacial e o próprio acompanhamento do contrato sejam realizados com maior qualidade por parte dos servidores do INCRA.

É importante frisar que esta ação apresenta a particularidade de ter acompanhamento e gestão compartilhada com o Serviço de Cartografia, da Divisão Fundiária, devido às especificidades relacionadas à padronização cartográfica, que é a expertise deste setor.

Havia previsão para realização de certame licitatório no exercício objeto deste relatório, razão pela qual a meta física apresentou quantitativo considerável de famílias a serem atendidas. As atividades preparatórias para tal realização, como a elaboração do Termo de Referência, formação de preços, dentre outros procedimentos foram paralisados quando da ocorrência da greve dos servidores.

Após a greve, o processo foi retomado, havendo lançamento do Pregão Eletrônico INCRA/SR-05/Nº12/2012, realizado no mês de dezembro, para atendimento de aproximadamente 4.830 famílias em 86 Projetos de Assentamento. Os serviços foram ofertados em três lotes diferentes organizados com base na localização geográfica. O resultado do Pregão ocorreu somente em janeiro de 2013, e os contratos firmados no mesmo mês.

Quadro A.4.4. 1.14 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 2B06

Identificação da Ação						
Código	2B06					
Descrição	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Beneficiado	Assentamento	2	0	10.000	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Em relação às ações de Gestão Ambiental foram realizadas ações em 6 PAs por técnicos do Convênio com o Governo do Estado da Bahia (Educação Ambiental, com o objetivo de Implantar Núcleos de Gestão Ambiental; Desenvolvimento de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) a ser executado nos assentamentos, conforme determinado nas Licenças Ambientais), essas ações foram feitas com recursos do Convênio. Além delas foram feitas duas viagens pelo gestor do Serviço de Meio Ambiente, uma para verificar as condições da RL e das APPs no PA Nova Canaã em Pindobaçu. Outra foi para verificar os impactos ambientais no PA Nova Esperança em Cansanção decorrentes das explosões na mina da Yamana Gold que é confrontante do referido PA. Outro técnico do setor, Engenheiro Florestal, fez uma ação no PA Santa Maria em Mata de São João para verificar o estágio sucessional da vegetação nativa, no intuito de auxiliar os técnicos de ATES no parcelamento da área. As viagens foram feitas com recurso de Licenciamento Ambiental, por isso o gasto de recurso na meta Gestão Ambiental foi R\$ 0,00.

Portanto, houve atividades em nove Projetos de Assentamento com relação à Ação, no entanto não foi utilizado o recurso financeiro disponível.

Quadro A.4.4. 1.15 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 4320

Identificação da Ação						
Código	4320					
Descrição	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
891.571,34	867.770,12	732.641,38	0	0	732.641,38	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Beneficiada	Família	1.831	813	774.315	732.641,38

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O ano de 2012 concentrou ações iniciadas em exercícios anteriores e apenas duas ações novas com recursos do próprio exercício (aditamento do convênio INCRA/FUNDES F e contratação de empresa para instalação de equipamentos). A indefinição da forma de implementar novas ações do Terra Sol e o longo período de greve dos servidores também impactou no desempenho das ações. A defasagem de recursos humanos em toda a Superintendência Regional especialmente onde tramitam os processos do Terra Sol (Divisão de Desenvolvimento, Divisão de Administração, Procuradoria) e os baixos salários foram os fatores que mais impactaram negativamente no ano de 2012. Na Divisão de Desenvolvimento apenas um Servidor trabalhou nesta ação, tendo apoio de uma servidora em tempo parcial.

Os problemas de execução física nos contratos de obras pactuadas em exercícios anteriores, a retomada das ações do convênio INCRA/FUNDES F, e a continuidade na elaboração de novos projetos executivos de agroindústrias, concentraram os esforços da equipe do Terra Sol, que passou a ter a participação de servidora, e de forma complementar de novos engenheiros civis do serviço de infraestrutura da Superintendência Regional). Parte dos articuladores de ATES da FUNDES F ajudaram nas ações de campo incluindo a supervisão de obras.

Um ponto positivo foi a atuação conjunta da coordenação de ATES (Ação 4470) com a do Terra Sol resultando num maior empenho dos articuladores de ATES da FUNDES F (Convênio concluso em dezembro), fazendo crescer também a apresentação de demandas mais qualificadas.

O Terra Sol - BA prevê para 2013 uma demanda potencial já apresentada de 37 ações, necessitando de um montante em torno de R\$ 3.640.000,00, que preferencialmente deve ser executada de forma indireta via Programa Terra Forte ou políticas do Governo do Estado em convênio com o INCRA. São 17 unidades produtivas com projetos executivos aprovados e em conclusão de elaboração e 20 demandas de elaboração de projetos executivos, sobressaindo unidades de processamento vegetal.

Conclui-se que o Terra Sol é uma excelente ferramenta de apoio ao desenvolvimento dos projetos de assentamento e de combate a miséria e a pobreza. É a única política do INCRA que também atende a atividades não agrícolas como o artesanato e o turismo que contribuem para aumento da renda, fixação dos jovens no campo e para a autonomia das mulheres assentadas. A seguir, ações desenvolvidas pela equipe do Terra Sol da Superintendência Regional de importância relevante para a Ação 4320.

AÇÕES CONCLUÍDAS EM 2012

- Análise de demandas (30) e projetos (8); atendimento pessoal e telefônico/internet.
- Participação nas reuniões da Câmara Técnica de Turismo Rural e Turismo de Base Comunitária (8) e da Câmara da Zona Turística Baía de Todos os Santos do Fórum Baiano de Turismo (2)
- Supervisão do convênio INCRA/Fundesf (10)
- Participação na Comissão Estadual do Prog. de Aquisição de Alimentos-PAA (3).
- Participação na comissão nacional que modificou a norma de execução e criou o Manual da ação Terra sol no INCRA-SEDE (1).
- Aquisição parcial (registro de preço) dos equipamentos do centro de artesanato no PA Salubrinho (que vai atender também o PA Mocambo) em Andaraí, da Pousada do PA Baixão, em Itaetê e de reforma das casas de farinha/fecularia do PA Santa Luzia de Valença, do PA Nova Vitória em Ilhéus e do PA Santa Irene em Gongogi. R\$ 116.313,13
- Orientação técnica aos técnicos do Terra Sol do INCRA de várias Superintendências Regionais através de treinamento no INCRA/SEDE junto com técnicos de Brasília, São Paulo, Minas Gerais, Acre e Rio Grande do Sul (1).
- Divulgação na FENAFRA através do envio de folder com as ações do Terra Sol na Bahia.

AÇÕES CONTINUADAS, NÃO CONCLUSAS EM 2012

1 - Articulação com o Serviço de Infraestrutura da Superintendência Regional para execução de seis obras (iniciadas em 2010 pela empresa Jukai): centro de artesanato no PA Salubrinho (que vai atender também o PA Mocambo) em Andaraí; Pousada do PA Baixão, em Itaetê e de reforma/construção das casas de farinha/fecularia do PA Santa Luzia de Valença, do PA Nova Vitória em Ilhéus, do Ipauaté-Irajuba e do PA Santa Irene em Gongogi com previsão de conclusão para o primeiro trimestre de 2013. Valor do contrato: R\$ 950.665,28.

2 - Articulação com o Serviço de Infra-Estrutura da Superintendência Regional para execução de 8 (oito) obras do contrato da empresa Pavimak para executar: 1) reforma de casa sede no PA Boa Sorte Una para pousada comunitária; 2) pousada do PA Bela Vista; 3) Receptivo comunitário do PA Eldorado/Roteiro Recôncavo; 4) adaptação de galpão para unidade de frutas do PA Nova Suíça; 5) construção de unidade para processamento de frutas e temperos caseiros no PA São Mateus; 6) construção de unidade para beneficiamento de Caju (castanha e pseudofruto) no PA Cajueiro de Nova Soure; 7) ampliação e reforma de unidade para processamento de frutas no PA Canaã (Remanso) e 8) ampliação de tecelagem artesanal no PA Caritá. Ademais, a empresa apresentou pedido de rescisão do contrato de forma unilateral, o que resultou: a conclusão de quatro obras (Caritá, Nova Suíça, Canaã e Boa Sorte Uma), paralisando duas (Eldorado) e não iniciando duas (São Mateus e Cajueiro). Valor do contrato R\$ 828.990,00.

3 - Encaminhamento à chefia da Divisão de Desenvolvimento desta Superintendência Regional pedido de licitação/registro de preço dos equipamentos complementares do centro de artesanato no PA Salubrinho em Andaraí, da Pousada do PA Baixão, em Itaetê, com planilhas referenciais de preço. Previsão de contrato no valor de R\$ 13.000,00.

4 - Acompanhamento e supervisão do convênio com a FUNDESF, incluindo agroindústria, comercialização, turismo e artesanato, com aditivo de recursos e prazo com execução parcial das seguintes ações: a) elaborar plano de consolidação dos roteiros do Recôncavo e da Chapada para instalação das centrais de reserva e qualificação das ações de hospedagem, culinária e condução de visitantes; b) elaborar e apresentar nas comunidades estudos e relatórios de viabilidade de 17 assentamentos c) elaborar plano de negócios solidários de 2 agroindústrias, uma pousada e um centro de artesanato; d) editar o livro de culinária de raiz da Chapada e de material promocional para eventos. Valor do convênio R\$ 1.393.800,00.

5 - Contratação da instalação de equipamentos de três casas de farinha dos assentamentos Santa Irene (em Gongogi), Nova Vitória (em Ilhéus) e Santa Luzia (em Valença), com execução condicionada à conclusão da parte física das obras pela empresa JUKAI; Valor do contrato: R\$ 1.500,00.

6 - Conclusão do contrato da IMM de elaboração de sete projetos executivos: quatro unidades de beneficiamento/processamento vegetal (PA Panema em São Sebastião do Passé, PFP Ladeira Grande em Casa Nova, PA Nova Ipiranga em Camacã e PA Caimbongo em Cachoeira) , uma unidade conjugada de processamento vegetal /Receptivo comunitário (PA 3 de Abril em São Sebastião do Passé), uma unidade de comercialização (PA Cascata em Aurelino Leal/Itacaré) e uma reforma de casa sede para pousada e restaurante (PA Cascata em Aurelino Leal/Itacaré). A empresa está fazendo adequações finais nas peças técnicas, com previsão de conclusão em março de 2013. Valor do Contrato: R\$ 61.878,91.

MEMORIAL FOTOGRÁFICO



FOTO 1: Membros da equipe Convênio Fundesf/INCRA em campo (estudo de viabilidade de turismo comunitário) ã PA João Amazonas ã Ilhéus



FOTO 2: Unidade de Beneficiamento de Mandioca: farinha e fécula(complementação)
PA Nova Vitória ã Ilhéus



FOTO 3: Aquisição de Equipamentos de
Unidade de Beneficiamento de Mandioca: farinha e fécula
PA Santa Irene ã Gongogi



FOTO 4: Aquisição de Equipamentos de
Unidade de Beneficiamento de Mandioca: farinha e fécula
PA Santa Luzia ã Valença



FOTO 6 ã POUSADA (REFORMA CASA SEDE) PA BAIXÃO ITAETÊ



FOTO 7 ã UNIDADE DE FRUTAS (ADEQUAÇÃO DE GALPÃO) ã PA NOVA SUIÇA ã SANTO AMARO



FOTO 8 ã UNIDADE DE TECELAGEM (AMPLIAÇÃO) ã PA CARITÁ ã JEREMOABO



FOTO 9 ã UNIDADE DE FRUTAS (AMPLIAÇÃO) ã PA CANAÃ ã REMANSO

Quadro A.4.4. 1.16 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 4358

Identificação da Ação						
Código	4358					
Descrição	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
191.211,70	190.175,50	190.172,99	0	0	190.172,99	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de Titulação Expedido	Documento	1.444	1.890	191.212	190.172,99

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A emissão de Contratos de Concessão de Uso superou a meta prevista de 1.444 contratos na PO 2012 em 31% conforme tabela acima, com um total de 1.890 documentos emitidos.

Este resultado deve-se principalmente, como foi dito no relatório passado e também ressaltado na Ação 20S7 deste relatório, pela obrigatoriedade deste documento por ocasião da liberação do crédito instalação.

A estratégia utilizada para emitir estes CCUs já foi discutida também na Ação 20S7, acrescentando-se a contribuição do Serviço de Implantação e do SIPRA da Divisão de Obtenção na atualização do Formulário do módulo Projeto para os PAs que são atendidos pelos técnicos da Ordem de Serviço do Crédito Instalação da Sede e nos caso de PAs atendidos por técnicos das duas unidades Avançadas além deste Formulário da atualização do Módulo Beneficiário. Isso demanda muito tempo e trabalho devido ao grande passivo deste sistema (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária ã SIPRA) e tem muita defasagem em relação à realidade no campo e nos processos individuais dos assentados e dos processos administrativos do Assentamento.

Além disso, continuamos solicitando a vinda de técnicos da ATES, da área administrativa dos Núcleos Operacionais (NOs) para auxiliarem na instrução processual e outras tarefas possíveis, visto que não podemos fornecer a senha do SIPRA para trabalharem diretamente no sistema.

Já o serviço de Titulação e Consolidação da Superintendência Regional o qual em tese deveria ser o único responsável por esta Ação contou com apenas um servidor durante o ano de

2012, um a menos do que em 2011, não tendo a mínima condição de atender a demanda do Estado da Bahia, Mesmo assim este servidor conseguiu vários avanços no setor que devem aqui serem registrados como a Organização dos arquivos e ações planilhados em Excel, constando em pastas individuais dentro da pasta plano 2012 (sempre dentro da pasta consolidação). De forma que, quando necessitamos saber a situação de cada família e dos trâmites já realizados, basta consultar as planilhas. Consideramos um passo importante para os trabalhos de levantamento da situação ocupacional e de titulação.

Foram elaborados os fluxos das três principais ações do setor (consolidação, titulação e cessão/concessão). Os processos de cessão e concessão cujos pedidos vem desde 2007, foram todos analisados e colocados em trâmite. Os temas são recorrentes e se referem à escola, posto de saúde, agroindústria, igreja, unidades demonstrativas, rede elétrica, poço de petróleo, etc. Basicamente, oficiaram-se diversos requerentes e a EBDA através dos técnicos de ATEs, neste caso, para fornecer pareceres técnicos conforme modelo elaborado e acordando no início do ano por meio de uma circular ates. Hoje são 107 processos de Cessão/Concessão de Uso.

Os trabalhos de titulação, cancelamento de título e liberação de cláusulas resolutivas dependem de atividades prévias e de definições quanto a certas questões jurídicas, as quais foram encaminhadas para um caso concreto (mas que serviria aos outros) ao setor jurídico. A principal atividade prévia é o levantamento da situação ocupacional, mas temos o entendimento de que também é preciso o georreferenciamento e a cobrança dos créditos do INCRA (segundo o manual de titulação). A idéia era que as equipes contassem com a ação titulação nos assentamentos em que isto fosse uma demanda. Elaboramos, inclusive, uma proposta de checklist para as equipes de campo, na pasta plano 2012.

Quanto à certidão de quitação de títulos, encaminhamos todos os processos que chegaram a nós (hoje, 36) ao Superintendente informando a situação de cada assentado. Além disso, realizamos informações sobre diversos assuntos, muitas vezes, em interface com a ação levantamento da situação ocupacional. Há muitos casos de cópia de processos e TDs que não foram registrados porque não se necessitou confeccionar informação, especialmente no PA Angical I.

Existem 17 assentamentos consolidados que necessitam de ações complementares, especialmente, georreferenciamento, liberação de cláusulas resolutivas, complementação de titulação e cessão de áreas coletivas. Há documento (dependências consolidados, na pasta plano 2012) informando quanto custaria, inclusive, para terminar estes trabalhos, mas, ao que consta, nunca vieram os recursos.

Há dezenas de assentamentos que poderiam ser consolidados, seja por idade ou mesmo a pedido. Para seis deles foram abertos processos de consolidação, os quais foram tramitados para

que cada setor inserisse as tarefas que faltam. Há, também, aqueles que solicitam a revogação da consolidação.

Foram diversas atividades extras. Em muitas oportunidades, recebemos assentados com demandas de regularização, conflitos, pedidos de processos, de cópias de documentos etc. Citaremos as duas atividades mais relevantes:

Primeira, há dois assentamentos com poços de petróleo, de modo que, além da servidão da área, tratamos da participação nos lucros e de atividades de desenvolvimento nos assentamentos. Foi encaminhado solicitação ao setor jurídico e para as mesos para que definissem, respectivamente, o devido processo legal e a melhor forma de utilizar os recursos. Por outro lado a Petrobrás, não viabilizaram recursos extra para investir nos assentamentos e faltam alguns documentos, os quais foram cobrados várias vezes por ofício e e-mails.

A segunda ação, em curso também, propõe complementar a primeira. Outro setor da Petrobrás, por nossa sugestão, pretende desenvolver ações com dendê (para biodiesel) nos dois assentamentos com poços e mais alguns no município de Una. Foram feitas algumas reuniões e há um projeto a ser analisado e reuniões a serem feitas a campo.

O setor acabou envolvendo-se com a ação do biodiesel por entender que é uma ação relevante para a agricultura familiar de todo o país, especialmente no nordeste, onde as rendas agrícolas se mostram escassas. Sendo um programa que conta com uma demanda de consumo muito grande, trata-se de uma oportunidade.

A Mineração em assentamentos é uma atividade que deverá crescer nos próximos anos e merece um grupo de trabalho para definir procedimento para fazer frente a esta realidade. Da mesma forma, a fabricação de carvão clandestino. Terceiro, é preciso refletir sobre situações em que o assentamento se descaracteriza como área agrícola, seja pelo crescimento urbano ou mesmo pela hipervalorização da terra por conta de turismo, caso de beira de praia, por exemplo.

Quadro A.4.4. 1.18 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 8374

Identificação da Ação						
Código	8374					
Descrição	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
338.000	333.808,30	237.571,57	0	0	237.571,57	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Licenciado	Assentamento	16	7	535.000	237.571,57

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O ano de 2012 foi atípico devido à greve dos servidores, além de alterações na legislação que rege as atividades estaduais de licenciamento ambiental. Foram protocolados em 2012 um total de 7 solicitações de licenças, sendo 5 renovações e 2 novos pedidos.

A meta prevista não foi atingida por causa da mudança na legislação ambiental do Estado da Bahia, com o Decreto 14.032 de junho/2012 e pela implantação do Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos - SEIA, que tornou o processo de Licenciamento totalmente digital, feito pela internet. Foi solicitado o cadastramento do INCRA no sistema em 12/11/2012 e só fomos atendidos em 20/12/2012, onde foi realizado o cadastro. Acontece que por uma série de problemas técnicos no sistema, não conseguimos protocolar nenhuma área. Foi feito contato telefônico, por e-mail e pessoalmente com os técnicos do ATEND/INEMA e os problemas não se resolveram. Atualmente o Serviço de Meio Ambiente possui material completo para protocolar 24 novas áreas, sendo 23 entregues pela VPC que possui um contrato com a SR05/D para regularização ambiental de diversos PAs e uma feita por técnicos conveniados do Governo do Estado.

Quadro A.4.4. 1.19 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 4474

Identificação da Ação						
Código	4474					
Descrição	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)					
Iniciativa	01F1					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Trabalhador Rural Escolarizado	Trabalhador	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.4. 1.20 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 6952

Identificação da Ação						
Código	6952					
Descrição	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica Pedagógica e Social					
Iniciativa	01F1					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.4. 1.21 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 8370

Identificação da Ação						
Código		8370				
Descrição		Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária				
Iniciativa		01F1				
Unidade Responsável		INCRA				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.257.311,72		2.245.585,98	1.868.068,66	190.500	0	1.677.568,66
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	350	540	2.222.719	1.868.068,66

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária na SR 05 estão inseridas dentro do PRONERA ã Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e consistem em iniciativas que visam proporcionar ao público alvo acesso à educação formal em todos os níveis e também à capacitação profissional.

Importante ressaltar que sem o acesso à educação torna-se impossível o pleno desenvolvimento das comunidades assentadas e que a distância entre os projetos de assentamento e os centros urbanos é, em geral, um dos fatores mais limitantes em relação ao acesso à educação formal e também para a continuidade dos estudos da população assentada de reforma agrária. Pode-se assim observar a importância social do PRONERA, pois é um programa que proporciona ao público assentado de reforma agrária a inserção em todos os níveis da educação formal e capacitação profissional, por meio de cursos especificamente criados e destinados para o público da reforma agrária, levando em consideração as suas necessidades e especificidades.

De forma mais ampla, as ações do PRONERA buscam alcançar objetivos maiores no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária, abarcando não só o acesso à educação, mas também à cultura, alimentação básica, saúde, esporte e lazer. Tais objetivos, iniciativas e ações visam o mesmo alvo que é o desenvolvimento pleno e com sustentabilidade das comunidades assentadas de reforma agrária e todo o Estado da Bahia.

O exercício de 2012 iniciou-se com seis convênios e ao final do ano mais um convênio foi pactuado, totalizando sete convênios em execução no âmbito do PRONERA-BA.

A seguir são relatadas as atividades realizadas na gestão de cada um dos convênios em execução durante o exercício de 2012:

1)CURSO DE BACHARELADO EM AGRONOMIA

- PROCESSO: 54160.006605/2006-02
- CONVENIENTE: FASEC
- INTERVENIENTE (EXECUTORA): Universidade do Estado da Bahia ãUNEB
- VIGÊNCIA: 30/11/2006 a 30/06/2013

- LIBERAÇÃO DE RECURSOS: a última parcela do convênio tinha o valor previsto de R\$ 460.800,00, entretanto considerando que dos 100 alunos inicialmente matriculados no curso, 22 haviam desistido, fez-se necessário descontar do valor da parcela as despesas individuais referentes a esses 22 educandos. Dessa forma, foi liberado em maio um montante de R\$ 230.400,00 e no mês de novembro liberou-se mais R\$ 161.102,20, totalizando R\$ 391.502,20 liberados a título de pagamento da última parcela do certame.

- ADITIVO DE PRAZO: a conveniente solicitou aditamento de prazo para o convênio até junho de 2013, este aditivo foi concedido em função da necessidade de conclusão adequada das metas físicas pactuadas.

ACOMPANHAMENTO: houve o acompanhamento de apenas uma das duas turmas do curso, ocorrido em junho de 2012, no Assentamento Terra Vista (Arataca-Ba). Na ocasião, os educandos estavam em sala-de-aula e paralelamente desenvolviam as atividades do estágio curricular.

De acordo com a fiscalização efetuada e os relatórios da conveniente, cerca de 87% das metas físicas do convênio já foram cumpridas.

Devido ao período de greve dos servidores e à falta de equipe para auxiliar na coordenação das atividades do PRONERA na Superintendência Regional, foi gerado um grande acúmulo de atividades, o que impossibilitou a realização do acompanhamento da outra turma do referido curso.

2)CURSO DE NÍVEL MÉDIO PROFISSIONALIZANTE EM ENFERMAGEM

- PROCESSO: 54160.006024/2008-24
- CONVENIENTE: FADCT

- INTERVENIENTE (EXECUTORA): Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

- VIGÊNCIA: 31/12/2008 A 25/06/2013

- LIBERAÇÃO DE RECURSOS: todo o recurso desse convênio foi liberado desde 2010, entretanto devido ao mau dimensionamento das despesas do projeto pela Conveniente, esta pleiteou uma suplementação financeira para conclusão das metas físicas. Então, após exaustiva análise da DDE, da coordenação local e da Procuradoria Jurídica Especializada foi concedida a suplementação no valor de R\$ 190.500,00.

Todavia, como não havia recurso financeiro disponível na Superintendência Regional, a despesa foi inscrita em restos a pagar e efetuada a liberação do valor da suplementação em 07.01.2013.

- ADITIVO DE PRAZO: foi solicitado pela Conveniente um aditivo de prazo de seis meses, tal solicitação foi atendida em função da necessidade de prover a Conveniente do prazo necessário para conclusão das metas físicas do ajuste.

- ACOMPANHAMENTO: a paralisação das atividades do curso desde o ano de 2011 impossibilitou a realização do acompanhamento do convênio em 2012, porém a coordenação da Superintendência Regional e a coordenação do curso na UESB mantêm-se em contato constantemente, tratando das questões referentes ao curso.

3)CURSO TÉCNICO EM COOPERATIVISMO

- PROCESSO: 54160.003824/2011-99

- Nº CONVÊNIO (SICONV): 762314/2011

- CONVENIENTE: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

- VIGÊNCIA: 27/12/2011 A 27/06/2015

- LIBERAÇÃO DE RECURSOS: no exercício de 2012 foi liberada a segunda parcela do ajuste, o montante liberado foi de R\$ 272.592,84.

- ACOMPANHAMENTO: durante o ano de 2012 foram realizados dois acompanhamentos, o primeiro em fevereiro e o segundo em dezembro/2012.

Em ambas as ocasiões ocorreram reuniões com a coordenação do curso para tratar de questões administrativas e para fornecimento de orientações sobre os procedimentos recomendados pelo Manual do PRONERA. A previsão de início das aulas do Curso Técnico em Cooperativismo que beneficiará 50 alunos é abril de 2013.

4)CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

- PROCESSO: 54160.003826/2011-88
- Nº CONVÊNIO (SICONV): 762313/2011
- CONVENIENTE: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
- VIGÊNCIA: 27/12/2011 A 27/06/2015
- LIBERAÇÃO DE RECURSOS: no exercício de 2012 foi liberada a segunda parcela do certame, o montante liberado foi de R\$ 272.592,84.
- ACOMPANHAMENTO: em 2012 foram realizados dois acompanhamentos, o primeiro em fevereiro e o segundo em dezembro/2012.

Em ambas as ocasiões ocorreram reuniões com a coordenação do curso para tratar de questões administrativas e para fornecimento de orientações sobre os procedimentos recomendados pelo Manual do PRONERA. A previsão de início das aulas do Curso Técnico em Administração que beneficiará 50 alunos é abril de 2013.

5)CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE

- PROCESSO: 54160.003825/2011-33
- Nº CONVÊNIO (SICONV): 762315/2011
- CONVENIENTE: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
- VIGÊNCIA: 27/12/2011 A 27/06/2015
- LIBERAÇÃO DE RECURSOS: no exercício de 2012 foi liberada a segunda parcela do ajuste, o montante liberado foi de R\$ 850.641,40.
- ACOMPANHAMENTO: durante o ano de 2012 foram realizados dois acompanhamentos, o primeiro em fevereiro e o segundo em dezembro/2012.

Em ambas as ocasiões ocorreram reuniões com a coordenação do curso para tratar de questões administrativas e para fornecimento de orientações sobre os procedimentos recomendados pelo Manual do PRONERA. A previsão de início das aulas do Curso Técnico em Meio Ambiente que beneficiará 150 alunos é abril de 2013.

6)CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

- PROCESSO: 54160.003835/2011-79
- Nº CONVÊNIO (SICONV): 763232/2011
- CONVENIENTE: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
- VIGÊNCIA: 27/12/2011 A 01/07/2017
- LIBERAÇÃO DE RECURSOS: no exercício de 2012 foi liberada a segunda parcela do ajuste, o montante liberado foi de R\$ 107.882,34.

- ACOMPANHAMENTO: durante o ano de 2012 foram realizadas várias reuniões com a coordenação do curso para tratamento de questões administrativas e também para garantir o cumprimento, pela Convenente, das orientações fornecidas pelo Manual do PRONERA, em especial no que se refere ao público beneficiário do Programa. Segundo informações da Convenente já foi iniciada em 2013 a primeira etapa do Curso de Bacharelado em Direito que atenderá 40 educandos.

7)CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

- PROCESSO: 54160.002339/2012-89
- Nº CONVÊNIO (SICONV): 778080/2012
- CONVENENTE: Universidade Estadual da Bahia (UNEB)
- VIGÊNCIA: 27/12/2011 A 27/12/2017

- LIBERAÇÃO DE RECURSOS: em decorrência de dificuldades para a apropriação de despesas entre o SICONV e o SIAFI, não foi possível realizar a liberação da primeira parcela do convênio em dezembro de 2012. A parcela de R\$ 307.773,70 foi inscrita em restos a pagar, mas já efetuado em 31/01/2013.

- ACOMPANHAMENTO: considerando que o convênio em questão iniciou-se em 27/12/2012, ainda não foi realizado nenhum acompanhamento. Entretanto, segundo a Convenente, a seleção dos 50 educandos que formarão a turma do referido curso, será realizada em março de 2013.

Conclui-se que o PRONERA no Estado da Bahia é um programa largamente demandado pela população das comunidades assentadas de reforma agrária e os resultados do programa demonstram a sua contribuição social na elevação do grau de escolaridade da população do campo.

Entretanto cabe ressaltar os pontos críticos que contribuem negativamente para a execução do PRONERA na Bahia, quais sejam:

- Falta de pessoal para composição de uma equipe que possa atender às várias demandas do PRONERA.

- Falta de espaço adequado na Superintendência Regional, para a coordenação das atividades do programa;

- Falta de capacitação para a gestão de convênios através do SICONV;

- Falta de reconhecimento institucional da função de Assegurador do PRONERA, visto que essa função é essencial na gestão dos convênios pactuados pela Superintendência Regional, cabe prover o servidor de condições de trabalho adequadas e justas, inclusive por meio de remuneração extra pelo exercício da função.

Considerando as atividades relatadas e as condições de trabalho encontradas, fazem-se necessário investimento do INCRA Sede em termos de remuneração e quantitativo de servidores, necessidades que envolvem o sucesso da execução do PRONERA no Estado da Bahia.

4.1.4.2 Ações Vinculadas ao Programa 2012 ã Agricultura Familiar

Quadro A.4.4.2.1 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 4470

Identificação da Ação						
Código	4470					
Descrição	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados					
Iniciativa	01CB					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
10.000	9.674,27	9.674,27	0	8.593.844,20	9.672,27	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida	Família	10	35.493	10.000	9.674,27

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Do ponto de vista econômico o Convênio de ATES é imensamente vantajoso, tendo em vista a elevada contrapartida do Governo do Estado da Bahia e a cobertura de cerca de 87% das famílias assentadas no Estado. Indispensável ressaltar que os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária ã PNATER são plenamente cotejados pela ATES.

Mudanças no Plano plurianual relocaram o Programa de ATES de forma que no PPA 2012-2015, o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental, ATES, criado em 2004 pelo INCRA/MDA, por meio da Norma de Execução/INCRA/SD/Nº39/2004ATES se encontra alocado na ação 4470 - Assistência Técnica e extensão rural para a Reforma Agrária. Esta por sua vez se encontra alocada na iniciativa 01EZ - Prestação de assistência aos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos.

Programaticamente a iniciativa 01EZ se encontra alocado dentro do objetivo 412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares,

assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais. O Objetivo 412 por sua vez se encontra alocado no programa temático 2012 - Agricultura Familiar.

A Superintendência Regional do INCRA na Bahia, Superintendência Regional, assim como outras Superintendências Regionais, a partir de 2004 adotou na prestação dos serviços de ATES, a modalidade Convênio. Neste sentido, a SR-05 e o Governo do Estado da Bahia firmaram uma ampla parceria, em julho de 2008, objetivando o desenvolvimento dos assentamentos, quando àquela data foi assinado entre as partes o convênio CRT-BA0001/2008, processo Nº 54160.002908/2008-18, tendo a Secretária de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI, como Conveniente e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA, como executora dos serviços de ATES. O objeto do referido convênio é a prestação de serviços de ATES a 35.000 famílias assentadas, representando 86,5% do universo de famílias assentadas no estado, o que coloca a Bahia como um dos melhores Estados em termos de percentual de atendimento do programa, bem como de técnicos e do montante de recursos executados. O referido convênio, ao final do exercício de 2011 teve aditivo de prazo, posto que o início efetivo da prestação dos serviços se deu cerca de um ano após a assinatura do mesmo. Dessa forma, ficou estabelecido o mês de junho de 2013 para o término do ajuste. Em síntese, cabe pontuar que as atividades realizadas até o exercício de 2012 corroboram com os objetivos do Programa de ATES, tendo sido atendidas diretamente pela ação, no exercício de 2012, 35.493 famílias assentadas da reforma agrária.

Devido ao caráter transversal desta ação, é difícil mensurar os resultados finalísticos da mesma. Neste sentido, o PPA definiu como indicador apenas o item ófamílias assistidasô. Neste relatório queremos ir mais além, entrando no quantitativo apurado de intervenções dos técnicos em algumas ações que a rigor definem o cumprimento ou não dos objetivos da ação. Oportunamente esclarecemos que não dispomos de um sistema de informações consolidadas de forma que, alguns quantitativos aqui apurados dizem respeito ao todo, sendo de difícil mensuração o grau de envolvimento dos técnicos de ATES em determinada ação específica. Exemplo disso são as certidões para fins previdenciários emitidas pelo INCRA. A demanda para sua emissão pode ser através das organizações dos assentados, de técnicos do INCRA ou de técnicos de ATES. Por outro lado a emissão de Certificados de Cessão e Concessão de Uso - CCUs, é realizada por servidores efetivos da Autarquia, mas prescindem de checagem da relação de beneficiários, atualização documental, assinatura do documento de concessão e a devida instrução processual que muitas vezes conta com a colaboração dos técnicos de ATES em uma ou mais etapas do processo.

Passando a análise da estruturação do programa em si, como instâncias de execução técnica, cabe-nos destacar que os serviços de ATES propriamente dito são prestados através dos

48 (quarenta e oito) Núcleos Operacionais, NOs, compostos de base física e estrutura operacional onde estão lotadas as equipes multidisciplinares, responsáveis, em última análise, pela prestação dos serviços de ATES às famílias assentadas.

Adicionalmente, objetivando a integração, o acompanhamento e a capacitação dos técnicos de ATES, em novembro de 2009 foi celebrado o convênio SICONV 709227/2009, tendo como concedente o INCRA e como conveniada/executora a Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Socio-Cultural e Ambiental- FUNDESF. Por meio deste convênio foram contratados 12 articuladores que fizeram a integração dos NOs, subsidiando o monitoramento do programa e a capacitação dos técnicos. Tal convênio findou em 31/12/2012 tendo cumprido seu objetivo, restando ainda pendente a comprovação do aporte de contrapartida por parte da conveniada.

INFORMAÇÕES GERAIS DO CONVÊNIO CRT-BA 0001/2008	
Número do convênio	CRT-BA 0001/2008
Data de publicação	03/07/2008
Concedente	INCRA
Conveniente	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária- SEAGRI
Executora	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola- EBDA
Valor do concedente	R\$ 49.000.000,00
Valor da contrapartida	R\$ 35.589.899,26
Aditivo de planos- Ano 2008	R\$ 5.141.040,00
Valor total do convênio	R\$ 89.730,939,26
Total de famílias atendidas	35.493
Relação de técnicos/ famílias	1:118
Período de execução	07/2008 a 06/2013

Quadro 01- Resumo convênio CRT- BA 0001/2008

INFORMAÇÕES GERAIS DO CONVÊNIO SICONV 709227/2009	
Número do convênio	SICONV 709227/2009
Data de publicação	18/11/2009
Concedente	INCRA
	Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento
Executora	Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento
Valor do concedente	R\$ 6.930.516,44
Valor da contrapartida	R\$ 631.400,00
Valor total do convênio	R\$ 7.561.916,44
Total de famílias atendidas	35.493
Relação de técnicos / articulador	1:25
Período de execução	11/2009 a 12/2012

Quadro 02- Resumo convênio SICONV 709227/2009

Ressalta-se que está entre as responsabilidades da SEAGRI, a título de contrapartida da conveniada, a contratação de 420 técnicos que atuaram junto às 35.000 famílias assentadas prestando diretamente a Assistência Técnica Social e Ambiental por meio de equipes multidisciplinares alocados em 48 Núcleos Operacionais de ATES, situados na mesma estrutura física dos escritórios locais da EBDA. Porém, dos 420 técnicos inicialmente previstos, em função do regime de contratação e remuneração dos profissionais muito aquém do mercado, verificou-se no exercício 2012 um elevado *turnover* nas equipes, que em nenhum momento estiveram completamente formadas, oscilando entre 250-300 técnicos, que representam cerca de 70% do quantitativo inicialmente proposto. Por oportuno, salientamos que os valores de referência por família de ambos os convênios, somados, totalizam R\$ 406,00/família/ano, valor substancialmente menor que aqueles praticados na chamada pública de ATER desta Superintendência Regional, na qual o valor apurado foi de R\$ 2.398,71/família/ano. Tal discrepância se deve ao significativo aporte de contrapartida da SEAGRI, o que não ocorre no caso de chamadas públicas de ATER.

Relativo à execução financeira da ação pontuamos que o maior componente para manutenção das equipes de ATES são aquelas referentes ao salário do corpo técnico sendo esta despesa aportada no convênio a título de contrapartida. Tal quadro, acrescido da existência de saldo em conta do convênio bem como a existência de recursos empenhados inscritos em restos a pagar determinaram uma execução financeira pífia na ação, sendo os poucos recursos financeiros executados na ação destinados ao monitoramento e fiscalização dos convênios então vigentes.

Considerando o quadro de extrema deficiência de alguns NOs de ATES, no exercício de 2012 esta Superintendência Regional realizou uma chamada pública de ATER tendo como

público beneficiário 6.683 famílias assentadas atendidas por equipes mais deficitárias, o que resultaria numa diminuição na meta do convênio SEAGRI/EBDA. Tal chamada foi estruturada em quatro lotes distintos e não logrou êxito visto que em dois dos quatro lotes não houve entidades interessadas e nos demais lotes as entidades que acudiram ao certame foram eliminadas em função da apresentação de documentação de habilitação incompleta. No exercício de 2013, partindo de nova análise dos Núcleos de ATES, pode-se republicar o edital de chamada pública de ATER com as adequações que se fizerem necessárias, como consequência de uma decisão de gestão.

Situação	Assentamentos	Famílias
Convênio SEAGRI/EBDA	453	29.704
Chamada pública	81	6.683
Sem ATES	92	4.109
Assentamentos consolidados (não elegíveis ao programa)	17	1.502
Total	643	41.998

Quadro 03- Quadro situacional ATES/ATER considerando o cenário de chamada pública.

Compete aos 48 Núcleos Operacionais de ATES:

- a) Executar as atividades de ATES, baseadas nos princípios e objetivos do Programa, junto às famílias assentadas dos Projetos de Assentamento reconhecidos pelo INCRA, em áreas de reforma agrária;
- b) Elaborar, assessorar e acompanhar a implementação dos PEA, PDA, PRA e o RAS, observando os normativos existentes, especialmente a Resolução CONAMA nº 387/2006;
- c) Adequar, assessorar e acompanhar a implementação do PDA e PRA já existentes, mesmo que elaborados por outras entidades;
- d) Desenvolver estudos, em articulação com o INCRA, para selecionar e identificar as áreas produtivas, de reserva legal e de preservação permanente, buscando viabilizar a elaboração do PEA;
- e) Orientar a aplicação do Crédito Instalação, dentre outras linhas, com o envolvimento das famílias assentadas e todo o processo de elaboração e implementação dos planos e projetos;
- f) Executar a estratégia de divulgação e internalização das atividades de ATES, junto aos (às) assentados(as) beneficiários(as), com vistas ao entendimento, sintonia e participação desses atores para o perfeito funcionamento do Programa;
- g) Orientar e capacitar os (as) agricultores (as) para a elaboração e implementação dos projetos produtivos nas áreas de Reforma Agrária;
- h) Elaborar e acompanhar a implementação dos projetos técnicos que viabilizem o acesso dos (as) agricultores (as) às diferentes modalidades de crédito produtivo, bem como orientar e

acompanhar a aplicação dos recursos e produzir relatórios técnicos, a serem encaminhados à Superintendência Regional, conforme preceitua o Manual de Crédito Rural;

i) Elaborar projetos técnicos dos assentamentos que assegurem a recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL), bem como dos solos degradados. Esses projetos ainda podem prever ações de gestão e educação ambiental;

j) Orientar e acompanhar a aplicação dos recursos, bem como produzir relatório semestral, sobre o estágio atual do projeto. Destaca-se a necessidade do projeto guardar coerência com as proposições do PDA ou PRA;

k) Elaborar os projetos técnicos dos assentamentos que permitam o acesso ao Programa Terra Sol, bem como orientar e acompanhar sua execução. Os projetos técnicos mais complexos podem ser elaborados por especialistas, conforme prevê o Programa de ATES. É vedada a contratação ou utilização dos Núcleos Operacionais de ATES para realização de atividades que constituam atribuições inerentes aos cargos do quadro de servidores do INCRA.

Referente ao papel dos articuladores no Convênio de ATES, conforme estabelecido no manual do Programa são atribuições da equipe de articulação, dentre outras:

- Assessorar o planejamento estratégico e operacional das atividades desenvolvidas pelos Núcleos Operacionais de ATES, tomando como base as diretrizes de planejamento apresentadas pelo INCRA;
- Assessorar os Núcleos Operacionais, proporcionando suporte técnico e metodológico;
- Contribuir com a integração e a articulação das atividades desenvolvidas nos projetos de assentamento da sua área de abrangência, bem como a integração de tais atividades com outras políticas públicas afins;
- Contribuir com a socialização das experiências exitosas;
- Contribuir na divulgação das atividades de ATES junto aos assentados, promovendo a participação dos mesmos no Programa;
- Identificar e articular as demandas de capacitação dos Núcleos Operacionais e das famílias assentadas em temáticas necessárias ao seu aprimoramento e ampliação dos conhecimentos necessários ao atendimento das diretrizes e objetivos do Programa de ATES, encaminhando-as ao Fórum Estadual e ao INCRA.
- Apresentar à Superintendência Regional do INCRA e ao Fórum Estadual de ATES relatórios trimestrais, de forma a contribuir para o monitoramento e a avaliação do Programa.

Oportunamente, ressalta-se que é vedada a contratação ou utilização das equipes de articulação de ATES para realização de atividades que constituam atribuições inerentes aos

cargos do quadro de servidores do INCRA, notadamente aquelas ligadas à fiscalização de convênios.

Principais resultados e dificuldades encontradas

Dos resultados:

Inicialmente cabe-nos pontuar que as ações de ATES se dividem em ações de assistência técnica propriamente dita e ações específicas motivadas pelos programas e ações específicos do INCRA, a exemplo dos créditos, atualização de relação de beneficiários, manejo e recuperação ambiental, IN47 (substituída pela IN71/2012) e muitas outras, o que torna o leque de ações extremamente vastas e complexas.

A Superintendência Regional do INCRA na Bahia utiliza os Territórios de Identidade como unidade de planejamento, estando a sua Divisão de Desenvolvimento organizada em equipes mesoterritoriais responsáveis pelos atendimentos aos projetos de assentamento de suas respectivas regiões. Os assentamentos foram agrupados em 7 (sete) mesorregiões. Foi definida uma equipe de Coordenação de ATES, atuante na Divisão de Desenvolvimento, que juntamente com as equipes mesoterritoriais, equipe de coordenação da EBDA e articuladores de ATES monitora a execução da prestação dos serviços de ATES.

Como primeiro resultado do convênio supramencionado, apontamos a ampliação do número de beneficiários, que passou de um percentual de 44,7% em 2007 para 94% das famílias assentadas elegíveis, desconsiderando aí aquelas assentadas em Projetos de Assentamentos consolidados.

Cabe destacar que a atuação da ATES, devido à transversalidade do programa contribui para as ações finalísticas de diversas outras ações do INCRA além de abarcar políticas públicas de outras esferas a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos, PAA e do Programa Água Para Todos. O quadro a seguir mostra a evolução das principais linhas de ação acumuladas no exercício de 2012 com relativo destaque para as ações do Bolsa Verde, apoio mulher e pré parcelamento.

Linha da Matriz	PAs	Famílias
Apoio Mulher	Em conta: 01	24
	Projeto elaborado: 01	10
	Espelhos elaborados: 25	1739
	Empenhado: 68	4.575
Bolsa verde- contemplados	329	6.519
Certidões previdenciárias emitidas	Diversos	1.394
Cessão/ concessão realizadas	94 processos, cerca de 40 com pareceres da ATES	2.200
Atendimento de condicionantes ambientais	27	1.306
Emissão de CCUs	Diversos	1.890
DAPs A 2012	Diversos	849
DAPs A/C 2012	Diversos	37
DAPs P 2012	Diversos	1.066
Terra Sol	Diversos	813
Licenciamento ambiental	74	3.901
NGAs criados	234	16.578
Parcelamento em execução	Stop: 34	2.074
	Geosat: 31	1.064
	Pet: 57	4.261
PBSM	Execução: 13	562
	Metas 2012: 33	1.752
PEA concluídos	32	1.685
Pre Parcelamento concluído	63	4.960
Situação Ocupacional em execução	57	4.389

Quadro 04- Evolução das principais linhas de ação acumuladas até 2012.

Do quadro acima, vê-se que existe uma demanda considerável referente à aplicação do crédito apoio mulher, tendo os articuladores de ATES prestado um valoroso apoio na concretização dos espelhos de projetos. Posteriormente os mesmos serão detalhados em projeto específico possibilitando a efetiva aplicação dessa modalidade de crédito instalação.

Outra ação estratégica para o desenvolvimento dos assentamentos foi objeto de intervenção dos articuladores, dessa forma, foram efetivados durante o convênio 63 anteprojetos de parcelamentos, instrumento que subsidiará o parcelamento dos respectivos assentamentos, uma vez que o PRONAF define como condição indispensável para acesso do crédito rural o parcelamento das áreas para enquadramento na chamada demanda qualificada, objetiva-se em curto prazo possibilitar o acesso de expressivo quantitativo de famílias a esta importante política pública. Tal ação beneficiou diretamente 4.960 famílias assentadas no Estado. Esse trabalho foi fundamental uma vez que o INCRA deve apresentar este trabalho prévio a demarcação propriamente dita como base técnica para as duas empresas ganhadoras da licitação modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 12/2012 com edital publicado em dezembro de 2012 e resultado divulgado em janeiro de 2013, que beneficiará aproximadamente 4.830 famílias.

Referente à questão ambiental, uma das diretrizes desta Superintendência Regional foi a criação dos chamados Núcleos de Gestão Ambiental, NGAs sendo os mesmos um importante

instrumento de empoderamento do público assentado acerca da temática ambiental. Ademais, os NGAs são considerados pelo Ministério do Meio Ambiente como um dos instrumentos de gestão coletiva a partir do qual fica a comunidade respaldada quanto à concessão de Bolsa Verde. Oportunamente informamos que a Superintendência Regional tem contratos em vigor com uma empresa para a confecção de estudos objetivando o licenciamento ambiental de 74 áreas, tendo sido os técnicos de ATES orientados pelos articuladores, acionados para subsidiar a análise das peças técnicas recebidas pela Autarquia bem como qualificar os trabalhos, assegurando a participação das famílias assentadas no planejamento espacial do assentamento em consonância com seus desejos e aptidões, ressaltando os aspectos técnicos e o atendimento da legislação ambiental ora vigente.

Contudo, ressaltamos o expressivo número de certidões emitidas, grande parte atendendo a demandas dos técnicos de ATES. O expressivo número de espelhos de apoio mulher também merece ser ressaltado. Ademais, através da iniciativa de técnicas da área social pode-se observar a apresentação de demandas qualificadas de alguns assentamentos a Ação Terra Sol com apresentação demandas qualificadas (assentamentos Cosme e Damião em Camaçari e Lagoa Dourada em Paratinga, dentre outros) e de acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE. Exemplo disso é o NO Mucuri na qual quatro assentamentos daquele município fornecem parte da alimentação escolar para cerca de cinco mil alunos da rede estadual de ensino.

Na área agrária, as capacitações em PRONAF, a partir do apoio técnico ao setor do PRONAF do INCRA pode-se verificar um aumento na emissão de DAPs A, uma vez que em 2011 foram emitidas 428 DAPs A e em 2012, foram 849 emissões, representando um crescimento de 98% na emissão de tais documentos. Não obstante permanecem as razões para o baixo acesso do PRONAF, mormente o não enquadramento de cerca de 50% dos Projetos de Assentamento na chamada demanda qualificada, sobretudo em função da inexistência de parcelamento das áreas, coexistindo ainda outros fatores como inadimplência e deficiências técnicas na elaboração das propostas. Em relação à demarcação dos lotes ressalta-se que a Divisão de Desenvolvimento pretende atender com parcelamento cerca de 5000 famílias em 2013 com o Pregão Eletrônico já mencionado anteriormente.

O ano de 2012 protagonizou uma das maiores secas dos últimos 30 anos no Estado da Bahia. Neste sentido políticas públicas como o Garantia Safra, o Bolsa Estiagem e o PRONAF-Estiagem tiveram especial acompanhamento por parte dos articuladores de ATES vez que cerca de 70% das famílias assentadas no Estado se encontram na região semiárida. Neste sentido, houve um grande esforço para compreender os normativos de tais programas bem como a parte operacional dos mesmos e repassar as informações atualizadas aos técnicos de ATES, seja *in loco* ou por meio de circulares e e-mails informativos. Ademais, informações acerca dos

assentamentos no Estado foram repassadas ao Exército Brasileiro objetivando o fornecimento de água por meio de caminhão pipa às unidades familiares que dispunham de cisterna para uso doméstico. Pontualmente, algumas unidades demonstrativas de convivência com a seca foram implantadas pela ATES, notadamente pelo núcleo de Senhor do Bonfim onde alguns assentamentos tiveram a implantação de barragens subterrâneas e unidades de palma forrageira.

Ainda no tocante à seca que afligiu o Estado da Bahia em 2012, cabe pontuar que os técnicos de ATES atuaram fortemente na inscrição de assentados no Programa Garantia Safra e Bolsa Estiagem. Contudo, considerando que a executora do convênio ainda não disponibilizou ao INCRA o relatório de metas físicas do convênio no exercício de 2012 não temos o quantitativo de assentados beneficiados com estas ações.

Referente ao aporte técnico disponibilizado pelas conveniadas ao INCRA, mencionamos a atuação de técnica alocada na Ouvidoria Agrária Regional desta Superintendência Regional pra resolução de conflitos, os estudos técnicos objetivando o parcelamento dos assentamentos, a análise de inúmeras peças técnicas, sobretudo as inerentes ao licenciamento ambiental e a sistematização de dados de diversas naturezas.

Cabe ainda salientar que dentro do convênio estão sendo elaborados 150 Planos de Desenvolvimento e Recuperação de assentamentos. Tais planos são instrumentos de gestão da comunidade e espacialização das atividades agrícolas em consonância com a legislação ambiental. Os referidos instrumentos, acompanhados das respectivas peças técnicas subsidiarão a solicitação de licença ambiental no órgão estadual e a efetivação do licenciamento ambiental das respectivas será um facilitador do acesso de inúmeras políticas públicas, a exemplo do PRONAF. Ocorre porém que a executora, em função de alegada deficiência técnico-administrativa não operacionalizou os recursos desta respectiva meta do convênio.

Das dificuldades encontradas

Dentre as principais dificuldades enfrentadas na execução desta ação, pode-se destacar:

- Qualificação dos indicadores de resultados Sistema de Informações da EBDA, SIN-EBDA. Os relatórios com indicadores de resultados encaminhados à coordenação de ATES do INCRA apresentam inúmeras incongruências, gerando um ambiente de incerteza e de retrabalho tanto do ponto de vista da análise de documentos e trâmites administrativos. No mês de abril de 2012 foi realizada a capacitação de técnicos de ATES no manuseio dessa ferramenta tendo por objetivo a qualificação dos registros inseridos no SIN-EBDA, no entanto a conveniada, embora oficialmente notificada, não enviou a esta autarquia o relatório de metas físicas do exercício de 2012;
- Baixa operacionalização dos recursos disponíveis no convênio para a implantação de unidades demonstrativas, dias de campo, cursos e intercâmbios. A esmagadora maioria

dos Núcleos Operacionais não conseguiu operacionalizar os recursos referentes à implantação de unidades demonstrativas, dias de campo, cursos e intercâmbios sob alegação de que não dispõe os referidos núcleos de pessoal capacitado para o cumprimento do trâmite administrativo referentes aos respectivos processos licitatórios. Neste sentido, foi a EBDA notificada em inúmeras ocasiões acerca do problema. Foi defendida como estratégia a ser utilizada no exercício 2012 a centralização dos certames nas Gerências Regionais da EBDA, as quais os NOs estão diretamente vinculados, em função destas gerências, eventualmente, possuírem maior capacidade administrativa e operacional. Tal iniciativa se mostrou novamente improdutiva e os recursos não foram operacionalizados redundando em prejuízos às comunidades assentadas e numa baixa execução financeira do convênio, visto que um quantitativo significativo de recursos do convênio se destina a tais atividades;

- Não operacionalização do recurso do aditivo de planos. Tal aditivo foi celebrado em dezembro de 2008 e objetivava a confecção de planos de Desenvolvimento e de Recuperação em cerca de 150 assentamentos. Apesar de todo o empenho do INCRA na confecção dos referidos planos, problemas de ordem administrativa na executora tem se mostrado impeditivos para a realização de licitação para contratação de empresa para confecção das peças técnicas de tais instrumentos. Ressalta-se que a parte descritiva dos mesmos foram parcialmente elaboradas pelas equipes de ATES devendo ser qualificados com o apoio de consultores especialistas no tema. A não confecção dos planos é um empecilho ao licenciamento dos assentamentos com inúmeras consequências que acabam por limitar o desenvolvimento socioeconômico das áreas reformadas visto que algumas políticas públicas prescindem da existência das mesmas, a exemplo de diversas linhas do crédito rural;
- Rotatividade nas equipes técnicas. Considerando as especificidades da ATES, posto que esta coteja as ações de técnicas de ATER propriamente dita e os programas/ações específicas do INCRA, capacitar um técnico é oneroso e demanda um significativo lapso temporal. Como o patamar de remuneração dos técnicos contratados pelo estado está aquém do mercado, a rotatividade dos técnicos resulta em retrabalho e significativo prejuízo no alcance das metas pactuadas. Oportunamente ressaltamos que essa questão não se encontra sob a governança do INCRA, visto que a forma de contratação e os salários vigentes são definidos na esfera estadual, e as despesas com pessoal computadas no convênio na forma de contrapartida. Assim sendo, esta superintendência, a partir do monitoramento dos NOs, envidou esforços para a recomposição do quadro técnico naqueles Núcleos considerados viáveis e, para

aqueles com problemas crônicos e irreversíveis organizou uma chamada pública de ATER de forma que as famílias não sejam privadas da assistência técnica. Infelizmente a mesma não logrou êxito devendo ser republicada no exercício de 2013. Ressalta-se, contudo que parte das equipes foram recompostas ao final do exercício de 2012 mediante a realização de novo processo seletivo por parte da conveniada;

- Ambiente de Gestão da EBDA na qual se pode verificar diversos fatores: a) a nível de núcleos: o distanciamento e comprometimento das gerências regionais e considerável rotatividade nas chefias de escritório da empresa visto que os cargos são entendidos pelo governo estadual como de representação política, o que muitas vezes resulta em mudanças bruscas gerando num vácuo de comando das equipes de assessoria técnica com reflexos em questões administrativas e conseqüentemente no resultado de alguns NOs; b) na coordenação geral de ATER a dificuldade de atendimento às demandas apresentadas pelo INCRA e a deficiência de apresentação e conteúdo dos relatórios de execução física nos aspectos ambientais, sociais e produtivos, muitas vezes ofuscando os resultados positivos do convênio;
- Greve de 84 dias dos servidores do INCRA no exercício de 2012, o que impactou algumas ações finalísticas da instituição. Tais ações, dado sua interface com a ATER, repercutiram nos indicadores de resultados das equipes visto que algumas etapas necessárias, embora sendo executadas pelos técnicos extensionistas dependiam dos servidores da autarquia que se encontravam com as atividades paralisadas;
- Baixo quadro funcional de servidores do INCRA, o que, face às atuais demandas implicam em morosidade na resolução dos problemas e nos encaminhamentos das demandas;
- Ausência de parcelamento em cerca de 50% dos assentados o que, por conseguinte impede o acesso de tais assentamentos ao crédito rural do PRONAF-A limitando o desenvolvimento socioeconômico daquelas comunidades;
- O ano de 2012 registrou a maior seca nos últimos 30 anos no estado. Tal fator foi um limitante para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos visto que cerca de 70% deles se encontram na região semi-árida cujos efeitos da estiagem se fizeram mais presentes.

Quadro A.4.4.2.2 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 4448

Identificação da Ação						
Código	4448					
Descrição	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural					
Iniciativa	01CB					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	0	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Agente Formado	Agente	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A execução da ação está intimamente ligada à execução de ações de ATER. Como exposto anteriormente, esta Superintendência é uma das poucas que ainda não adotaram o modelo de chamada pública de ATER, preconizado pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Tal fato se deve em razão do atual convênio de ATES, pactuado em 2008 estar vigente, com previsão de finalização em junho de 2013, sendo que os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária ã PNATER são plenamente cotejados pela ATES.

Ante o exposto, esta unidade gestora não executou a ação supra no exercício de 2012, devendo sua execução se dar no âmbito de futuras chamadas públicas de ATER embora que, para as famílias que não estão sendo atendidas pela ATES e para aquelas atendidas por NOs com problemas crônicos e irreversíveis organizou-se uma chamada pública de ATER no final de 2012 com resultado publicado em janeiro de 2013 de forma que as famílias não ficassem privadas da assistência técnica. Infelizmente a mesma não logrou êxito devendo ser republicada no exercício de 2013. Ressalta-se, contudo que parte das equipes foram recompostas ao final do exercício de 2012 mediante a realização de novo processo seletivo por parte da conveniada.

4.1.4.3 Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Quadro A.4.4.3.1 Ações de programa temático de responsabilidade da UJ Ação 0859

Identificação da Ação						
Código	0859					
Descrição	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos					
Iniciativa	047A					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
7.480.783,56	6.783.189,05	0	0	0,36	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Indenizada	Ha	5.162	0	6.662.742	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A política Quilombola sempre foi marcada por diversos desafios. O principal deles é o de fazer valer o dispositivo constitucional que garante aos remanescentes de quilombos a propriedade e o usufruto das riquezas do solo, do subsolo e das terras nas quais exercem uma ocupação há sucessivas gerações, através da titulação definitiva de suas terras. O INCRA em cumprimento dessa função institucional tem concentrado esforços no sentido de exercer de forma satisfatória a responsabilidade de executar essa política de regularização quilombola em que pesem as questões estruturais, orçamentárias e de pessoal.

Entretanto, o que se observa na medida em que avançamos é uma crescente demanda de processos sem que se contemple, na mesma proporção, o aporte técnico, orçamentário e financeiro desejado.

Conforme se observa nos dados acima, em 2012, a UJ não cumpriu as metas estabelecidas, o que poder ser explicado pelos fatores abaixo:

- Na ação 20T1, a UJ realizou várias iniciativas no sentido reconhecer as áreas das comunidades quilombolas de São Francisco do Paraguaçu (5.126,6485 ha), Tijuacu (8.472,2214 ha), Araça/Cariaca/Patos/Pedras/Retiro (18.904,6283), Velame (1.874,1700), Sacutiaba/Riacho da Sacutiaba (12.285,8701). Os processos destas comunidades foram encaminhados para a Sede do INCRA, em Brasília, para julgamento dos recursos interpostos ao Conselho Diretor do INCRA, o que

permitiria, após os julgamentos, reconhecer um total de 46.663,5383 ha. No entanto, por conta de novas orientações da Presidência do INCRA, os recursos não foram julgados, o que inviabilizou o reconhecimento dessas áreas. Por isso, não alcançamos a meta estabelecida de reconhecimento de 538 ha.

- Na ação 0859, a UJ realizou 26 (vinte e seis) avaliações de imóveis inseridos em territórios quilombolas decretados de interesse social pela Presidência da República e foram ajuizadas 03 (três) ações de desapropriação, referente aos processos de regularização fundiária das comunidades quilombolas de Salamina Putumuju e Dandá, localizadas nos municípios de Maragogipe e Simões Filho. As ações ajuizadas totalizam 1.676,0108 ha de área a ser indenizada. No entanto, como as imissões de posse ainda não foram deferidas pelo Poder Judiciário, a execução financeira não foi realizada.

Outras iniciativas, durante o ano de 2012 foram executadas no âmbito da UJ:

1. Abertura de 34 (trinta e quatro) processos de regularização fundiária de comunidades quilombolas:

Nº	Processo	Comunidade (s)	Município
1	54160000160/2012-97	Lage do Antônio	Monte Santo
2	54160000301/2012-71	Jetimana	Camamu
3	54160000407/2012-75	Pedra Grande	Conde
4	5416000408/2012-10	Brejinho	Canarana
5	54160000618/2012-16	Tamboril	Condeúba
6	54160.000617/2012-03	Boqueirão	Vitória da Conquista
7	54160.000647/2012-70	Bebedouro	Bom Jesus da Lapa
8	54160.000679/2012-75	Sapucaia	Igrapiúna
9	54160.000678/2012-21	Tapuia	Camamu
10	54160.000677/2012-86	Pedra Rasa	Camamu
11	54160.000676/2012-31	Laranjeiras	Igrapiúna
12	54160.001278/2012-32	Serrinha	João Dourado
13	54160.000848/2012-77	Para Quedas	João Dourado
14	54160.000841/2012-55	Faveleiro	Ibititá
15	54160.000843/2012-44	Lajedão	Ibititá
16	54160.000844/2012-99	Barro Duro	Ibititá

17	54160.000842/2012-08	Batata	Ibititá
18	54160.001282/2012-09	Sabino	João Dourado
19	54160.001281/2012-56	Feitosa	João Dourado
20	54160.001280/2012-10	Lagoa do Meio	João Dourado
21	54160.001279/2012-87	Descoberta	João Dourado
22	54160.001287/2012-23	Baixa das Cabaças	João Dourado
23	54160.001285/2012-34	Serra Azul	João Dourado
24	54160.001286/2012-89	Lagoa dos Lundus	João Dourado
25	54160.001283/2012-45	Angicão	João Dourado
26	54160.001284/2012-90	Sertão Bonito	João Dourado
27	54160.001288/2012-78	Bairro da Mata	João Dourado
28	54160.000832/2012-64	Canoão	João Dourado
29	54160.001277/2012-98	Lagoa de Pedra	Ibititá
30	54160.000833/2012-17	Pedra Lisa	Ibititá
31	54160.001809/2012-97	Engenho Novo do Vale do Iguape	Cachoeira
32	54160.002267/2012-70	Lagoa de João, Pimenteiras e Vassouras	Poções
33	54160.002326/2012-18	Engenho da Cruz	Cachoeira
34	54160.002327/2012-54	Brejo do Engenho da Guaíba	Cachoeira

2. Publicação de 01 (um) Relatório Técnico de Identificação e Delimitação RTID de Territórios Quilombolas:

Nº	Comunidade	Município
1	Morro Redondo	Seabra

4. Trabalhos de campo para a elaboração de 15 (quinze) Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação RTID's:

Nº	Comunidade (s)	Município
1	Ilha de Maré	Salvador
2	Pitanga de Palmares	Simões Filho
3	Rio dos Macacos	Simões Filho
4	Barra do Parateca	Carininha
5	Giral Grande, Tabatinga, Guarucu, Baixão do Guai e Porto da Pedra	Maragogipe
6	Fojo	Itacaré
7	Jetimana	Camamu
8	Ronco e Abóbora	Camamu
9	Porto do Campo	Camamu
10	Lagoa Santa	Ituberá

11	Batateira	Cairu
12	São Braz	Santo Amaro
13	Caônge, Calembá, Dendê, Eng. da ponte e Eng. da Praia	Cachoeira
14	São Tiago do Iguape	Cachoeira
15	Fazenda Porteiros	Entre Rios

5. Rotinas administrativas: instrução processual, resposta a diversos ofícios, reuniões nas comunidades quilombolas para esclarecimento sobre os procedimentos da regularização, notificações a ocupantes e confrontantes dos territórios quilombolas, resposta às contestações aos RTID's, reuniões com movimentos sociais, entidades públicas e privadas para tratar dos processos de regularização quilombola, etc.

No exercício de 2012, foi iniciada a execução dos serviços de elaboração de 10 relatórios antropológicos contratados a partir do Pregão Eletrônico Nacional ocorrido em 2011, o que exigiu esforços da UJ para a fiscalização dos contratos com as empresas contratadas e a elaboração de pareceres relativos aos produtos parciais do contrato.

Em 2012 foram nomeados para a UJ dois servidores com formação em antropologia, que ficaram responsáveis pelo acompanhamento dos serviços de elaboração dos relatórios antropológicos contratados.

Quadro A.4.4.3.2 ã Ações de programa temático de responsabilidade da UJ ã Ação 20T1

Identificação da Ação						
Código	20T1					
Descrição	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas					
Iniciativa	047A					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
320.466,30	316.782,07	295.083,52	0	0	295.083,52	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Reconhecida	Ha	538	0	215.366	316.782,07

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.5 ã Programa de Governo constante do PPA ã Programa 2120

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2120				
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.6.1 ã Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ ã Ação 2000

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
4.835.640,27	4.833.034,50	4.701.661,76	56.141,56	0	4.645.520,20	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
			-	-	4.069.000	4.701.661,76

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

Quadro A.4.6.2 ã Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ ã Ação 4572

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
80.664,96	80.199,73	75.922,90	0	0	75.922,90	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
			29	77	41.320	75.922,90

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.6.3 ã Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ ã Ação 2103

Identificação da Ação						
Código	2103					
Descrição	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
338.865,80	319.457,08	192.635,68	0	0	192.635,68	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
0	0	0	0	0	0	192.635,68

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 ã Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

4.2.3 Programação de Despesas

Quadro A.4.11 ã Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 ã Pessoal e Encargos Sociais	2 ã Juros e Encargos da Dívida	3 ã Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos			-	0	0	0
	Recebidos			09272008901810001	14.322,96		
				21121212021030001			338.865,80
				21122212020000001			4.822.399,93
				21125206621050001			45.000,00
				21127223420T10001			320.466,30
				21128212045720001			80.664,96
				21363206683700001			2.257.311,72
				21606201244700001			10.000,00
				21631206620S70001			726.500,00
				21631206643580001			191.211,70
				21631206683740001			338.000,00
				21631206683840001			164.812,00
				21631206683870001			567.671,37
				21631206683960001			346.159,00
				21631206683980001			2.000.000,00
				21691206643200001			592.258,21
Movimentação Externa	Concedidos			-	0	0	0
	Recebidos			-	0	0	0

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 ã Investimentos	5 ã Inversões Financeiras	6 ã Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos			-	0	0	0
	Recebidos			21122212020000001	2.550,00		
				21631206683960001	14.914.537,00		
				21691206643200001	299.313,13		
				21631203408590001		7.480.783,56	
				21631206604270001		74.946.387,00	
				21631206644600001		6.260.302,91	
Movimentação Externa	Concedidos			-	0	0	0
	Recebidos			-	0	0	0

Fonte: SIAFI

Por se tratar de uma UJ, esta Superintendência Regional não concede recursos para qualquer outro Ente, mas tão somente recebe os recursos diretamente da Sede da Autarquia, que são destinados às aplicações diretas nos Programas.

Tratando-se de Despesas Correntes, todo pagamento de Pessoal e Encargos Sociais, até mesmo de estagiários, é de inteira responsabilidade da Sede da Autarquia, através da sua Diretoria de Administração, fato que justifica a inexpressividade de recursos recebidos para esta finalidade. Da mesma forma, eventuais Juros e Encargos da Dívida também são de integral responsabilidade da Diretoria de Administração.

As Outras Despesas Correntes representaram cerca de R\$ 12,8 milhões, cerca de 10,9% do total de recursos recebidos nesta superintendência.

Deste valor, apenas R\$ 7,7 milhões (6,6% do orçamento total) se destinou ao custeio da máquina, que envolve a manutenção administrativa da superintendência e escritórios do interior e o acompanhamento, gerenciamento e fiscalização da implementação direta dos programas finalísticos na sociedade.

Todo valor restante que compôs as Outras Despesas Correntes, R\$ 5,1 milhões, destinaram-se a aplicação direta nos programas finalísticos, e que efetivamente geram o valor público almejado pela sociedade. O detalhamento da aplicação destes recursos, metas físicas atingidas, dificuldades encontradas, dentre outros, podem ser verificados em detalhe em todo item 4.1.4. deste relatório.

Quanto às Despesas de Capital, R\$14,9 milhões foram relativos à Investimentos, aplicados integralmente na construção e recuperação de estradas e implantação de sistemas de abastecimento de água para consumo humano em projetos de assentamentos. Outros R\$ 74,9 milhões foram destinados à concessão de créditos às famílias assentadas, e finalmente R\$ 13,7 milhões para aquisição de terras, destinadas à reforma agrária ou comunidades quilombolas. Da mesma forma, o detalhamento da aplicação destes recursos, metas físicas atingidas, dificuldades encontradas, dentre outros, podem ser verificados em detalhe em todo item 4.1.4. deste relatório.

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação ã Créditos Originários

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

4.2.4.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa ã Créditos Originários

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação ã Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 ã Despesas por Modalidade de Contratação ã Créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	-	-	-	-
a) Convite	61.878,91	52.595,35	61.878,91	52.595,35
b) Tomada de Preços	351.473,20	604.511,16	351.473,20	604.511,16
c) Concorrência		1.360.190,76		1.360.190,76
d) Pregão	6.225.226,91	6.727.928,83	6.171.147,16	6.727.928,83
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	-	-	-	-
g) Dispensa	2.193.911,92	766.668,56	2.193.911,92	766.668,56
h) Inexigibilidade	492.194,56	609.449,55	490.132,75	609.449,55
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos	118.164,04	132.690,73	118.164,04	132.690,73
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	-	-	-	-
j) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Diárias	1.227.560,71	1.334.821,99	1.223.752,09	1.334.821,99
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	10.670.410,25	11.588.856,93	10.616.460,07	11.588.856,93

Fonte: SIAFI

4.2.4.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa ã Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 ã Despesas por Grupo e Elemento de Despesa ã Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 ã Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
8	14.322,96	31.872,03	14.322,96	31.872,03	0,00	0,00	14.322,96	31.872,03
2 ã Juros e Encargos da Dívida								
n/a	-	-	-	-	-	-	-	-
3 ã Outras Despesas Correntes								
14	1.227.560,71	1.334.821,99	1.227.560,71	1.334.821,99	0,00	0,00	1.223.752,09	1.334.821,99
30	438.206,59	1.023.547,96	431.730,53	838.953,46	6.476,06	184.594,52	431.730,53	838.953,46
33	1.219.888,59	2.027.215,94	1.214.783,90	2.027.215,94	5.104,69	0,00	1.214.783,90	2.027.215,94
36	164.674,33	65.669,50	157.341,00	59.269,50	7.333,33	6.400,00	157.341,00	59.269,50
37	3.160.146,76	2.867.332,48	3.136.439,00	2.863.343,26	23.707,76	3.989,22	3.082.359,25	2.863.343,26
39	4.587.908,74	3.740.034,44	2.834.421,90	3.272.556,99	1.753.486,84	364.264,40	2.832.360,09	3.272.556,99
41	2.362.383,12	30.040.625,13	1.855.311,62	7.685.821,32	502.071,50	4.357.387,53	1.664.811,62	7.685.821,32
47	6.000,00	35.347,63	1.078,80	8.250,60	4.921,20	27.097,03	1.078,80	8.250,60
92	112.472,28	984,12	61.645,41	984,12	51.126,87	0,00	61.345,41	984,12
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 ã Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
41	400.000,00	4.691.613,63	389.154,36	334.126,00	10.845,64	4.357.387,53	389.154,36	354.126,00
51	8.674.527,00	15.483.818,44	1.784.013,46	1.360.190,76	6.890.513,54	14.123.627,68	1.784.013,46	1.360.190,76
52	6.118.153,73	21.206,65	116.313,13	8.429,00	6.001.840,60	12.777,65	116.313,13	8.429,00
5 ã Inversões Financeiras								
61	13.043.491,96	12.255.111,35	4.138.431,09	8.525.972,15	8.905.060,87	3.729.139,20	4.138.431,09	8.525.972,15
66	49.570.600,00	67.073.700,00	3.764.500,00	11.572.600,00	45.806.100,00	55.501.100,00	58.800,00	11.572.800,00
6 ã Amortização da Dívida								
n/a								

Fonte: SIAFI

4.2.4.2.3 Análise Crítica

Observando-se o quadro A.4.15, entre 2011 e 2012, nota-se uma representativa redução na aplicação de recursos orçamentários nos elementos de despesas 14 e 33, relativos a diárias, e passagens e locações de veículos, respectivamente, seguindo tendência de queda em relação aos anos anteriores. O principal motivo desta redução foi o longo período de greve dos servidores entre abril e junho. Numa Autarquia, que tem suas atividades fins totalmente desenvolvidas no meio rural, não é surpresa que a redução de gastos com deslocamentos de servidores, por um lado contribuiu na redução dos gastos governamentais na esfera do custeio, por outro, e de forma bem mais severa, implicou na impossibilidade da total aplicação das políticas públicas à sociedade.

Ainda neste mesmo quadro, observa-se uma forte queda entre 2011 e 2012 no elemento de despesa 41, referente à aplicação de recursos em Convênios. A Ação 4470 ã Assistência Técnica às famílias assentadas ã é a responsável pela quase totalidade do empenho destes recursos e tem sua análise crítica realizada de forma bastante detalhada no item 4.1.4.1 deste relatório.

Quanto às Despesas de Capital, o elemento de despesa 41 apresenta um decréscimo de 2012 para 2011 em virtude do cronograma de desembolso dos convênios vigentes. O elemento de despesa 51 também apresentou pequena redução em virtude das obras contratadas para Ação 8396, e o detalhamento da aplicação destes recursos pode ser verificada no item 4.1.4.1 deste relatório.

Os elementos de despesa 61 e 66, referem-se à aquisição de imóveis rurais e pagamento de créditos aos assentados da reforma agrária, respectivamente. Esta UJ não possui governabilidade alguma sobre estes recursos, que dependem diretamente do Orçamento Anual disponibilizado e andamento dos processos de desapropriação na esfera judiciária. A discrepância entre recursos empenhados e efetivamente liquidados se devem primordialmente à indisponibilidade de recursos financeiros para liquidação dos empenhos.

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1 Reconhecimento de Passivos

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
212111100		FORNECEDORES POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITO / RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
373053	13218763000155	0	0	19.022,96	19.022,96
373053	15139629000194	0	0	201.937,23	201.937,23
Razões e Justificativas: -					
Fonte: SIAFI					

```
Terminal 3270 - A - AWV02226
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda

SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANCETE (BALANCETE CONTABIL)
05/03/13 15:19 USUARIO : FRANCISCO CHAGA
DATA EMISSAO : 15Mai12 VALORIZACAO : 15Mai12 NUMERO : 2012NL000184
UG/GESTAO EMITENTE: 373053 / 37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05
FAVORECIDO : 13218763/0001-55 - CONTACTO S RECURSOS HUMANOS LTDA
TITULO DE CREDITO : DATA VENCIMENTO :
INVERTE SALDO : NAO
OBSERVACAO
APROPRIACAO DE DESPESA COM REPACTUACAO CRT/BA/009/2009 , DO PERIODO DE MAIO A
DEZEMBRO DE 2011.

EVENTO INSCRICAO 1 INSCRICAO 2 CLASSIF.1 CLASSIF.2 V A L O R
580888 13218763000155 212111100 333909237 19.022,96

LANCADO POR : 42214246215 - FATIMA UG : 373053 15Mai12 15:55
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

MA + a 01/001
```

```
Terminal 3270 - A - AWW02226
Arquivo  Editar  Exibir  Comunicação  Ações  Ajuda

- SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANCETE (BALANCETE CONTABIL)
05/03/13  15:20                                USUARIO : FRANCISCO CHAGA
DATA EMISSAO      : 28Dez12  VALORIZACAO : 28Dez12  NUMERO : 2012NL000439
UG/GESTAO EMITENTE: 373053 / 37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05
FAVORECIDO       : 15139629/0001-94 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA
TITULO DE CREDITO :                                DATA VENCIMENTO :
INVERTE SALDO    : NAO
OBSERVACAO
APROPRIAÇÃO REFERENTE A DESPESAS COM ENERGIA ELÉTRICA DE P'AS NO PERÍODO DE 20
02 A MAIO DE 2007, DE ACORDO INF/INCRA/SR/05/ADM/Nº044/2012 - FLS.333/334/336
E 349 DO PROC. 54160.003555/08-65.
EVENTO INSCRICAO 1  INSCRICAO 2  CLASSIF.1 CLASSIF.2  V A L O R
580888 15139629000194          212111100 333909239          201.937,23

LANCADO POR : 42214246215 - FATIMA                UG : 373053  28Dez12  16:24
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

MA + a                                              01/001

161.148.40.200:23000
```

5.1.2 Análise Crítica

Neste exercício foi feita avaliação das contas resto a pagar referente aos anos de 2007 a 2010 quando foram excluídos dos sistemas, restando apenas os compromissos assumidos e empenhados dos exercícios de 2011 e 2012. A falta de recurso financeiro na conta de crédito instalação, que estava impactando na liberação para outras fontes, de certo que por ser um montante considerável foi feito uma depuração nos empenhos, restando o ano de 2011 que não foram liquidados por falta de descentralização de recursos financeiros.

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	8.619,00	0,00	0,00	8.619,00
2010	2.882,25	2.882,25	0,00	0,00
2009	2.508.768,67	212,40	2.508.077,97	478,30
2008	1.020.087,08	48.459,80	971.627,28	0,00
2007	512.607,31	153.759,42	358.847,89	0,00
2006	5.290,10	0,00	5.290,10	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	100.768.394,09	9.241.378,71	22.641.455,81	68.885.559,57
2010	48.723.671,51	14.740.914,93	33.982.756,58	0,00
2009	47.390.584,93	12.265.935,90	33.296.974,88	1.827.674,15
2008	115.658.691,92	41.678.048,78	73.980.643,14	0,00
2007	45.415.449,30	16.069.346,99	29.346.102,31	0,00
2006	61.864.203,08	19.010.601,17	42.853.601,91	0,00

Fonte: SIAFI

5.2.2 Análise Crítica

O montante do Saldo de Restos a Pagar não processados a liquidar até 2011 é composto 55% de Créditos Instalação, 20% de Transferências e 19% de Obras de Infraestrutura, que deixaram de ser liquidados por falta de recursos financeiros. Esta situação já vem ocorrendo desde 2007, necessitando de, no âmbito da UJ, gestão no sentido de cancelar parte dos valores referente a Crédito Instalação, para programação futura; e no âmbito da Sede, de um estabelecimento de meta mais realista, com programação de pagamento de créditos alinhados com a médias histórica de disponibilização de financeiro.

Vale ressaltar que os RAPs de 2012, somados ao valor acumulado até 2011, menos cancelamentos e pagamentos, encerrou o exercício de 2012 registrando mais de R\$ 70,7 milhões.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.5.3 ã Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência									
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA									
CNPJ: 00375972/0007-56				UG/GESTÃO: 373053 / 37201					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	581706/2006	100	2.685.200,00	24.548,00	0,00	2.385.502,20	29.12.2006	30.06.2013	1
1	627625/2008	22.100	54.141.037,64	35.589.901,62	5.500.000,00	26.797.380,00	04.07.2008	30.06.2013	1
1	638511/2008	100	1.990.500,00	90.000,00	0,00	1.622.000,00	29.12.2008	26.06.2013	1
1	709227/2009	35.000	6.299.116,44	631.400,00	0,00	6.299.116,44	18.11.2009	31.01.2013	1
1	724108/2009	12.900	5.101.521,00	529.970,00	0,00	1.000.000,00	18.12.2009	30.06.2014	1
1	752195/2010	3087	1.355.000,00	29.500,00	400.000,00	1.175.000,00	16.12.2010	25.07.2013	1
1	762313/2011	50	874.996.84	36.720,00	272.592,84	287.416,44	27.12.2011	27.06.2015	1
1	762314/2011	50	874.996.84	36.720,00	272.592,84	287.416,44	27.12.2011	27.06.2015	1
1	762315/2011	150	2.624.989,32	110.160,00	850.641,40	895.678,60	27.12.2011	27.06.2015	1
1	763104/2011	840	4.658.435,00	1.164.609,00	1.491.500,00	1.825.626,00	27.12.2011	27.12.2013	1
1	763232/2011	40	1.098.690,43	45.778.77	107.882,34	163.749,34	27.12.2011	01.07.2017	1
1	767472/2011	445	972.650,97	19.850,02	389.154,36	389.154,36	15.05.2012	12.04.2013	1
1	778080/2012	50	1.374.862,50	13.887,50	0,00	0,00	27.12.2012	27.12.2017	1
Modalidade: Situação da Transferência: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado									
Fonte: Setor de Contabilidade da UJ									

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.4 ã Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA					
CNPJ:	00375972/0007-56					
UG/GESTÃO:	373053/37201					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	1	6	1	9.284.363,78	14.303.380,32	6.892.561,52
Contrato de Repasse	X	X	X	X	X	X
Termo de Cooperação	X	X	X	X	X	X
Termo de Compromisso	X	X	X	X	X	X
Totais	1	6	1	9.284.363,78	14.303.380,32	6.892.561,52

Fonte: Setor de Contabilidade da UJ

5.3.3 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA					
CNPJ: 00375972/0007-56		UG/GESTÃO:373053/ 37201			
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	13	84.030.996,98	43.128.039,82	29.159.554,66	51
Contrato de Repasse	X	X	X	X	X
Termo de Cooperação	X	X	X	X	X
Termo de Compromisso	X	X	X	X	X
Totais	13	84.030.996,98	43.128.039,82	29.159.554,66	51,33

Fonte: Setor de Contabilidade da UJ

5.3.4 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.6 ã Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA					
CNPJ: 00375972/0007-56			UG/GESTÃO: 373053/37201		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repassé
2012	Contas Prestadas	Quantidade	05	X	X
		Montante Repassado	40.576.072,64	X	X
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	X	X	X
		Montante Repassado	X	X	X
2011	Contas Prestadas	Quantidade	10	X	X
		Montante Repassado	15.568.371,00	X	X
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	08	X	X
		Montante Repassado	13.214.083,00	X	X
2010	Contas Prestadas	Quantidade	04	X	X
		Montante Repassado	11.032.547,00	X	X
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	05	X	X
		Montante Repassado	12.009.824,00	X	X
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	14	X	X
		Montante Repassado	19.379.384,19	X	X
Fonte: Setor de Contabilidade da UJ					

5.3.5 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA					
CNPJ: 00375972/0007-56			UG/GESTÃO: 373053/37201		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			10	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	04	
			Contas Não Analisadas	06	
		Montante Repassado (R\$)		40.576.072,64	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	01	
			Quantidade Reprovada	X	
			Quantidade de TCE	02	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	X	
			Montante Repassado (R\$)	X	
2011	Quantidade de contas prestadas			10	
	Contas Analisadas		Quantidade Aprovada	X	
			Quantidade Reprovada	X	
			Quantidade de TCE	X	
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	8	
			Montante repassado (R\$)	13.214.083,00	
2010	Quantidade de Contas Prestadas			4	
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	X	
			Quantidade Reprovada	X	
			Quantidade de TCE	2	
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	1	
			Montante Repassado	13.444.547,00	
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	05	
			Montante Repassado	13.057.913,08	
Fonte: Setor de Contabilidade da UI					

5.3.6 Análise Crítica

No exercício de 2012, continuamos com um passivo de 5 (cinco) Convênios vigentes, anteriores a implantação do SICONV, na expectativa de aprovação de 01(um), sendo que os outros 04(quatro), com previsão de mais 180 dias execução.

No SICONV, continuamos com a mobilização de 10(dez) convênios, sendo que 01(um) foi aprovado, e houve a inclusão de 01(um) no final do exercício.

Na situação de inadimplência efetiva, após publicação da Portaria/INCRA/P/94 e 95 de 27 de janeiro de 2012, que determinava a abertura de TCE, para Entidades Privadas sem Fins Lucrativos, o Instituto Floresta Viva, único nesta Unidade, teve instada na condição de inadimplência efetiva, com base na IN/TCU/56/2007 e no Dec.7.592/2011 e Portaria/ INCRA/610/2011.

A conveniada estava desde 2011, na execução de 3(três) convênios sendo que o de Nº/SIAFI/615431 teve a 1ª parcela aprovada e a 2ª parcela pendente de aprovação por falta de apresentação das Metas Físicas. Os de nº 638533 e 638538, somente tiveram liberada uma única parcela e já estava em análise formal e aritmética a prestação de contas desta parcela com a documentação exigida na IN/01/97, na expectativa da apresentação dos Relatórios de Metas Físicas.

No Relatório da Comissão instituída através da Portaria/INCRA/GAB/Nº15/2012, o entendimento que os serviços objeto do Convênio são de notória especialidade envolvendo profissionais acadêmicos que detêm experiências na área de Manejo, Reflorestamento Ambiental, especificamente em Mata Atlântica, que sem duvida e de extrema necessidade para a implementação nos Projetos de Assentamento.

A expectativa que seja possível a conclusão das etapas em questão, inclusive a possibilidade de que haja continuidade das demais ações previstas.

Comparando o valor total de transferências realizadas neste exercício com os três últimos exercícios, a liberação foi na ordem de R\$ 9.284.363,78, inferior aos demais, o que fica demonstrado que o valor acumulado até 2012 de R\$43.128.039,82, representa aproximadamente 50% do valor total pactuado, com previsão para o período de 2013 a 2016.

A insuficiência de recursos financeiros na fonte da dotação orçamentária, ensejou a prorrogação de 60% dos Convênios, através de Termos Aditivos **óde ofício**, dada a necessidade da execução de todas as etapas e ações constantes do Plano de Trabalho para o alcance das Metas Físicas.

5.4 Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos ã Visão Geral

Quadro A.5.8 ã Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo ôBô	CPGF		
			Saque	Fatura	
373053	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA	-	10.590,00	106.416,12	117.006,12
UG 2					-
UG 3					-
UG n...					-
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	-	10.590,00	106.416,12	117.006,12

5.4.1.2 Suprimento de Fundos ã Conta Tipo B

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

5.4.1.3 Suprimento de Fundos ã Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$
1,00

Código da UG 1	373053	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
MANUEL RIBEIRO DE JESUS	04738403591			6.975,44	6.975,44
JOÃO SOARES DA SILVA	08334099568			4.805,72	4.805,72
MANOEL PEREIRA DA SILVA	08896089549			2.464,47	2.464,47
ADÃO FERNANDES DOS SANTOS	10167986520			1.445,02	1.445,02
JOSÉ AGRA MELO	11194510434			6.640,21	6.640,21
GETULIO RODRIGUES DOS SANTOS	11776790510		3.670,00	7.008,88	10.678,88
GILVAN FRANCISCO DE BARROS	17055628415			6.337,83	6.337,83
CARLOS JOSE BARBOSA BORGES	18831818520			2.153,25	2.153,20
JOAQUIM COELHO MOURA	18978207120		4.620,00	16.472,73	21.092,73
FRANCISCO REGINALDO VIANA SILVA	21532729391			3.068,90	3.068,90
CARLOS ALBERTO SANTANA DOS SANTOS	21559171553			8.596,21	8.596,21
BENEDITO JOÃO DE SÁ	28675150415			7.395,60	7.395,60
JOSÉ FERNANDO DE ALMEIDA	31281397415			6.993,61	6.993,61
FRANCISCO DE ASSIS SANTANA	31790011515			6.154,98	6.154,98
ELIAS JACOB MATTAR NETO	87894238520		2.300,00	3.431,35	5.731,35
JOSE FERREIRA DE SOUZA	94725888834			7.500,89	7.500,89
EDMUNDO MAMEDIO SANTOS	98189271504			2.849,31	2.849,31
NILSON SANTANA DE SOUSA	99666804891			4.854,20	4.854,20
WALLACE ANDERSON DE SOUZA SILVA	99853051591			1.267,52	1.267,52
Total Utilizado pela UG			10.590,00	106.416,12	117.006,12

Fonte: SIAFI/2012

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo óBô e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.5.11 ã Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo óBô e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo óBô		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012			03	10.590,00	19	106.416,12	117.006,12
2011			05	18.775,88	22	113.914,85	132.690,73
2010			05	12.138,28	29	134.879,32	147.017,60

Fonte: SIAFI/2012

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo óBô e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo óBô						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas								-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise								-	-	-	-	-
PC em Análise								-	-	-	-	-
PC não Aprovadas								-	-	-	-	-
PC Aprovadas							19	117.006,12	22	113.914,85	29	147.018,20

Fonte: SIAFI/2012

5.4.1.6 Análise Crítica

Os recursos orçamentários / financeiros liquidados através do cartão corporativo do Governo Federal (CPGF) foram utilizados basicamente em deslocamentos das viaturas em serviços de campo, no abastecimento quando em viagem. Dos 19 (dezenove) usuários, 13 (treze) são motoristas oficiais, 5 (cinco) são técnicos habilitados e 01 (hum) que atende serviços gerais para despesas de pequeno vulto.

Os gastos de combustível são atrelados ao controle dos veículos, lançados nos respectivos relatórios do Portal de Transparência, inclusive no DCV ã Demonstrativo de Custo de Viaturas, que faz parte do controle interno do INCRA.

Vale salientar que houve decréscimo de aproximadamente 8% comparado ao exercício de 2011. Resultante dos controles utilizados por esta Superintendência, sempre em observância as formalidades legais e economicidade no foco do custo-benefício.

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

O conteúdo deste Item não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.6 Gestão de Precatórios

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo a DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 ã Força de Trabalho da UJ ã Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	191	10	12
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	191	10	12
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		187	10	11
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		4	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		4	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	195	11	13

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 Situações que reduzem a força de trabalho da UJ Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	5
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	4
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	1
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	6

Fonte: Extração SIAPE FEV/13

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	18	18	2	1
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	18	18	2	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		12	1	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		2	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo		4	1	1
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas	1	1	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		1	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	19	19	2	1

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 ã Quantidade de servidores da UJ por faixa etária ã Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	17	47	36	64	28
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	17	47	36	64	28
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	3	0	0	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	3	0	0	1
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	17	50	36	64	29

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 ñ Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	2	0	90	100	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	2	0	90	100	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	2	2	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LEGENDA Nível de Escolaridade 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 ñ Mestrado; 9 ñ Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2010										
	2011										
	2012										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2010	R\$ 11.625.193,95		R\$ 1.037.885,93	R\$ 326.925,67	R\$ 2.280.847,02	R\$ 1.587.549,80		R\$ 2.661,21	R\$ 27.961,93	R\$ 16.889.025,51
	2011	R\$ 1.537.853,36		R\$ 1.011.268,54	R\$ 295.368,02	R\$ 1.247.205,38	R\$ 1.911.898,40		R\$ 0,00	R\$ 27.298,32	R\$ 16.030.893,02
	2012	R\$ 1.352.262,46	R\$ 425.954,45	R\$ 1.021.724,46	R\$ 303.969,52	R\$ 1.231.426,00	R\$ 1.832.740,52		R\$ 6.915,96	R\$ 57.071,14	R\$ 16.232.064,51
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2010										
	2011										
	2012										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2010										
	2011										
	2012										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2010										
	2011										
	2012										

Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2010		R\$ 409.662,80			R\$ 213.868,06					R\$ 623.530,86
	2011		R\$ 394.730,59			R\$ 94.253,22					R\$ 488.983,88
	2012		R\$ 110.816,35			R\$ 16.150,19					R\$ 126.966,54
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2010		R\$ 5.052,12			R\$ 1.387,55					R\$ 6.439,67
	2011		R\$ 3.929,42								R\$ 3.929,42
	2012		R\$ 5.052,12								R\$ 5.052,12

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2010	R\$ 168.439,20
2011	R\$ 92.028,37
2012	R\$ 194.823,79

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	124	9
1.1 Voluntária	120	8
1.2 Compulsória	2	1
1.3 Invalidez Permanente	2	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	45	0
2.1 Voluntária	42	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	1	0
2.4 Outras	2	0
3. Totais (1+2)	169	9

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	66	1
1.1. Integral	52	1
1.2. Proporcional	14	0
2. Em Atividade	25	3
3. Total (1+2)	91	4

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

O INCRA não dispõe de método para identificar eventual acumulação de cargos, funções e empregos públicos, prevista na Constituição Federal. Assim sendo, não há controles internos criados com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos. Ressaltamos que este Órgão tem recebido candidatos egressos de concurso público e no ato da posse é exigida a informação, a termo, quanto à acumulação de cargos, funções e empregos públicos. Quando os órgãos de controle (CGU e TCU) ou a SEGEP/MP, efetuam cruzamento de dados e constatarem a acumulação indevida de servidor desta Autarquia as providências visando sanar a irregularidade é imediatamente adotada, nos termos do art. 133 e seguintes da Lei nº 8.112, de 1990.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

No exercício de 2012 não foram feitas notificações visto que não houve comunicação ou detecção de acumulação irregular de cargos, funções e empregos públicos pelos órgãos de controle ou pela SEGEP/MP.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 ã Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria			11	13
Concessão de pensão civil			13	02
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	-	-	24	15

Quadro A.6.10 ã Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	n/a			
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	0	0	0	0

Quadro A.6.11 ã Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão				
Concessão de aposentadoria	-	02	02	07
Concessão de pensão civil	01	01	02	08
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total	01	03	04	15
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	n/a			
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total				

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Quadro A.6.12 ã Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	n/a			
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
Totais	0	0	0	0

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro A.6.13 ã Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	8	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	8	0	0	0

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

6.2 Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.14 ã Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

6.2.2 Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Quadro A.6.15 ã Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro A.6.16 ã Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

6.2.4 Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA													
UG/Gestão: 373053 / 37201					CNPJ: 00375972/0007-56								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	009/2012	TMW Empreendimentos e Serviços LTDA	03/05/2012	04/05/2013	16	16					A
2012	V	O	007/2012	Bahia Security Segurança Privada LTDA	01/03/2012	01/03/2014			18	18			P
2012	L	E	006/2012	Creta Comércio e serviços LTDA	03/02/2012	03/05/2012	16	16					E
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Divisão de Administração

6.2.5 Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA													
UG/Gestão: 373053 / 37201							CNPJ: 00375972/0007-56						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	1	O	004/2008						25	28			
2009	1	O	009/2009						7	5	2	2	
2011	1	O	010/2011						20	15			
2012	3	O	008/2012				2	2					
Observações:													
LEGENDA							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
Área:							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
1. Segurança;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						
2. Transportes;							Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo ã Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: Divisão de Administração

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	0	0	0	0	-
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio	0	0	0	0	-
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	0	0	0	0	-

Fonte: Divisão de Administração

7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS DE PROPRIEDADE DA UJ								
A - INSTRUÇÃO NORMATIVA MP/03 DE 15/05/2008 E ANEXOS								
B - Sendo as atividades de campo imprescindíveis ao cumprimento das ações, é muito importante a frota de veículos para atendimento às demandas encaminhadas dos técnicos das áreas fins, embora o quantitativo esteja longe da real necessidade desta UJ.								
VEÍCULOS ADQUIRIDOS PELA SEDE E DISPONIBILIZADOS PARA UJ (C, D, E, F)								
TIPO	MODELO	QUANTIDADE	GRUPO	UTILIZAÇÃO	MÉDIA ANUAL DE KM RODADOS	IDADE MÉDIA DA FROTA	CUSTO MÉDIO ANUAL DE CMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E SEGURO OBRIGATÓRIO	
Passeio	Fiat Palio Fire	13	IV	Transporte de pessoal em serviço externo	736.075	5 anos	Combustível	186.818,76
Caminhonete	Mitsubishi L200	18	IV	Veículo traçado utilizado em atividades específicas de campo		3 anos	Manutenção	193.461,59
Caminhonete	Ford Ranger	14				5 anos	Seguro Obrigatório	8.907,18
Caminhão baú	Mercedes Benz	1				2 anos		
Total		46					389.187,53	
G - Plano de Substituição e as razões da opção são atribuições inerentes ao Planejamento da Diretoria de Administração da Sede - Brasília.								

FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES A SERVIÇO DA UJ, CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS							
J, R, S							
Os estudos realizados no 2º semestre de 2007 quando em busca de solução para atender demanda desta UJ, frente aos desafios dos compromissos junto aos trabalhadores rurais, tendo como agravante além de um número insuficiente de viaturas, a aposentadoria de motoristas. Foi realizado um levantamento com base nos dados extraídos de um contrato anterior de locação de veículos e edital da Receita Federal resultando em uma proposta que assegurasse, além das diárias(<u>revisão periódica dos veículos, motorista, seguros, pessoal responsável pela administração, Km rodado(diária do motorista,combustível e lubrificantes)</u>) . Tendo como estrutura de controle solicitação via fax e/ou e-mail, com a planilha de acompanhamento para cada deslocamento. Contrato com flexibilidade para utilização quando necessário.							
K e L							
EMPRESA	CNPJ	TIPO DE LICITAÇÃO	Nº CONTRATO	VIGÊNCIA	VALOR ANUAL ESTIMADO CONTRATADO	VALORES PAGOS	
ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	13.962.923/0001-76	Pregão Eletrônico nº 18/2008	CRT/BA 016/2008	02/09/2008 a 30/09/2013	3.949.999,99	2008	1.257.680,66
						2009	2.356.297,50
						2010	1.743.670,30
						2011	2.616.430,50
						2012	1.094.068,40
M - A legislação para contratação é a Lei 8.666/93 e para utilização é a Instrução Normativa MP 03 de 15 /05/20008 e anexos.							
N - A importância e o impacto, tem sido a incrementação do serviço de transporte para o atendimento das demandas das áreas fins.							
O, P, Q							
VEÍCULOS		QUANTIDADE	GRUPO	CLASSIFICAÇÃO	MÉDIA ANUAL KM RODADOS	IDADE MÉDIA ANUAL	
TIPO 1	CAMINHONETE 4X4	4 *	IV	Veículo traçado utilizado em atividades de campo.	**405938	2 anos	
TIPO 2	PASSEIO			Transporte de pessoal em serviço externo.		2 anos	
TIPO 3	ÔNIBUS				31.757.53	2 anos	
TIPO 4	VAN			Transporte coletivo(trabalhadores rurais).	61.034	2 anos	

TIPO 5	BAÚ		V	Veículos básicos com especificações próprias devidamente justificadas para atender situações de insegurança alimentar de trabalhadores rurais acampados(cesta básica e água potável).	5.557,60	2 anos	
TIPO 6	PIPA I					2 anos	
TIPO 7	PIPA II					2 anos	
TOTAL		4			504.287,13		
OBS *: Da quantidade - 4(quatro) sendo: 02(dois) disponibilizados na Unidade Avançada do Oeste Baiano utilizado atualmente de forma contínua para atender a área de atuação daquela Unidade(Bom Jesus da Lapa, Barreiras e municípios circunvizinhos).							
OBS*: Da quantidade - 4(quatro) sendo: 02(dois) disponibilizados na Unidade Avançada do Sul utilizado atualmente de forma contínua para atender a área de atuação daquela Unidade(Extremo Sul, Baixo Sul, Itamarajú).							
OBS **: Da média anual de km rodados 286.691,02km foram de atividades da Ouvidora Agrária Regional/MDA em ações de conflito agrário.							
Tipo 3 - Transporte de trabalhadores rurais atividade do MDA;							
Tipo 4 - Programa de Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais/MDA;							
Tipo 5 - Atividades da Ouvidoria Agrária no atendimento de suprir insegurança alimentar(cestas básicas e água potável).							

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS													
DIÁRIAS E KM RODADOS													
EXERCÍCIO 2012													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGOS	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
TIPO 1	28.124,40	64.482,60	99.930,20	59.738,80	98.152,20	120.841,00	64.478,80	15.824,00	77.706,60	116.379,00	96.963,40	78.348,40	920.969,40
TIPO 2													
TIPO 3					31.625,00		12.540,00						44.165,00
TIPO 4				2.071,20	5.482,40		11.148,00	6.218,40	18.048,00	12.602,60	15.158,80	24.751,60	95.481,00
TIPO 5		17.719,80											17.719,80
TIPO 6													
TIPO 7													
TOTAL	28.124,40	82.202,40	99.930,20	61.810,00	135.260,20	120.841,00	88.166,80	22.042,40	95.754,60	128.981,60	112.122,20	103.100,00	1.078.335,20
VEÍCULO				VALOR KM			VALOR DIÁRIA						
TIPO 1	CAMIONETE 4X4			1,40			144,00						
TIPO 2	PASSEIO			0,90			81,33						
TIPO 3	ÔNIBUS			1,30			160,00						
TIPO 4	VAN			1,20			136,00						
TIPO 5	BAÚ			2,60			218,00						
TIPO 6	PIPA I			2,00			186,90						
TIPO 7	PIPA II			2,00			186,80						

RESUMO GERAL CONTRATO LOCAÇÃO DE VEÍCULOS					
KM RODADOS / VALORES					
EXERCÍCIOS DE 2008 A 2012					
VEÍCULOS	ANO				
	2008	2009	2010	2011	2012
TIPO 1	470.101,80	938.192,00	1.532.496,60	1.381.559,23	906.856,60
KM RODADO	335.787,00	669.880,00	736.389,00	651.296,31	405.938,00
TIPO 2	43.900,20	-	-	24.226,90	-
KM RODADO	48.778,00	-	-	13.410,00	-
TIPO 3	28.919,80	-	-	134.102,90	44.165,00
KM RODADO	22.246,00	-	-	88.837,83	31.757,53
TIPO 4	37.112,40	26.254,20	43.535,20	70.781,00	95.481,00
KM RODADO	30.927,00	21.879,00	5.047,00	41.302,19	61.034,00
TIPO 5	122.850,00	71.133,40	539.780,20	56.276,00	17.719,80
KM RODADO	47.250,00	27.359,00	140.085,00	14.098,47	5.557,60
TIPO 6	67.942,00	204.796,20	228.303,40	107.397,80	-
KM RODADO	33.971,00	100.194,00	94.901,00	35.284,45	-

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.7.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.3 Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
373053	3849 00605.500-1	Uso em Serviço Público	BOM	10.035.201,30	01/08/2002	10.035.201,30	0,00	0,00
373053	3797 00050.500-6	Cessão ã Adm. Federal Indireta	BOM	62.107,00	01/10/2000	62.107,00	0,00	0,00
Total							0,00	0,00
Fonte: Portal SPIUnet (Informações extraídas em 27/12/2012)								

O imóvel com o RIP 3849 00605.500-1 abriga a Sede desta Superintendência Regional, construído em 1995, com aproximadamente 18 anos, necessitando de reforma na estrutura da Rede Elétrica e Hidráulica, com substituição de peças de tecnologia mais avançada, para além de manter as condições de utilização, tenha um reflexo no consumo de água e energia elétrica.

O imóvel com o RIP 3797 00050.500-6, cedido pela CEDIC, incorporado ao patrimônio do INCRA, que descentraliza as ações da Sede para atender as regiões do Sul, Extremo sul e do Estado, em 2005 passou por uma reforma, no entanto, tem um problema bem acentuado no telhado, que causa infiltrações na estrutura do prédio.

8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação - TI

Quadro A.8.1 ã Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.

☒	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
☒	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
☒	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
☒	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
☒	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
☒	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
☒	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: <u>http://www.INCRA.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/plano-diretor-de-tecnologia</u>
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
☒	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
☒	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
☒	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8.2 Análise Crítica

Informamos que este Núcleo de Tecnologia da Informação desta Superintendência Regional respondeu o questionário com o conhecimento que tem sobre os itens solicitados, mas a informação mais precisa sobre governança e outros dados corporativos de TI devem ser obtidos diretamente junto à Coordenação Geral de Tecnologia e Gestão da Informação ã DET ã na Sede do INCRA em Brasília.

9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	ISO 14000				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ()			Não ()	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	Está incluso nos contratos de limpeza e informática, a utilização de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento.				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			X		
O prédio necessita de uma revisão estrutural (incluindo cabeamentos e tubulações) para que possamos reduzir ainda mais o consumo.					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
Todas as ações finalísticas do Incra visam a proteção do meio ambiente e preservação dos recursos naturais, inclusive com a busca da obtenção das respectivas licenças ambientais em todos os seus projetos.					
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.9.2 ã Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Não houve adesão a programas de sustentabilidade no exercício de 2012.						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	971	1.647	1.531	11.758,81	24.035,57	19.653,64
Água (m³)	732,17	970,17	830,50	153.128,77	170.024,07	149.872,10
Energia Elétrica (Kwh)	59.883,67	62.270,15	63.823,08	267.228,29	276.734,80	255.233,69
			Total	432.115,87	446.758,87	424.759,43

Fonte: Divisão de Administração

10. Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 030.742/2012-9	8356/2012	9.3.1 e 9.4		MEMO/AUD/ N ° 554 de 21/11/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Descrição da Deliberação					
Encaminha cópia do Acórdão n ° 8356/2012/ TCU ã 2ª Câmara, publicada no DOU de 12/11/2012, que tratou de concessão inicial de aposentadoria deferida pela Superintendência Regional ã SR 05, cujo julgamento considerou ilegal o ato de aposentadoria deferida em favor de Lucia Maria Leal Almeida.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Síntese da Providência Adotada					
A servidora foi notificada quanto à determinação do TCU e da obrigatoriedade do órgão proceder o ajuste de pagamento na folha de dezembro/2012					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A servidora declarou-se ciente do ajuste necessário.A exclusão do rendimento de aposentadoria, considerado ilegal pelo TCU, Foi executada na folha de pagamento do mês de dezembro/2012.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Providências adotadas sem restrições e questionamentos					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	002.741/2012-1	1054/2012	9.2		MEMO/ CIRCULAR/ AUD/ Nº 237 de 04/06/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Descrição da Deliberação					
Orientar todas as Unidades Jurisdicionais do INCRA, no sentido de que exijam das empresas contratadas, por ocasião de cada ato de pagamento, a apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas, de modo a da efetivo cumprimento às disposições constantes dos artigos 27, IV, 29,V e 55, XIII da Lei nº 8666 de 1993, c/c os artigos 1º e 4º da Lei nº 12.440, de 07/07/2011.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					
Síntese da Providência Adotada					
A Divisão Administrativa ao encaminhar Nota Fiscal para liquidação faz inicialmente consulta nos sites com referência a regularidade fiscal inclusive ao site www.tst.jus.br da certidão referente a débitos trabalhistas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atualização das informações dos fornecedores quanto a sua regularidade fiscal					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Transparência dos pagamentos efetuados pela UJ					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC.017.811/2010-4	60/2011 e 2690/2012	9.1	DE	OFICIO 16/2011/AECI-MDA DE 25/01/2011, ENCAMINHA AVISO Nº 35-SECEX TCU PLENÁRIO
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TCU/SECEX/BA					
Descrição da Deliberação					
Determinar à Superintendência do INCRA no Estado da Bahia que apresente a este Tribunal, em 90 dias, Plano de Ação aprovado pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos e pela Presidência do INCRA, contendo cronograma de implementação de medidas para garantir o cumprimento de suas atribuições de orientação e fiscalização da aplicação dos recursos e de acompanhamento dos resultados da concessão de créditos instalação seja aprimorada e conduzida em conformidade com as Normas de Execução de nºs 79/2008 e 84/2009, especificamente no que toca os itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Desenvolvimento					89249
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Foi encaminhado para Diretoria de Desenvolvimento MEMO/INCRA/SR-05/GAB/Nº 286/2012 de 08/10/2012 apresentando proposta para saneamento dos processos individuais a fim de identificar os devedores e respectivos valores, e aguardando posicionamento daquela Diretoria.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O Sr. Superintendente Regional e Divisão de Desenvolvimento têm demandado ações para os trabalhos relativos ao levantamento especificado no Acórdão, contudo o fator negativo esbarra na falta de pessoal para dar celeridade aos procedimentos .					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 033.069/2011-5	3445/2012	9.3 e 9.4	DE	Ofício 2102/2012- TCU/SECEX-BA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TCU/SECEX/BA					
Descrição da Deliberação:					
9.3. Determinar à Superintendência Regional no Estado da Bahia que consigne no Relatório de Gestão dos Exercícios Subseqüentes as informações solicitadas pelas decisões normativas regulamentadoras; 9.4.1 ã Alertar quanto a necessidade do atendimento ao disposto na Portaria STN 564/2004 atualizada pela Portaria nº 467/2009 e pela Portaria 664/2010 e à Resolução CFC nº 1137/2008, constituir e contabiliza a provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos valores de créditos recebíveis a título de crédito instalação, já determinada no âmbito do Acórdão 5940/2011 TCU-1ª Câmara.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Foi encaminhado para Diretoria de Desenvolvimento MEMO/INCRA/SR-05/GAB/Nº 286/2012 de 08/10/2012 apresentando proposta para saneamento dos processos individuais a fim de identificar os devedores e respectivos valores, e aguardando posicionamento daquela Diretoria.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O Sr. Superintendente Regional e Divisão de Desenvolvimento têm demandado ações para os trabalhos relativos ao levantamento especificado no Acórdão, contudo o fator negativo esbarra na falta de pessoal para dar celeridade aos procedimentos .					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC 033.069/2011-5	3445/2012	9.3 e 9.4	DE	Ofício 2102/2012-TCU/SECEX-BA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TCU/SECEX/BA					
Descrição da Deliberação:					
9.4.2 ã Quanto à necessidade de se manter atualizado os registros dos contratos efetuados e em andamento no SIASG, SICONV, conforme disposto no art.1º, § 1º da IN/SLTI/MP 1/2002 e art. 13 do Decreto 6.170/2007 com suas alterações posteriores, c/c § 3º do art.19 da lei nº 12.465/2011.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A gestão da Unidade corrobora parcialmente os fatos descritos. No entanto, 06 (seis) convênios não cadastrados no SICONV, 02 (dois) foram encerrados e 04 (quatro) ficaram na condição de ólegadoô não visualizado naquele sistema, mas registrados no SIAFI. Os contratos não cadastrados no SIASG/SICON.No período de 2010/2011 vislumbrou-se 25 (vinte cinco) contratos. Destes 25 contratos, 14 foram sanados ou encerrados. Restando 11 (onze) que continuamos em parceria com Diretoria de Logística do Ministério do Planejamento, visando uma solução. Vale ressaltar que destes 11 (onze), 02 (dois) foram encerrados em 31.12.2012; 03 (três) contratos firmados com entidades públicas na condição de inexigibilidade que foge aos procedimentos do SIASG. São estes: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Companhia de Eletricidade do Estrado da Bahia - COELBA e Empresa Brasil de Comunicação S.A. E, os 06 (seis) restantes com previsão de término de vigência em 2013.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Com a informação prestada pela Diretoria de Logística do Ministério do Planejamento ã GST/SLTI/MP esgotam-se a gestão desta UJ no cumprimento da determinação quanto ao cadastro no SICONV. Com referência ao SIASG/SICON, continuamos em contato com MP na tentativa do registro. Vale ressaltar que os contratos findos estão sendo substituídos por contratos dentro dos moldes dos sistemas atuais.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC.002.333/2009-0	1771/2011	9.5	RE	OFÍCIO N° 573/2011-TCU-SECEX-BA de 19/04/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TCU/SECEX/BA					
Descrição da Deliberação:					
Dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ã Superintendência Regional da Bahia (INCRA-BA).					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Em andamento. Última movimentação em 23/10/2012 ã Juntada ciência de comunicação por unidade SECEX-BA					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Aguardando deliberações					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	TC.022.631/2010-0	5940/2011	9.3	DE	OFÍCIO Nº 271/2011/AECI-MDA de 08/08/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TCU/SECEX/BA					
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Estado da Bahia que, em atendimento ao disposto na Portaria STN nº 564/2004, atualizada pela Portaria STN nº 467/2009 e pela Portaria STN 664/2010, constitua e contabilize a provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos valores de créditos recebíveis a título de crédito instalação.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
INCRA/Sede Diretoria de Desenvolvimento					4030
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Aguardando a implantação pelo INCRA/Sede do Sistema de Cobrança de Crédito/SICCI, bem como o treinamento de servidores.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Em andamento					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	TC.014.472/2011-2	9132/2011	1.6.2	RE	OFÍCIO Nº 389/2011/AECI-MDA de 07/10/11
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TCU/SECEX/BA					
Descrição da Deliberação:					
Encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução técnica, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ã INCRA e à Procuradoria da República no Estado da Bahia.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA					4030
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Processo 54160.001884/2010-96 TCE ã Última movimentação em 07/03/2012 apensado ao processo 003.402/2012-6. Último trâmite ã Documento ciência de comunicação juntada ao processo por Secex/BA em 06/09/2012					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Aguardando deliberações					

10.1.3 Recomendações da OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA			4030
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	11/2012		MEMO/AUD/Nº 10/CIRCULAR REFERÊNCIA AO AVISO- CIRCULAR 11/2012/GM/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AUDITORIA INTERNA DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA			
Descrição da Recomendação			
Informa que a partir de 31 de janeiro 2013 todas as entidades privadas sem fins lucrativos cujos convênios constarem como inadimplentes ou impugnados nos sistemas SIAFI E SICONV serão devidamente inseridas no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas ã CEPIM, que será atualizado periodicamente por meio de registros constantes em ambos os sistemas			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA			4030
Síntese da Providência Adotada			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Ferramenta que garante à Administração Pública a eficácia aplicação dos comandos e dispositivos legais			

10.1.4 Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não existe recomendação da OCI pendente no exercício de 2012.

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.5 Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	20	20	20
	Entregaram a DBR	20	20	20
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano da UJ

10.3.1.1 Análise Crítica

Informamos que todos os gestores (cargos comissionados) desta superintendência regional do INCRA possuem em seus assentamentos funcionais o formulário, devidamente preenchido, de autorização de acesso às declarações de ajuste do imposto de renda da pessoa física, conforme Instrução Normativa TCU nº 65, de 20/04/2011.

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 ã Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Elisângela Sousa dos Santos, CPF nº 961.704.175-87, Chefe de Serviços Gerais, exercido na Superintendência Regional do INCRA na Bahia declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais ã SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Salvador, 28 de março de 2013

Elisângela Sousa dos Santos
(CPF 961.704.175-87)

(Chefe de Serviços Gerais / Superintendência Regional do INCRA na Bahia)

DECLARAÇÃO

Eu, Marivone Oliveira Santana, CPF nº 055.201.935-68, Chefe da Divisão Administrativa, exercido na Superintendência Regional do INCRA na Bahia declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse ã SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Salvador, 28 de março de 2013.

Marivone Oliveira Santana
(CPF 055.201.935-68)

(Chefe da Divisão Administrativa/ Superintendência Regional do INCRA na Bahia)

11. Informações Contábeis

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Os procedimentos adotados nesta UJ seguem o estabelecido na macrofunção SIAFI ã ASSUNTO 020330 ã RREAValiação, Redução a Valor Recuperável, DEPREC., AMORT. E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUND., emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional ã STN.

Nessa referida macrofunção está contida a base legal de sua elaboração: Lei n. 4.320/64, Lei Complementar n. 101/100, Normas Brasileiras de Contabilidade e Lei n. 10.180/2001.

A macrofunção informa ainda as metodologias a serem adotadas para:

- se estimar a vida útil econômica dos ativos;
- cálculo de depreciação, amortização e exaustão e taxas utilizadas;
- realização de avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA		4030	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Salvador	Data	28/03/2013
Contador Responsável	Maria Fátima de Medeiros	CRC nº	BA 0776/0-0

11.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

Não existe exceção. As demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373053/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2012	MES DEZ(FECHADO)
EMISSION 20/02/2013	PÁGINA 1

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2012	2011	TÍTULOS	2012	2011
RECEITAS CORRENTES	81.121,96	12.897,43	DESPESAS CORRENTES	13.293.564,08	41.167.451,24
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	81.121,96	12.897,43	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.322,96	31.872,03
RECEITAS CAPITAL ENTRE ÓRGÃOS OFSS 2011			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.978.923,94	40.827.699,21
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	16.826.835,42	27.837.342,19	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	1.811.483,12	24.360.355,21
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS	16.440.216,05	25.515.537,72	OUTRAS DESPESAS	11.167.440,82	16.467.344,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	16.437.076,95	25.512.398,62	DESPESAS CORRENTES ENTRE ÓRGÃOS OFSS 2011	0,00	307.880,00
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	16.437.076,95	25.512.398,62	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	307.880,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.139,10	3.139,10	DESPESAS CORRENTES ENTRE ÓRGÃOS OFSS	300.317,18	0,00
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	386.619,37	2.321.804,47	DESPESAS DE CAPITAL	77.806.772,69	99.525.349,97
ORDEN DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	386.619,37	2.321.804,47	INVESTIMENTOS	15.192.680,73	20.196.538,62
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	386.619,37	2.321.804,47	INVERSOES FINANCEIRAS	62.614.091,96	79.328.811,35
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	441.944.562,77	435.939.602,92	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	9.476.567,96	1.835.313,53
VALORES EM CIRCULAÇÃO	124.729.361,60	129.563.375,44	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS CONCEDIDAS	3.139,10	3.139,10
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	124.729.361,60	129.563.375,44	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	3.139,10	3.139,10
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.139,10	3.139,10	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	9.473.428,86	1.832.174,43
VALORES DIFERIDOS	3.139,10	3.139,10	ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	9.392.306,90	1.819.277,00
DEPOSITOS	10.670,07	0,00	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	9.392.306,90	1.819.277,00
CONSIGNAÇÕES	10.670,07	0,00	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	81.121,96	12.897,43
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	172.851.546,78	182.339.410,56	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	358.275.615,42	321.261.727,80
FORNECEDORES	439.661,18	8.619,00	VALORES EM CIRCULAÇÃO	145.276.737,67	124.729.361,60
DO EXERCÍCIO	56.141,56	8.619,00	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	145.276.737,67	124.729.361,60
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	193.019,62	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.139,10	3.139,10
CONVENIOS A PAGAR	190.500,00	0,00	VALORES DIFERIDOS	3.139,10	3.139,10
RESTOS A PAGAR	162.037.402,94	182.319.060,41	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	124.139.685,60	128.908.876,51
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	133.840.151,93	124.119.335,45	FORNECEDORES	8.619,00	3.482,25
CANCELADO	28.197.251,01	58.199.724,96	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.619,00	3.482,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	10.357.300,00	0,00	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	124.119.335,45	128.890.327,51
EM CONTRATOS	10.357.300,00	0,00	VALORES EM TRANSITO	11.252,85	14.588,45
VALORES EM TRANSITO	12.895,74	11.252,85	OUTRAS OBRIGAÇÕES	478,30	478,30
OUTROS DÉBITOS	3.808,62	0,00	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	88.856.053,05	67.620.350,59
OUTRAS OBRIGAÇÕES	478,30	478,30	BAIXA DE DIREITOS	88.856.053,05	67.620.350,59
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	144.349.845,22	124.033.677,82	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	88.856.053,05	67.620.350,59
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	144.349.845,22	124.030.195,57			
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	144.349.845,22	124.030.195,57			
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	0,00	3.482,25			
EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.482,25			
INGRESSOS	458.852.520,15	463.789.842,54	DISPÊNDIOS	458.852.520,15	463.789.842,54



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS			EXERCÍCIO 2012	MES DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	373053/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05			EMISSION 20/02/2013	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO				
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2012	2011	TÍTULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	145.276.737,67	124.729.361,60	PASSIVO FINANCEIRO	144.668.104,94	124.142.824,70
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	145.276.737,67	124.729.361,60	DEPÓSITOS	10.670,07	0,00
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	926.892,45	699.166,03	CONSIGNAÇÕES	10.670,07	0,00
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	144.349.845,22	124.030.195,57	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	144.654.295,77	124.139.685,60
ATIVO NÃO FINANCEIRO	773.126.947,18	710.350.288,22	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	443.469,80	8.619,00
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	-124.323.542,67	-108.651.808,77	FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO	56.141,56	8.619,00
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	-124.350.001,23	-108.825.977,71	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	193.019,62	0,00
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-144.349.845,22	-124.030.195,57	CONVENIOS A PAGAR	190.500,00	0,00
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	7.470.797,21	6.448.978,36	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	12.526.622,62	8.752.815,34	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	3.808,62	0,00
OUTROS CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	2.424,16	2.424,16	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	133.840.151,93	124.119.335,45
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	26.458,56	174.168,94	A LIQUIDAR	133.840.151,93	124.119.335,45
ESTOQUES	26.458,56	21.244,48	CRÉDITOS DIVERSOS	10.357.300,00	0,00
TÍTULOS E VALORES	0,00	152.924,46	VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS	12.895,74	11.252,85
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	754.625.060,12	716.776.112,75	OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	478,30	478,30
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	754.625.060,12	716.776.112,75	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.139,10	3.139,10
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	336.211.506,96	320.554.606,96	VALORES DIFERIDOS	3.139,10	3.139,10
CRÉDITOS A RECEBER	417.204.785,60	395.012.738,23	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	-133.619.191,74	-124.119.335,45
DÍVIDA ATIVA (LP)	1.208.767,56	0,00	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	-133.619.191,74	-124.119.335,45
PERMANENTE	142.825.429,73	102.225.984,24	FORNECEDORES A PAGAR	220.960,19	0,00
IMOBILIZADO	142.815.371,06	102.215.925,57	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
BENS MOVEIS E IMOVEIS	143.474.618,21	102.500.424,65	RETIFICAÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS A LIQUID	-133.840.151,93	-124.119.335,45
DEPRECIACÕES, AMORTIZAÇÕES E EXAUSTÕES	-659.247,15	-284.499,08	PASSIVO REAL	11.048.913,20	23.489,25
INTANGÍVEL	10.058,67	10.058,67	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	907.354.771,65	835.056.160,57
ATIVO REAL	918.403.684,85	835.079.649,82	PATRIMÔNIO/CAPITAL	0,00	711.507.734,65
			PATRIMÔNIO	0,00	711.507.734,65
			AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	24.374,36
			RESULTADOS ACUMULADOS	835.056.160,57	0,00
			RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	835.056.160,57	0,00
			AJUSTES DO PATRIMÔNIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERÍODO	72.298.611,08	123.524.051,56
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	918.403.684,85	835.079.649,82
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-846.105.073,77	-711.555.598,26
ATIVO COMPENSADO	154.026.783,13	135.933.770,44	PASSIVO COMPENSADO	154.026.783,13	135.933.770,44
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	154.026.783,13	135.933.770,44	COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	154.026.783,13	135.933.770,44
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	531.791,82	938.448,14	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	531.791,82	938.448,14
GARANTIAS DE VALORES	14.500.000,00	14.500.000,00	VALORES EM GARANTIA	14.500.000,00	14.500.000,00
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	106.591.825,35	86.725.656,74	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	106.591.825,35	86.725.656,74
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	20.179.157,66	23.966.376,97	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	20.179.157,66	23.966.376,97
OUTRAS COMPENSAÇÕES	12.224.008,30	9.703.288,59	COMPENSAÇÕES DIVERSAS	12.224.008,30	9.703.288,59
ATIVO	1.072.430.467,98	971.013.420,26	PASSIVO	1.072.430.467,98	971.013.420,26



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373053/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2012	MES DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO 20/02/2013	PÁGINA 1

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	2012	2011	TÍTULOS	2012	2011
ORÇAMENTARIAS	123.291.691,70	188.124.926,46	ORÇAMENTARIAS	92.288.184,02	140.818.074,54
RECEITAS CORRENTES	81.121,96	12.897,43	DESPESAS CORRENTES	13.293.564,08	41.167.451,24
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	81.121,96	12.897,43	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.322,96	31.872,03
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	16.440.216,05	25.515.537,72	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.978.923,94	40.827.699,21
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	16.440.216,05	25.515.537,72	DESPESAS CORRENTES ENTRE ÓRGÃOS OFSS 2011	0,00	307.880,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	16.437.076,95	25.512.398,62	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	307.880,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.139,10	3.139,10	DESPESAS CORRENTES ENTRE ÓRGÃOS OFSS	300.317,18	0,00
MUTACÕES ATIVAS	106.770.353,69	162.596.491,31	DESPESAS DE CAPITAL	77.806.772,69	99.525.349,97
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	36.796.764,79	61.828.097,22	INVESTIMENTOS	15.192.680,73	20.196.538,62
AQUISICÕES DE BENS	31.031.793,47	45.064.109,17	INVERSOES FINANCEIRAS	62.614.091,96	79.328.811,35
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS	5.764.971,32	16.763.988,05	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	3.139,10	3.139,10
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	69.973.588,90	100.768.394,09	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	3.139,10	3.139,10
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	367.896.503,04	427.367.662,80	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	3.139,10	3.139,10
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	23.266.771,24	37.234.778,51	MUTACÕES PASSIVAS	1.184.708,15	122.134,23
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	22.880.151,87	34.912.974,04	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	1.184.708,15	122.134,23
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	386.619,37	2.321.804,47	ALIENAÇÃO DE BENS	1.066.544,11	0,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	344.629.731,80	390.132.884,29	LIQUIDACÃO DE CRÉDITOS	118.164,04	122.134,23
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	316.432.480,79	331.929.677,08	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	326.601.399,64	351.150.463,16
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS	10.588.830,66	15.738.519,18	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	9.473.428,86	1.832.174,43
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	38.172,18	2.210.415,88	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	9.392.306,90	1.819.277,00
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	305.805.477,95	313.980.742,02	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO	81.121,96	12.897,43
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	28.197.251,01	58.203.207,21	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	317.127.970,78	349.318.288,73
DEFICIT			DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	256.279.490,10	243.558.344,46
			BAIXA DE BENS IMOVEIS	0,00	13.416.520,34
			BAIXA DE BENS MOVEIS	453.855,52	1.027.533,52
			BAIXA DE TÍTULOS E VALORES	22.192.065,37	34.691.676,21
			BAIXA DE DIREITOS	233.633.569,21	194.422.614,39
			AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	374.748,07	220.558,12
			DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	374.748,07	220.558,12
			INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	60.473.732,61	105.539.386,15
			RESULTADO PATRIMONIAL	72.298.611,08	123.524.051,56
			SUPERÁVIT	72.298.611,08	123.524.051,56
VARIAÇÕES ATIVAS	491.188.194,74	615.492.589,26	VARIAÇÕES PASSIVAS	491.188.194,74	615.492.589,26



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS				EXERCICIO 2012		MES DEZ(FECHADO)		
SUBTTULO	373053/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05				EMISSAO 20/02/2013		PAGINA 1		
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO								
RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	117.478.991,57	91.100.336,77	26.378.654,80
					DESPESAS CORRENTES	0,00	13.575.117,97	13.293.564,08	281.553,89
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	14.322,96	14.322,96	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	13.560.795,01	13.279.241,12	281.553,89
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	103.903.873,60	77.806.772,69	26.097.100,91
					INVESTIMENTOS	0,00	15.216.400,13	15.192.680,73	23.719,40
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	88.687.473,47	62.614.091,96	26.073.381,51
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	117.478.991,57	91.100.336,77	26.378.654,80
TOTAL					TOTAL	0,00	117.478.991,57	91.100.336,77	26.378.654,80
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	91.100.336,77	-91.100.336,77	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	91.100.336,77	-91.100.336,77	TOTAL GERAL	0,00	117.478.991,57	91.100.336,77	26.378.654,80

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

11.6 Parecer da Auditoria Independente

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

12. Outras Informações Sobre a Gestão

O exercício de 2012 teve como gestor o Sr. Marcos Antônio Silva Nery, nomeado pela Portaria 698 de 12 de dezembro de 2011 e exonerado pela Portaria 93 de 25 de fevereiro de 2013, quando então assume interinamente o Sr. Luiz Gugé Santos Fernandes, que entrega este Relatório de Gestão.

**PARTE B ã CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE
JURISDICONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS**

13. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/INCRA/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis

Inexistem matrículas canceladas dos registros de imóveis rurais vinculados à títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei 6.015/75, relacionados com os processos administrativos de fiscalização decorrentes da portaria nº 558/99; 596/2001 ou 12/2006. Apesar de continuarmos encaminhando ofícios à Corregedoria de Justiça do Estado noticiando casos de irregularidades encontrados durante a análise dos processos administrativos de fiscalização, a Corregedoria Geral de Justiça do Estado vem mantendo o entendimento que a via administrativa é meio inidôneo para a solução dessa questão, devendo o fato ser resolvido pela via contenciosa.

Constatada a existência de vícios insanáveis, evidenciando-se a hipótese de títulos nulos de pleno direito, ou procedidos em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973 ou quando o levantamento dominial não se alcançou o destaque do patrimônio público para o particular é oficiado a Procuradoria Estadual de Justiça; a Corregedoria Geral de Justiça; o Ministério Público e o órgão de Terras do Estado, conforme determina o parágrafo 5º, do Art. 12, da Instrução Normativa 28 de 24 de janeiro de 2006.

A insuficiência de servidores lotados na fiscalização de imóvel rural é a principal dificuldade a ser gerida. Atualmente estamos com apenas um Fiscal de Cadastro, atuando na coordenação, um Analista em Reforma Agrária, que faz a análise de mais de quatrocentos processo, e um Engenheiro Agrônomo para análise dos Laudos.

A indiferença do Estado da Bahia no reconhecimento de domínio de terras com presunção estadual em sua quase totalidade constitui em outra dificuldade.

14. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Como principais dificuldades encontradas em 2012, e anos anteriores, podemos pontuar questões orçamentárias e financeiras. Encontramos inúmeras dificuldades na execução de nossas Ações e cumprimento de metas em virtude da dotação orçamentária claramente insuficiente e sua liberação intempestiva e sem critérios institucionalizados pelo INCRA-Sede. Os recursos financeiros liberados pelo Tesouro Nacional estão bem aquém da dotação orçamentária autorizada, gerando grandes passivos de Restos a Pagar para os anos subseqüentes. Da mesma forma, foram liberados de forma intempestiva, sendo concentrado quase todo no final do ano, dificultando bastante a gestão financeira da Superintendência. Ações de mitigação destas dificuldades não tem gestão interna dentro desta UJ.

Outra dificuldade está na insuficiência de servidores efetivos para desempenho das atividades. O quadro está claramente deficiente, e teremos esta situação bastante agravada com a perspectiva de muitas aposentadorias. Mesmo com a possibilidade de nomeação de todos aprovados em concurso público realizado em 2011, este número ainda ficaria muito abaixo das vacâncias, além do que, temos encontrado dificuldades na nomeação destes aprovados em virtude das desistências motivadas pela baixa remuneração do INCRA. Ações de mitigação destas dificuldades não tem gestão interna dentro desta UJ, onde apenas tentamos minimizar as dificuldades através da distribuição interna de pessoal.

Questões relacionadas às questões legais e de relações institucionais entre o INCRA e demais órgãos governamentais, também causaram dificuldades para o desempenho das atividades desta Superintendência. A grande exigência de peças técnicas, demora nas análises e falta de prioridade na obtenção de Licenças Ambientais para implantação de Projetos de Assentamento, implicam diretamente no desempenho desta UJ. Outro ponto diz respeito à regularização fundiária do Estado, que no caso da Bahia fica a cargo da CDA ã Coordenação de Desenvolvimento Agrário ã órgão estadual responsável por tal atividade, e que tem atuado de forma bastante tímida. Também encontramos dificuldades junto à Justiça Federal no que diz respeito à excessiva demora nas imissões de posse das terras desapropriadas e nas incabíveis determinações de perícias judiciais em absolutamente todos os casos de desapropriação, mesmo quando há consenso dos valores da indenização entre o INCRA e o proprietário. Vale destacar que os custos com essas perícias judiciais ficam a cargo do INCRA. Esta Superintendência tem adotado uma política de diálogo constante com os outros entes governamentais, tentando sensibilizá-los quanto às questões sociais envolvidas e buscando sanar as divergências encontradas.

Quanto aos processos e normas internas, destacamos como dificuldade a mudança constante dos normativos internos, a pouca clareza e em alguns casos até omissão de certos aspectos que deveriam estar regulamentados. Estas dificuldades são refletidas em todos os setores, mas

principalmente nas questões relacionadas à obtenção de terras para reforma agrária, retomada de lotes vagos e pagamentos de créditos. Ações de mitigação destas dificuldades não tem gestão interna dentro desta UJ.

Além disso, o ano de 2012 foi marcado por um forte movimento grevista, que no caso desta UJ durou 84 dias e que terminou sem nenhum acordo entre servidores e governo, causando grande descontentamento e desmotivação dos servidores. Sem dúvida este ponto foi o que mais dificultou o avanço dos trabalhos e cumprimento de metas em 2012.

Por fim, destacamos a crescente demanda da pauta Quilombola. As décadas de 70 e 80 foram marcadas pelo fortalecimento e mobilização social na luta pela terra, inclusive com forte participação da Igreja, e nascimento dos principais Movimentos Sociais hoje existentes de forma bem consolidada. Estamos experimentando nesta década um processo bastante similar, mas desta vez ligado às questões das comunidades remanescente de quilombos e prevemos que dentro de mais alguns anos, esta demanda social adquira um status superior ao da própria Reforma Agrária. O INCRA ainda não está estruturado para o enfrentamento de tal questão e a demanda desta pauta já é superior à capacidade deste órgão em dar a resposta desejada e satisfatória.

ANEXOS